



TRABALHO, GÊNERO, RAÇA E SOCIABILIDADE NO MUNDO DOS TRABALHADORES DA CIDADE E DO CAMPO

ORGANIZADORES Lorena Almeida Gill e Martinho Guedes dos Santos Neto



Coleção: Arquivos, Memória,
Verdade, Justiça e Reparação

Comunicações do 4º Seminário
Internacional o Mundo dos
Trabalhadores e seus Arquivos

VOLUME 2

LORENA ALMEIDA GILL - MARTINHO GUEDES DOS SANTOS NETO
Organizadores

**TRABALHO, GÊNERO, RAÇA E
SOCIABILIDADE NO MUNDO DOS
TRABALHADORES DA CIDADE E CAMPO**

Coleção: Arquivos, Memória, Verdade, Justiça e Reparação
Comunicações do 4º Seminário Internacional
O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos

Volume 2

Rio de Janeiro – São Paulo
2016

Copyright 2016 Arquivo Nacional – Central Única dos Trabalhadores - CUT- Brasil

Arquivo Nacional

Praça da República, 173 - 20211-350, Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Telefone: (21) 2179-1273 Fax: (21) 2179-1297
E-mail: pi@arquivonacional.gov.br
www.arquivonacional.gov.br

Central Única dos Trabalhadores

Rua Caetano Pinto, 575 – 03041-000, São Paulo - SP - Brasil
Telefone: (11) 2108-9200
E-mail: cut@cut.org.br
www.cut.org.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T758 Trabalho, gênero, raça e sociabilidade no mundo dos trabalhadores da cidade e campo / organizadores Lorena de Almeida Gill e Martinho Guedes dos Santos Neto. – Rio de Janeiro : Arquivo Nacional ; São Paulo : Central Única dos Trabalhadores, 2016.

153 p. ; il. ; – (Arquivos, Memória, Verdade, Justiça e Reparação. Comunicações do 4º Seminário Internacional o Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos, v. 2).

ISBN 978-85-60207-85-5 – ISBN 978-85-89210-62-1

1. Trabalhadores - Arquivo. 2. Trabalhadores - Memória.
3. Trabalhadores - História. 4. Trabalhadores rurais. 5. Movimentos sociais. 6. Gênero - Mulheres. I. Gill, Lorena de Almeida. II. Santos Neto, Martinho Guedes dos. III. Série.

CDU 331(091)

CDD 331.09

(Bibliotecário responsável: Adalto da Silva Carvalho – CRB 08/9152)

Presidente da República

Michel Temer

Ministro de Estado da Justiça e Cidadania

Alexandre de Moraes

Diretor-Geral do Arquivo Nacional

José Ricardo Marques

Coordenação do Centro de Referência Memórias Reveladas

Inez Stampa e Vicente Arruda Câmara Rodrigues (coordenadores)

Carla Machado Lopes

Cristiane Santos de Farias

Jucélia Santos Neves

Rodrigo de Sá Netto

Presidente da Central Única dos Trabalhadores

Vagner Freitas de Moraes

Secretário-Geral

Sérgio Nobre

Secretária-Geral Adjunta

Maria Aparecida Godói de Faria

Centro de Documentação e Memória Sindical

Antonio José Marques (coordenador)

Adalto da Silva Carvalho

Dinalva Alexandrina de Oliveira Botasoli

Ivane Loz

Tatiani Carmona Regos

Coordenadores da Coleção

Antonio José Marques e Inez Stampa

Organizadores

Lorena Almeida Gill e Martinho Guedes dos Santos Neto

Revisão

Rodrigo de Sá Netto

Projeto Gráfico e Diagramação

Inez Stampa

Capa

Alzira Reis – Coordenação de Pesquisa e Difusão do Acervo – Arquivo Nacional

Fotografia da Capa: João Bittar – Cortejo de trabalhadores assassinados em Leme/SP, 1986 - Acervo Cedoc CUT

Promoção

Arquivo Nacional/Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas

Central Única dos Trabalhadores – CUT-Brasil

Organização

Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro – Universidade Federal do Rio de Janeiro – Amorj/UFRJ

Centro de Documentação e Memória Sindical da Central Única dos Trabalhadores – Cedoc/CUT

Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista – Cedem/Unesp

Centro de Referência Memórias Reveladas – Arquivo Nacional – MR/AN

Grupo de Pesquisa Trabalho e Políticas Públicas da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – Trappus/ PUC-Rio/CNPq

Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas – NDH/UFPeI

Núcleo de Documentação Histórica do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba – NDH/UEPB – Guarabira

Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referências sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – CPDA/UFRRJ

Comissão Científica

Ana Maria de Almeida Camargo (Brasil)

Lorena Almeida Gill (Brasil)

Beatriz Ana Loner (Brasil)

Marco Aurélio Santana (Brasil)

Elina Pessanha (Brasil)

Martinho Guedes dos Santos Neto (Brasil)

Heloísa Liberalli Bellotto (Brasil)

Ramon Alberch Fugueras (Espanha)

Inez Stampa (PUC-Rio)

Rodolfo Porrini (Uruguai)

John D. French (EUA)

Sonia Troitiño (Brasil)

Leonilde Servolo de Medeiros (Brasil)

Comissão Organizadora

Antonio José Marques e Tatiani Carmona Regos

Centro de Documentação e Memória Sindical, Central Única dos Trabalhadores

Carla Machado Lopes, Cristiane Santos de Farias, Rodrigo Sá Netto e Vicente Rodrigues

Centro de Referências das Lutas Políticas no Brasil - Memórias Reveladas, Arquivo Nacional

Marco Antonio S. Teixeira

Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referências sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Apoio

Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal - Fenae

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - Fapesp

Fundação Rosa Luxemburgo

Departamento de Serviço Social da PUC-Rio- DSS/PUC-Rio

Unisoli Turismo

Sindicato dos Químicos de São Paulo

Sumário

Prólogo

Trabalhadores, Arquivos, Memória, Verdade, Justiça e Reparação 09

Apresentação 15

Lorena Almeida Gill e Martinho Guedes dos Santos Neto

“Aprendizes” da liberdade: o serviço doméstico feminino em Belo Horizonte, 1897-1920 19

Marileide Lázara Cassoli

Corte de cana: trabalho, gênero e adoecimento 38

Tainá Reis

Sociabilidade Operária: Os sentidos do futebol de fábrica entre os operários de São José dos Campos-SP 51

Zuleika Stefânia Sabino Roque

Memórias e Identidades dos Trabalhadores Ferroviários face ao processo de privatização da RFFSA em Ponta Grossa –PR (1955- 2000) 72

Rosangela Maria Silva Petuba

Novos trabalhadores, outras identidades: empreendedorismo agrícola e recomposição da relação entre capital e trabalho 95

Ricardo Luiz Sapia de Campos

As máquinas de memória acerca da recente ditadura brasileira atuando nos regimes de produção de subjetividades do contemporâneo 105

Silvia Brandão

Excelentísimo presidente de la nación Argentina: breve estudo sobre as cartas dos trabalhadores enviadas a Juan Domingo Perón (1951-1955) 118

Mayra Coan Lago

Programa do Seminário 144



PRÓLOGO

Trabalhadores, Arquivos, Memória, Verdade, Justiça e Reparação

É com grande satisfação que o Arquivo Nacional e a Central Única dos Trabalhadores (CUT-Brasil) apresentam a coleção *Arquivos, Memória, Verdade, Justiça e Reparação: comunicações do 4º Seminário Internacional o Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos*. Esta coleção tem origem no seminário realizado entre os dias oito e dez de junho de 2016, na cidade de São Paulo, com o apoio da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal – Fenaec, da Fundação de Apoio a Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp, da Fundação Rosa Luxemburgo, do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - DSS/PUC-Rio, da Unisoli Turismo e do Sindicato dos Químicos de São Paulo, que também sediou o evento.

A organização do evento esteve a cargo do Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro da Universidade Federal do Rio de Janeiro – Amorj/UFRJ, do Centro de Documentação e Memória Sindical da Central Única dos Trabalhadores – Cedoc/CUT, do Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista – Cedem/Unesp, do Centro de Referência Memórias Reveladas do Arquivo Nacional – MR/AN, do Grupo de Pesquisa Trabalho e Políticas Públicas da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – Trappus/ PUC-Rio/CNPq, do Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas – NDH/UFPel, do Núcleo de Documentação Histórica do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba – NDH/UEPB – Guarabira e do Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referências sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – CPDA/UFRRJ.

O Seminário promoveu conferências, palestras e reflexões sobre os arquivos dos trabalhadores e dos movimentos sociais da cidade e do campo, discutindo suas ações, histórias e memórias. Essa quarta edição do evento, adotando como tema central “Memória, Verdade, Justiça e Reparação”, destacou os arquivos e documentos dos trabalhadores e a importância da recuperação, organização e divulgação destas fontes fundamentais para o direito à verdade, à memória e à justiça, em um momento em que a

Comissão Nacional da Verdade tinha concluído suas atividades, com a entrega do relatório final há pouco mais de um ano.

O evento contou com a participação de conferencistas e especialistas de diferentes nacionalidades que debateram, a partir de múltiplas perspectivas disciplinares, questões relacionadas ao universo dos arquivos, da história e da memória dos trabalhadores da cidade e do campo. Constituiu-se, assim, num fórum privilegiado para a troca de informações, incentivando a recuperação e a preservação dos arquivos e da memória dos trabalhadores e de suas organizações.

Durante o evento foi realizado o ato público pelo Dia Internacional de Arquivos, data comemorativa estabelecida pelo Conselho Internacional de Arquivos, órgão da Unesco.

Foram proferidas conferências e palestras ministradas por convidados nacionais e internacionais e foram realizadas quatro sessões de comunicações orais de trabalhos com temáticas de interesse do seminário. Nesta coleção, dividida em três volumes, estão reunidos os trabalhos apresentados nas sessões de comunicações.

O Seminário Internacional O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos surgiu com o objetivo de debater os documentos mantidos nos arquivos operários, rurais, sindicais e populares, e as particularidades que envolvem o tratamento desses acervos, constituindo-se em um fórum privilegiado para a transferência de informações e de incentivo à recuperação e preservação dos arquivos dos trabalhadores e de suas organizações. Para além desse objetivo inicial, surgiram outros temas que também concernem ao mundo do trabalho e dos trabalhadores, como a necessária discussão sobre o direito à memória e à verdade, diante da Comissão Nacional da Verdade, e a questão da justiça e reparação para os crimes das ditaduras no Brasil e na América Latina.

A divulgação do relatório final da Comissão Nacional da Verdade, em dezembro de 2014, foi um importante avanço no processo brasileiro de redemocratização, significando um marco da luta pela recuperação da memória e da verdade sobre o passado recente do país, condição indispensável para a plena restituição do poder político ao povo brasileiro. Mais do que isso, o relatório, em que pese suas insuficiências e eventuais omissões, foi passo importante para avançar na reparação dos crimes cometidos pela ditadura, em especial

contra os trabalhadores, um dos grupos mais duramente atingidos pelo regime, como também mostraram os relatórios da Comissão Nacional da Memória, da Verdade e Justiça da CUT e o da Comissão Camponesa da Verdade, aprofundando o conhecimento sobre o funcionamento do sistema repressivo estatal e suas vítimas.

Contudo, longe de representar um ponto final, os documentos lançam questionamentos e recomendações que precisam ser discutidos e encaminhados pelo Estado e pela sociedade civil. Neste contexto, e diante do fato de que inúmeras comissões da verdade estaduais, municipais, universitárias, regionais e setoriais ainda estão em atividade, faz-se fundamental o prosseguimento e a intensificação das discussões ligadas à memória, à verdade, à justiça e à reparação. Ademais, é preciso discutir o papel das empresas e dos empresários no apoio e sustentação da ditadura, situação que vem avançando principalmente na Argentina.

Com esse propósito, o *4º Seminário Internacional o Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos – Memória, Verdade, Justiça e Reparação* foi um espaço voltado para debater a recuperação e a preservação dos arquivos dos trabalhadores e, também, para a discussão desses grandes temas, no Brasil e na América Latina, trazendo à tona a relação entre arquivos e direitos humanos. Reconhecendo as similaridades históricas da região, conferindo a esses tópicos o mesmo peso por todo o continente, foi destacada a importância de se lançar um olhar mais aprofundado sobre os múltiplos processos de redemocratização e a sua interface com o universo dos trabalhadores.

Foram realizadas conferências, mesas redondas e sessões de comunicações, girando em torno de questões pertinentes aos trabalhadores, no ambiente laboral ou cotidiano, e aos arquivos produzidos sobre eles ou pelos próprios, buscando aprimorar o entendimento sobre esse universo e recuperar temas e problemáticas, tornados invisíveis durante a ditadura, que possam contribuir para o avanço da justiça e da recuperação da memória daquele tempo. Além disso, destacou-se a reflexão sobre a organização dos arquivos do mundo dos trabalhadores produzidos na atualidade.

As sessões temáticas, em número de quatro, e que deram origem a esta coleção, trataram de temas atinentes ao eixo central do Seminário. A primeira sessão de comunicações, intitulada *Os arquivos do mundo dos trabalhadores da cidade e do campo*

teve por objetivo promover o intercâmbio de experiências sobre temas relacionados a estudos, projetos e trabalhos de recuperação, organização, preservação e disponibilização de fundos, coleções e documentos vinculados ao mundo dos trabalhadores da cidade e do campo. Nessa perspectiva, os trabalhos apresentados, abordaram temas referentes às comissões da verdade, movimento sindical, bem como aos movimentos sociais e grupos organizados para a defesa de direitos dos trabalhadores, além de abordagens sobre políticas de implantação de arquivos e centros de documentação em entidades dos movimentos sociais e sindicais, organizações políticas e partidárias, e em órgãos públicos e privados referenciando experiências desenvolvidas em instituições que promovem a organização, preservação e difusão pública de documentação de valor histórico e cultural.

A segunda sessão de comunicações, denominada *Justiça, reparação e direito dos trabalhadores da cidade e do campo* buscou agregar pesquisadores que discutem de forma abrangente as questões abordadas pelas comissões da verdade estabelecidas em diversos países da América Latina no âmbito das diferentes transições democráticas. Dessa forma, trouxe para o debate reflexões sobre os relatórios destas comissões no que tange aos trabalhadores e às reparações a que têm direito. Foram apresentadas pesquisas que discutem os acessos dos trabalhadores à Justiça e suas lutas por direitos, além de trabalhos sobre processos judiciais que demandaram ou deveriam demandar a consulta aos acervos trabalhistas. Os diálogos com pesquisadores das diversas áreas do conhecimento, que valorizam a interdisciplinaridade para o estudo das classes trabalhadoras e dos processos judiciais a elas referentes também contribuíram para o entendimento da complexidade de tais problemáticas e para a ampliação de possibilidades de respostas.

Já a terceira sessão abordou o tema *Trabalho, gênero, raça e sociabilidade no mundo dos trabalhadores da cidade e do campo*. Contou com a participação de pessoas interessadas em discutir, ouvir e/ou apresentar pesquisas sobre questões que envolvem os diversos tipos de trabalhadores e trabalhadoras no ambiente de trabalho e fora dele, no cotidiano. No que se refere ao ambiente de trabalho, foram discutidas as onipresentes relações de gênero, etnia, raça, sexualidade e as formas de opressão, repressão, discriminação e sociabilidades, envolvendo estas identidades. Quanto ao cotidiano, a partir do entendimento que o trabalhador é também um morador de uma localidade, um membro de uma dada

comunidade, um cidadão, com cultura e hábitos de lazer e vivência próprios, os trabalhos buscaram integrar estas facetas à construção de sua identidade.

Por fim, na quarta sessão, intitulada *Repressão, resistência e memória dos trabalhadores da cidade e do campo*, as comunicações trouxeram resultados de pesquisas que evidenciem atos de violação de direitos (perseguição, tortura, desaparecimento, assassinato, exílio, agressões físicas e psicológicas, etc.) contra trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade no Brasil e/ou em outros países da América Latina, além de ações de resistência dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, e de atores e entidades parceiras dos trabalhadores (como entidades sindicais, organizações das igrejas, advogados, etc.), as práticas violentas cometidas contra eles, bem como abordou ações coletivas dos que lutavam por terra, moradia, direitos trabalhistas, democracia, etc. Foi debatida também a articulação entre agentes públicos e privados, em especial empresas, na repressão aos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade e às suas entidades parceiras nas ditaduras no Brasil e/ou em outros países da América Latina.

O seminário, que é aberto a todos que se interessam pelo mundo dos trabalhadores, seus arquivos, sua memória e sua história, foi dirigido a sindicalistas e militantes sindicais, e principalmente, a profissionais com atuação na área de arquivos e centros de documentação operários, rurais, sindicais e populares; a profissionais de arquivos públicos e privados que mantêm sob sua guarda acervos de organizações dos trabalhadores da cidade e do campo; a arquivistas, historiadores, cientistas políticos e sociais, documentalistas, bibliotecários e estudantes.

O público interessado no mundo dos trabalhadores, seus arquivos, sua história e memória, assim como na área dos direitos humanos, justiça e reparação para as vítimas dos crimes da ditadura, era formado por sindicalistas, assessores sindicais, funcionários de arquivos e centros de documentação sindicais, servidores de arquivos públicos que mantêm sob a sua guarda acervos sobre os trabalhadores, arquivistas, historiadores e profissionais das áreas de ciências humanas. Ressalta-se a participação de estudantes e de militantes do campo dos direitos humanos.

A riqueza dos trabalhos apresentados nas sessões de comunicações temáticas logo evidenciou a necessidade de reuni-los em uma publicação, com o objetivo de difundir essas

informações e promover o tão necessário debate sobre os arquivos do “mundo dos trabalhadores”. Nesse sentido, cabe um agradecimento a todos os autores que se dispuseram a converter suas apresentações orais nos textos que ora compõem a presente coleção.

Dirigida a sindicalistas, militantes sindicais, arquivistas, historiadores, documentalistas, bibliotecários, cientistas sociais, juristas, bem como a outros profissionais, pesquisadores e estudantes com atuação na área dos arquivos operários, rurais e sindicais, esta coleção, nos seus três volumes, é um verdadeiro testemunho da importância dos arquivos para a compreensão da história de lutas da classe trabalhadora. E, nesse sentido, é leitura recomendada para todos os que se interessam pelo assunto.

Por fim, registre-se que os artigos apresentam uma pluralidade de visões, interesses e objetos de estudo, o que demonstra a riqueza dos acervos do mundo dos trabalhadores. Duas características, contudo, unem os textos e garantem coesão a esta obra. Por um lado, a temática do direito à memória, verdade, justiça e reparação e sua relação com os trabalhadores que resistiram e foram vítimas de violações de direitos durante o regime exceção, tema ainda candente de reflexões e ações mais efetivas por parte do Estado e da sociedade brasileira. Por outro lado, ressalta a compreensão de que os trabalhadores são sujeitos essenciais da história recente do País. E continuarão a sê-lo.

Rio de Janeiro/São Paulo, dezembro de 2016.

Arquivo Nacional

Central Única dos Trabalhadores

Apresentação

Lorena Almeida Gill¹

Martinho Guedes dos Santos Neto²

Entre os dias 8 e 10 de junho de 2016 aconteceu, em São Paulo, o 4º Seminário Internacional o Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos, promovido pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Arquivo Nacional. O evento contou com a colaboração do Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro da UFRJ, Centro de Documentação e Memória da UNESP, os Núcleos de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas e o da Universidade Estadual da Paraíba e o Núcleo de Pesquisa e Documentação sobre Movimentos Sociais (UFRRJ), além do Grupo de Pesquisa Trabalho e Políticas Públicas da PUC-Rio.

O seminário objetivou, assim como em edições anteriores, discutir e propor políticas de salvaguarda de arquivos operários, rurais, sindicais e populares, e teve como tema, em 2016, Memória, Verdade, Justiça e Reparação, incluindo discussões sobre a ditadura no caso brasileiro e em outros países da América Latina.

Durante os dias de debate aconteceu reunião da sessão temática: Trabalho, gênero, raça e sociabilidade no mundo dos trabalhadores da cidade e do campo, a qual envolveu discussões teóricas e metodológicas sobre estudos realizados em diferentes localidades do Brasil e da Argentina. Nesta ocasião foi realizada também a sessão de comunicações: Justiça, reparação e direito dos trabalhadores da cidade e do campo, que buscou agregar pesquisadores, cuja discussão colocou como eixo do debate os relatórios das comissões da verdade, no que tange aos trabalhadores e às reparações a que têm direito. Discutiu-se também a construção das memórias dos trabalhadores e os projetos de legislação trabalhista. Os diálogos com pesquisadores das diversas áreas do conhecimento valorizaram

¹ Núcleo de Documentação Histórica da UFPel (NDH/UFPel).

² Núcleo de Documentação Histórica da UEPB (NDH-CH/UEPB).

a interdisciplinaridade para o estudo das classes trabalhadoras, dos processos judiciais, de raça, gênero e sociabilidade e nos permitiu ampliar a complexidade o debate.

Foi um encontro bastante produtivo, a partir do qual várias universidades se fizeram representar e conseguiram mostrar pesquisas finalizadas ou em andamento sobre o mundo dos trabalhadores. Sem a pretensão de esgotar as temáticas propostas por pelas sessões temáticas: II - Justiça, reparação e direito dos trabalhadores da cidade e do campo e III – Gênero, raça e sociabilidades e Justiça, reparação e direito dos trabalhadores da cidade e do campo, esse volume apresenta aos leitores alguns dos textos que compuseram as discussões.

A partir da temática de gênero, Marileide Lázara Cassoli, professora da Universidade Estadual de Minas Gerais, abordou o serviço doméstico feminino, entre os anos de 1897 e 1920. Trata-se de discussão efetivada para sua tese de Doutorado em história, sobre as chamadas profissionais do “lar alheio”, como a autora as apresenta, e que teve como fonte principal autos de corpo de delito, encontrados no Arquivo Público Mineiro. Estes documentos evidenciavam padrões de moralidade imaginados por uma sociedade que pretendia reger o que considerava ser adequado para as mulheres no período, especialmente para aquelas mais pobres.

Tainá Reis, doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia, pela Universidade Federal de São Carlos, continuou com o debate de gênero abordando o adoecimento físico e psíquico dos cortadores de cana do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. Os eixos norteadores das entrevistas foram trabalho, saúde/doença e aposentadoria. Para a autora, os corpos dos trabalhadores acabam se adaptando às condições de classe e gênero e após anos de fadiga completa, que os impede de continuar em atividade tão desgastante, acabam sofrendo com a marginalização e o estigma.

Zuleika Stefânia Sabino Roque, professora do Instituto de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal de São Paulo, abordou o tema do futebol de fábrica, na cidade de São José dos Campos, a partir, sobretudo, de fontes orais. A autora trabalhou com duas categorias, a saber: jogadores-operários e operários-jogadores. Os primeiros teriam atuado em clubes profissionais; já os segundos estavam mais relacionados aos espaços fabris, ainda

que se sobressaíssem nas práticas esportivas. De todo o modo, o futebol era uma forma de sociabilidade e de representação da fábrica junto à sociedade.

Rosângela Maria Silva Petuba, professora da Universidade Estadual de Ponta Grossa, tratou das memórias e identidades de trabalhadores ferroviários face ao processo de privatização da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima. Através da metodologia de história oral, a autora construiu narrativas com pessoas cujas vidas foram modificadas pelas transformações no mundo do trabalho. As falas realizaram desde avaliações sobre a conjuntura nacional, no momento da desestatização, bem como discorreram sobre o cotidiano do trabalho.

Ricardo Luiz Sapia de Campos, professor da Universidade Federal de Goiás, analisou a reorganização produtiva na região canavieira do interior paulista, através da observação do perfil e identidade do pequeno proprietário ou produtor agrícola. A perspectiva do autor foi a de discutir um novo tipo de trabalho no campo, bastante modificado com o passar do tempo.

Sílvia Brandão, doutoranda em filosofia pela Universidade Federal de São Paulo, abordou o que chama de “máquinas da memória” sobre a ditadura brasileira recente. A autora utilizou, principalmente, Gilles Deleuze e Félix Guattari, para pensar em subjetividades produzidas neste contexto.

Por último, Mayra Coan Lago, doutoranda no Programa de História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, analisou as cartas enviadas por trabalhadores para Juan Domingo Perón, entre os anos de 1951-1955. Ela identificou que a ideia da ação governamental foi a de construir uma espécie de diálogo direto entre o presidente e os trabalhadores, de modo que estes se sentissem representados em seus anseios e reivindicações.

As sessões temáticas apresentaram amplos espectros de discussões, ao permitir que pessoas de diferentes áreas das ciências humanas contassem seus percursos de pesquisa, de modo fraterno e colaborativo, em uma perspectiva de contribuir para que novos estudos sobre o mundo dos trabalhadores se efetivem e auxiliem para uma melhoria em suas condições de vida.

De outra forma, foi importante que os núcleos de documentação histórica da Universidade Federal de Pelotas e o da Universidade Estadual da Paraíba organizassem esse volume e construíssem formas de trabalho conjunto, já que possuem trajetórias e acervo documental próximo.

“Aprendizes” da liberdade: o serviço doméstico feminino em Belo Horizonte, 1897-1920

Marileide Lázara Cassoli¹

Resumo

Este trabalho pretende problematizar as vivências das mulheres afrodescendentes, no pós-abolição, que se dedicaram aos serviços domésticos, em Belo Horizonte, Minas Gerais, entre os anos de 1897 a 1920, no âmbito do processo de formação do mercado de trabalho livre no Brasil. A análise dos autos de corpo de delito por defloramento, depositados no fundo *Chefia de polícia* do Arquivo Público Mineiro, em suas breves e incompletas histórias desvelam as diferentes liberdades, moralidades e modelos de honestidade feminina, estabelecidos pela nascente República e aqueles construídos por essas profissionais do “lar alheio” em suas relações familiares e de trabalho.

Palavras-chave: Gênero. Trabalhadora doméstica. História.

De acordo com Marcelo Paixão e Flávio Gomes, os estudos sobre a mulher escrava no Brasil despontaram principalmente a partir da década de 1980. A partir do trabalho pioneiro de Maria Odila Leite sobre as práticas sociais e o cotidiano de negras, escravas e libertas, em São Paulo, no século XIX, outras abordagens se desenvolveram tendo como tema central a presença destas mulheres no mercado de trabalho. Em Minas Gerais, destacaram-se os estudos sobre as negras de tabuleiro, como também sobre as conexões entre a conquista da alforria e as relações de gênero no pequeno comércio realizado pelas mulheres negras, forras e livres (Paixão; Gomes in Xavier; Farias; Gomes, 2012, p. 299)². Pretendemos, aqui,

¹ Professora da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais. ml.meyer@uol.com.br.

² Os autores se referem aos trabalhos de Sheila Faria, Júnia Furtado e de Eduardo França Paiva. Sobre as questões relacionadas aos estudos da história das mulheres, ver TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres

problematizar as vivências das mulheres afrodescendentes, no pós-abolição, que se dedicaram aos serviços domésticos, em Belo Horizonte, Minas Gerais, no âmbito do processo de formação do mercado de trabalho livre no Brasil. A análise dos autos de corpo de delito por defloramento, depositados no fundo *Chefia de polícia*, do Arquivo Público Mineiro, em suas breves e incompletas histórias trazem em si vislumbres das diferentes liberdades, moralidades e modelos de honestidade feminina que nos permitem “esboçar” os múltiplos retratos das liberdades construídas naquele contexto.³

Ao discorrer sobre as experiências de liberdade de Balbina, Sabina, Henriqueta e Rosa, Sandra L. Graham enfatiza que:

Apenas um mosaico intrincado e amplo poderia retratar a história das negras no Brasil, tão ricamente complexas e diversas são as suas origens na África e no Brasil, suas muitas línguas e dialetos, práticas religiosas, formas de trabalhar, casar, ter filhos e cuidar deles, os modos como elas foram escravizadas e como algumas voltaram a ser livres. Não existe uma história única que conte tudo (Graham in Xavier; Farias; Gomes, 2012, p. 134).

Neste sentido, nos apropriamos das palavras da autora de que seria impossível “esboçar” um único retrato das liberdades construídas por estas mulheres. Contudo, para aquelas que se dedicaram ao serviço doméstico no pós-abolição, a conduta moral e o controle sobre o corpo feminino possibilitaram traçar um “fio condutor” em comum para as suas distintas histórias de vida. As origens deste “fio” foram apontadas por Camillia Cowling em seus estudos sobre o fundo de emancipação, gênero, abolição e os diferentes significados da liberdade feminina na Corte, nos anos 1880. A autora enfatiza a importância que a maternidade e o “feminino” adquiriram dentro dos discursos abolicionistas da época. Ao priorizar a liberdade das crianças, fruto da Lei do Ventre Livre de 1871, acabou-se por introduzir nos debates sobre o encaminhamento dos ingênuos a temática sobre “o papel de

e história social. In: *Cadernos Pagu* (3), 1994. p. 29-62. GONÇALVES, Andréa Lisly. *História e gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

³ Este trabalho é parte da tese de Doutorado defendida em setembro de 2015, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, intitulada: *A construção da liberdade: vivências da escravidão e do pós-abolição. Mariana, 1871-1920*. Tese (Doutorado em História Social da Cultura), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2015.

suas mães e, por consequência, o papel social de mulheres ex-escravas” (Cowling in Xavier; Farias; Gomes, 2012, p. 214-227). Na verdade, a percepção das elites sobre estas mulheres não se diferenciava daquilo que se pensava a respeito o comportamento social dos futuros libertos, independentemente do gênero, ou seja, a negação do trabalho, a incapacidade de lidar com a liberdade e a ausência dos hábitos familiares.

Este último aspecto era apontado como o principal responsável pela falta de preparação dos que se dedicavam aos serviços domésticos no Brasil. Ao contrário da Europa, onde a experiência da “domesticidade” era transmitida de geração a geração – daí a importância da educação oriunda da família, no Brasil, acreditava-se que o exercício destas funções pelos cativos inviabilizava a transmissão dos bons hábitos familiares. Tratando-se das ingênuas, futuras executoras dos serviços domésticos, o contato com os pais prestar-se-ia para reforçar os exemplos negativos, frutos dos vícios herdados da escravidão.⁴ Neste sentido, estas meninas deveriam receber uma educação pautada nos valores morais definidos pelas elites visando atender a dois objetivos: a continuidade do serviço doméstico e a formação moral das mães dos futuros cidadãos. Buscando cumprir estes objetivos, em abril de 1888, os vereadores da Corte apoiaram uma proposta para a criação de creches na cidade para que as mulheres pobres pudessem trabalhar, contribuindo com o bem estar da família sem terem que preocupar-se com os cuidados que os seus filhos deveriam receber (Cowling, 2012, p. 222).

Embora o estudo de Camillia Cowling tenha por cenário a Corte, as preocupações dos vereadores quanto ao controle sobre o trabalho e os corpos femininos não se limitaram a este espaço geográfico. A educação do liberto para o trabalho norteou as ações do Estado imperial e, posteriormente, da incipiente República, construindo uma unidade nacional em torno da necessidade da formação do trabalhador/cidadão. Esta temática estava presente no Congresso Agrícola, Comercial e Industrial do Estado, realizado em Belo Horizonte, no

⁴ A Escola Isabel foi criada na Corte com o objetivo de educar as ingênuas para que se tornassem “esclarecidas mães de família”. A escola funcionava em sistema de internato e atendia as meninas ingênuas e livres. Contudo, em 1884, a escola foi objeto de crítica por parte de vários vereadores que denunciavam o fato de que as meninas ingênuas estavam sendo educadas separadamente das demais. Além dos estudos acadêmicos, as ingênuas aprendiam a realizar as tarefas domésticas. Segundo os vereadores, este tipo de instrução não se prestava à formação das futuras mães de família, mas, sim, para difundir entre estas meninas que este seria o único caminho possível a ser seguido em suas vidas (Cowling, 2012, p. 214-227).

ano 1903.⁵ Quinze anos após a abolição, as elites governantes ainda buscavam a fórmula que eliminasse as heranças da instituição escravista do mundo do trabalho livre. Este era o palco no qual as nossas “atrizes” se movimentavam, divididas entre os padrões de comportamento estabelecidos pelas elites e as suas próprias perspectivas de liberdade. Passamos agora às suas histórias:

Anna. Em 15 de janeiro de 1926, Marçal Benigno, chefe de seção da agricultura, relatava à Secretaria de Polícia os fatos que haviam levado o soldado Joaquim Bento a “exemplar devidamente a sua irmã” Anna.⁶ Um mês antes do ocorrido, ela havia iniciado o seu trabalho como doméstica na residência do referido chefe de seção. Poucos dias depois, a empregada começou a “ser procurada, tanto durante o dia como durante a noite, por um soldado crioulo do 5º Batalhão”, de nome desconhecido, o qual Anna apresentava à sua patroa como sendo o seu irmão, Joaquim Bento. Ao constatar a artimanha utilizada pelo casal para que pudessem se encontrar sem qualquer incômodo, os patrões notificaram a família da moça e os supostos amantes foram surpreendidos no dia seguinte “quando pretendiam dar o costumado passeio”.⁷ O relato de Marçal Benigno, feito a pedido do pai de Anna, descreve os efeitos negativos que os encontros com o soldado do 5º Batalhão traziam ao desempenho profissional da empregada doméstica:

⁵ No processo de formação de um mercado de trabalho livre no Brasil, a legislação e a educação para o trabalho foram as bases do alicerce a sustentar a nova ordem de relações sociais que deveria predominar nesse processo. Requisitava-se a intervenção incisiva do Estado na normatização do mundo do trabalho, ou melhor dizendo, no controle e na fixação da mão de obra. No decorrer do processo abolicionista, a legislação relativa à escravidão fazia-se acompanhar de um projeto político que resguardava os direitos de propriedade senhorial e que “educasse” os libertos para a vida em liberdade. “Educar” o trabalhador livre perpassava ainda pela elaboração de uma legislação regulamentadora dos contratos de locação de serviços ou dos projetos de colonização por parceria, auxiliados pelo governo. Desta forma, a consolidação de uma nova ordem de domínio senhorial implicou em regulamentar a sociedade por meio da criação de um povo melhorado e da constante vigilância policial. Ver: RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil, 1800-1850*. Campinas – São Paulo: Editora da Unicamp CECULT, 2000. Essas mesmas temáticas nortearam o primeiro Congresso Agrícola, Industrial e Comercial do Estado, realizado em Belo Horizonte, entre 13 e 19 de maio de 1903. Educar o trabalhador mineiro para transformá-lo em uma mão de obra disciplinada, bem como, reprimir a vadiagem e a irregularidade ao trabalho foram pontos defendidos incisivamente no Congresso de 1903. As proposições dos mineiros, por sua vez, inseriam-se em um projeto mais amplo de reelaboração da noção de trabalho vigente e de formação do cidadão para a República. FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Trabalho e educação: a experiência do Instituto João Pinheiro - 1909/1934. *Educ. Rev.* [online]. 1991, n. 13, p. 37-46.

⁶ Arquivo Público Mineiro, POL 8, caixa 22, pacotilha 8.

⁷ Ibidem.

É fato que o soldado a desencaminhou por tal forma que ela já não tinha calma para cumprir as obrigações do emprego e até já saltava janelas para ir ter com ele. É fato, também, que, por duas vezes minha mulher encontrou a porta do quarto da empregada destramelada durante a noite, não sabendo nós outros se isso era mera distração ou se combinação para que ele viesse a dormir com ela mais tarde. Ela deve ser submetida a exame médico, para se constatar a sua donzelidade [sic] ou não⁸

Maria Amélia. No dia 1º de agosto de 1911, ela foi descrita em seu auto de corpo de delito como “uma rapariga de cor parda, regularmente desenvolvida para a idade que diz ter – dezessete anos. Apresenta os seios flácidos, fortemente pigmentados, tendo a mancha de pigmentação oito centímetros de diâmetro.”⁹ Ela era solteira, natural de Itaverava, distrito de Queluz, filha de Antonio Cyriano e Amélia Cyriano. Residia em Belo Horizonte, na rua Ceará, em casa de Antônio Bretas, onde trabalhava como lavadeira e não sabia ler ou escrever. Segundo Maria Amélia, foi Eduardo de tal que a deflorou quando ambos trabalhavam na Fazenda do Faria. Após o ocorrido, Eduardo havia partido. Algum tempo depois, ela teve notícias de que ele estava morto.

Ignácia dos Santos. Aos 16 anos, solteira, filha de Amâncio dos Santos – já falecido –, residia e trabalhava como cozinheira na casa do senhor Eugenio Vidal, situada na rua Guaicurus. Tratava-se “de uma rapariga de cor preta”, que não sabia ler ou escrever. Empregou-se como cozinheira também em Santa Luzia, na casa do senhor Modestino, dirigindo-se depois para a capital, Belo Horizonte. O primeiro homem com quem teve relações foi João de Tal, empregado na casa do senhor José Benjamim.¹⁰

“Meninas perdidas”, raparigas.¹¹ Além da profissão em comum, os serviços domésticos, estas “meninas-mulheres” compartilharam os trâmites jurídicos, autos de corpo

⁸ APM, POL 8, caixa 22, pacotilha 8.

⁹ Idem, pacotilha 3.

¹⁰ Idem, pacotilha 7.

¹¹ “Meninas perdidas” é uma referência ao título do texto de Martha Abreu que utilizamos como referência para as discussões que aqui desenvolvemos. Ver: ABREU, Martha. Meninas perdidas. In: PRIORE, Mary Del. (org.) *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2002. p. 289-316. Rapariga: “moçazinha”; moça:

de delito e os “julgamentos” sociais impostos pelos padrões de moralidade e de honestidade que marcaram a política jurídica e médica estabelecida no final do século XIX. Os “novos” trabalhadores/cidadãos deveriam ser sadios física e moralmente; os costumes ordeiros difundidos entre a população deveriam resultar em uma vida familiar saudável. Ou seja, a família deveria ser a célula *mater* difusora dos valores do casamento, da rotina doméstica, da responsabilidade do lar, os quais deveriam ser inculcados na educação das crianças, futuros trabalhadores/cidadãos. As definições dos papéis sexuais, masculinos e femininos, se tornaram, sob essa ótica, fundamentais para a reprodução de um modelo da vida sexual e afetiva definido pelos padrões das famílias ricas. Homens trabalhadores, filhos nascidos apenas dentro dos sagrados laços do matrimônio, mulheres dedicadas ao marido e à educação dos filhos e que tivessem uma vida voltada para os cuidados do lar e fossem “desobrigada[s] de qualquer trabalho produtivo” (Abreu, 2002, p. 291).

A concepção jurídica e médica acerca da necessidade de se educar as gerações futuras para a construção de uma nação pautada na “ordem e no progresso” foi reforçada pelo código penal criado em 1890. Em seus diversos capítulos, incluíam-se os artigos relacionados à prática da mendicância, à embriaguez, aos vadios e capoeiras, e de garantia ao trabalho:

Art. 204. Constranger, ou impedir alguém de exercer a sua indústria, comércio ou ofício; de abrir ou fechar os seus estabelecimentos e oficinas de trabalhar ou negócio; de trabalhar ou deixar de trabalhar em certos e determinados dias:

Pena – de prisão celular por um a três meses.

Art. 205. Seduzir, ou aliciar, operários e trabalhadores para deixarem os estabelecimentos em empregados, sob promessa de recompensa, ou ameaça de algum mal:

Penas – de prisão celular por um a três meses e multa de 200\$ a 500\$000.

Art. 391. Mendigar, tendo saúde e aptidão para trabalhar:

Pena – prisão celular por oito a trinta dias.

“criada de servir, rapariga, mulher de poucos anos, amiga”. SILVA, Antônio de Moraes. *Diccionario da língua portuguesa recopilado*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Tomos I e II.

Art. 396. Embriagar-se por hábito, ou apresentar-se em público em estado de embriaguez manifesta:

Pena – de prisão celular por quinze a trinta dias.

Art. 399. Deixar de exercitar profissão, ofício, ou qualquer *mister* em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistência e domicílio certo em que habite; prover a subsistência por meio de ocupação proibida por lei, ou manifestante ofensiva da moral e dos bons costumes:

Pena – de prisão celular por quinze a trinta dias.

§ 1º Pela mesma sentença que condenar o infrator como vadio, ou vagabundo, será ele obrigado a assinar termo de tomar ocupação dentro de 15 dias, contados do cumprimento da pena.

§ 2º Os maiores de 14 anos serão recolhidos a estabelecimentos disciplinares industriais, onde poderão ser conservados até a idade de 21 anos¹².

Para além do controle sobre a disciplina no trabalho, o Código Penal de 1890 estabelecia penas diferenciadas para os atos de “violência carnal” contra a mulher que variavam de acordo com o “grau” de honestidade e moralidade em que estas viviam:

Art.267. Deflorar mulher de menor idade, empregando sedução, engano ou fraude:

Pena – de prisão celular por um a quatro anos.

Art. 268. Estuprar mulher virgem ou não, mas honesta:

Pena – de prisão celular por um a seis anos.

§ 1º Se a estuprada for mulher pública ou prostituta:

Pena – de prisão celular por seis meses a dois anos.

Art. 269. Chama-se estupro o ato pelo qual o homem abusa com violência de uma mulher, seja virgem ou não.

Por violência entende-se não só o emprego da força física, como o de meios que privarem a mulher de suas faculdades físicas, e assim da

¹² Código Penal de 1890, Título IV, Capítulo VI; Livro III, Capítulos XII e XIII. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>>. Acesso em: 20/03/2013.

possibilidade de resistir e defender-se, como sejam o hipnotismo, o clorofórmio, o éter, e em geral os anestésicos e narcóticos¹³.

O Título VIII, no qual os artigos acima se inseriam, trata “dos crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias e do ultraje público ao pudor”.¹⁴ A maior parte de seus capítulos e artigos estava voltada para crimes contra a mulher, ou para aqueles que envolviam diretamente o protagonismo feminino, como o fingimento de gravidez e de parto ou o lenocínio (prostituição). Assim como nos artigos citados acima, a variação das penalidades era determinada pelo grau de honestidade da mulher ofendida. Nos casos de defloramento ou de estupro de mulher honesta, o condenado era obrigado a “dotar” a ofendida. Restava, ainda, a opção do casamento entre o ofensor e a ofendida, ato que eliminava a aplicação das penalidades. Ao analisar o Código Penal de 1890, Martha Abreu chama a atenção para as imprecisões relacionadas aos crimes de estupro e de defloramento:

Especialmente para os crimes de defloramento estabelecidos pelo código de 1890, embora os meios legais e possíveis (sedução, engano ou fraude) tenham sido formulados e a menoridade exigida, eles não foram definidos e precisados. Por outro lado, a expressão defloramento também trazia mais problemas do que certezas em função das difíceis conclusões acerca das condições da virgindade (física e/ou moral?) e da conseqüente honestidade (Abreu, 2002, p. 292).

Desta forma, como mão de obra, as mulheres encontravam-se submetidas às mesmas regras e penalidades que tinham por objetivo controlar a vadiagem, a mendicância e formar o trabalhador/cidadão; como domésticas, eram “controladas” pelas posturas municipais que exigiam “atestado de idoneidade física e moral” para as criadas de servir;¹⁵ como mulheres,

¹³ Código Penal de 1890, Título VIII, Capítulo I. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>>. Acesso em: 20/03/2013.

¹⁴ Código Penal de 1890, Título VIII. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>>. Acesso em: 20/03/2013.

¹⁵ As posturas sobre locação de serviços domésticos, aprovadas em 1890, na cidade de Ouro Preto, então Capital de Minas Gerais, determinavam que as matrículas dos criados de servir fossem realizadas na Câmara Municipal. O artigo 7º determinava que a referida matrícula limitar-se-ia “a pessoa que a requerer verbalmente

deveriam preencher os requisitos de moralidade e honestidade esperados das futuras mães dos jovens cidadãos. Logo, a mulher a ser protegida pela lei, pela família ou pela sociedade era aquela que se encaixava nos moldes dos costumes ordeiros. Nossas “raparigas” não se adequaram a estes modelos. Pelo contrário, do ponto de vista de juristas, médicos e políticos, elas eram exemplos palpáveis daquelas que traziam em si os supostos vícios da pobreza, da escravidão, da lascívia e da despreocupação com a honra feminina. Eram mulheres “públicas”, obrigadas ao trabalho produtivo para garantirem a sua sobrevivência ou a de suas famílias.

Não tivemos acesso aos autos jurídicos que deram origem aos autos de corpo de delito de Maria Amélia ou de Ignácia. Logo, torna-se impossível saber se estas demandas jurídicas foram iniciadas por algum parente em nome das menores. Tampouco podemos saber se a “donzelidade” de Anna foi comprovada ou não. Contudo, as suas breves e incompletas histórias trazem em si vislumbres das diferentes liberdades, moralidades e modelos de honestidade feminina. Por um lado, os fatos narrados evidenciaram as dificuldades do controle sobre os corpos femininos preconizado pelas práticas de identificação científica, pelos discursos sobre as raças e o controle sanitário dos corpos defendido pelos poderes públicos (Machado, 2010, p. 157-193). Por outro lado, estas pequenas histórias indicaram o quanto as formas de controle privado ainda encontravam-se presentes na jovem sociedade republicana.

No espaço rural, os libertos procuraram salvaguardar suas esposas e filhos dos trabalhos nas lavouras. Esta postura estava relacionada tanto ao direcionamento destas mulheres e crianças para a execução de atividades que revertessem em benefício apenas da própria família, como também procurava evitar que as mulheres fossem vítimas de possíveis assédios sexuais. Mantê-las em seus lares, cuidando das roças ou dos animais significava preservá-las física e moralmente. Porém, viver na cidade exigia que estas “raparigas” circulassem pelo espaço urbano indo e vindo de seus empregos, fato que poderia constituir-

ou por escrito e exibir atestações [sic] de idoneidade física e moral”. A lei completa pode ser vista em: Leis mineiras, Resolução n. 3.823 – de 16 de agosto de 1889. A análise dos anúncios de jornais, na cidade de Recife, entre 1840-1870, nos quais as “criadas de servir” se ofereciam para a prestação de serviços ou onde os patrões ofereciam empregos, apontam para as expectativas de ambos sobre os comportamentos e virtudes esperados. Robustez, fidelidade, ausência de vícios, enfim, competência, moralidade e honestidade. Ver: SILVA, Maciel Henrique. *Pretas de honra: vida e trabalho de domésticas e vendedoras no Recife no século XIX. (1840-1870)*. Recife: EDUFE, Salvador: EDUFBA. 2011.

se como um grande facilitador para a subversão¹⁶ do controle que os pais, as mães, os irmãos ou os tutores pretendiam exercer sobre estas meninas-mulheres. Segundo Sandra L. Graham, as escravas e libertas que viviam nas cidades circulavam pelas suas ruas e praças, conheciam “vários tipos de gente”, conquistavam o seu espaço em meio a esta miríade de pessoas, poderiam controlar melhor a própria vida e fazer escolhas. Neste sentido, no espaço urbano, certa independência tornava-se tão possível quanto necessária.¹⁷ Os serviços domésticos poderiam ser executados em diferentes residências por uma mesma empregada. Lavava-se ou engomava-se a roupa, por exemplo, em casas e dias alternados durante a semana, o que poderia ampliar a livre circulação das moças pela cidade. Para aquelas “criadas de servir” que estavam empregadas em uma única casa, havia a alternativa de residir no mesmo local em que trabalhavam. Daí, a preocupação dos familiares destas “raparigas” com a idoneidade e a moralidade dos patrões, e vice-versa. Neste sentido, as vigilâncias pública e privada complementavam-se e, muitas vezes, uniram-se nas vãs tentativas de controlá-las.

Observando por este prisma, podemos refletir sobre o caso de Anna. Os seus passeios e encontros furtivos com o misterioso soldado do 5º batalhão levaram o seu pai, seu patrão e seu irmão a unirem-se na salvaguarda de sua honra. Não apenas uniram-se entre si como recorreram ao poder público para solicitar o encaminhamento da mesma a exame médico visando à constatação de sua “donzelidade ou não”. O relato de seu patrão, Marçal Benigno, prestava-se ainda para justificar a atitude tomada pelo irmão de Anna, o soldado Joaquim Bento, o qual a havia “exemplado” devidamente. Ao que tudo indica, “exemplar devidamente” implicou no uso de violência física, fato que pode ter provocado problemas junto aos superiores do soldado Joaquim Bento. Contudo, suas ações justificam-se iam diante do grau de “desencaminhamento” em que a moça se encontrava. Afinal, ela “já não tinha calma para cumprir as obrigações do emprego e até saltava janelas para ir ter com ele [o

¹⁶ Utilizamos o termo subversão, aqui, com a seguinte definição: “insubordinação contra a autoridade, as instituições, as leis, as regras aceitas pela maioria”.

Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/busca?palavra=subvers>>. Acesso em 27/06/2015.

¹⁷ Em oposição à autonomia propiciada pelo espaço urbano, a zona rural facilitava a maior vigilância dos escravos e das pessoas que circulavam pelas fazendas. As casas eram mais distantes entre si, apenas os escravos de maior confiança saíam sozinhos da fazenda. A própria organização do espaço facilitava a vigilância das senzalas ou das oficinas, e a lavoura era patrulhada pelos capatazes (Graham, 2012, p. 134-135). FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: história de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

soldado]”; neste sentido, Anna encontrava-se em duplo julgamento: como trabalhadora e como mulher. O pedido para a realização do exame de corpo de delito pode ser compreendido sob diferentes perspectivas. Como instrumento de comprovação de seu possível defloramento, poderia livrar seu irmão de punições pelo seu “exemplamento” [sic] – ele estaria somente trazendo-a de volta para a retidão moral –; poderia prestar-se para exigência do “dotamento” de Anna pelo responsável; ou, ainda, para que todas as punições previstas fossem substituídas pelo casamento.¹⁸ Esta última opção talvez atendesse aos anseios de Anna, “perder” a virgindade poderia ser um recurso para que a família se visse “obrigada” a permitir o casamento com o parceiro escolhido por ela. Nas palavras de Martha Abreu:

Um dado significativo no depoimento das jovens após os anos 20, é o fato de que muitas delas usavam sua virgindade como um instrumento de luta de poder em vários níveis. Como a tentativa do judiciário de disciplinar a conduta das moças pobres justificava-se pela defesa de sua honra ou preservação de sua virgindade, muitas, de uma forma contrastante, chegaram a ver a ruptura de seus himens como significando liberdade. Fazer sexo era, para várias meninas, um ato de desafio. Na pesquisa em questão, por exemplo, encontram-se processos em que as ofendidas fizeram sexo com os seus namorados para forçarem seus pais ou outras autoridades a aceitarem um relacionamento proibido. Ainda que por lei o consentimento dos pais fosse requerido para o casamento de menores de 21 anos, no saber popular os pais pareciam perder a autoridade sobre suas filhas após o defloramento (Abreu, 2002, p. 310).

Estas mesmas possibilidades talvez possam lançar luzes sobre os exames de corpo de delito por defloramento das “raparigas” Maria Amélia e Ignácia dos Santos. As informações contidas nos registros médicos de seus exames quase nada nos contam sobre qual foi a

¹⁸ O Código Penal de 1890 só foi parcialmente alterado em 1920, com a Consolidação das Leis Penais de Piragibe. As mudanças relacionadas ao crime de defloramento somente foram consubstanciadas pelo Código Penal de 1940, quando este crime foi substituído pelo de sedução e definiu a menoridade para as jovens entre 14 e 18 anos (Abreu, 2002, p. 308-309).

situação limite que as envolveu em processos por defloração. Contudo, o “desafio” de Maria Amélia aos padrões de moralidade exigidos residiu em assumir que já não era virgem quando se envolveu com Benjamim, soldado do 1º Batalhão, ao que tudo indica, responsabilizando-o pelo seu suposto defloração. Ignácia dos Santos enumerou os vários homens com os quais manteve relações sexuais: o primeiro deles, o senhor João de tal; Lafontaine, filho do senhor Modestino Silva, “a seduziu com brinquedos; na capital, “teve relações com um rapaz chamado Agenor, o qual mora na Rua Ceará”.¹⁹ Neste sentido, os exames de corpo de delito por defloração expunham ao mesmo tempo a fragilidade destas mulheres –submetidas às descrições minuciosas de seus corpos e às regras de pureza–, assim como as suas vivências de autonomia e de distanciamento das atitudes consideradas naturalmente honestas. Como indicamos anteriormente, viver na cidade contribuía para que estas mulheres exercitassem a sua autonomia. Não apenas em termos da ruptura dos padrões de moralidade e honestidade. Estas breves histórias que, aqui, reunimos lançaram algumas luzes sobre a circulação das “criadas de servir” pelo espaço urbano. Em alguns casos, o primeiro movimento de circulação realizado era a chegada à nova capital.

Em junho de 1905, Senhorinha da Costa, viúva de Miguel Soares Bahia, natural de Santa Quitéria²⁰, lavadeira e cozinheira, mudou-se para o bairro “Barro Preto”, com as suas duas filhas: Maria Antônia da Costa, 18 anos, solteira, e Maria da Costa, casada com Augusto Sabino, preto, jornalista. Senhorinha e Maria Antônia trabalhavam ambas como lavadeiras e cozinheiras. Um ano depois da mudança da família para a capital, Maria Antônia enfrentou um processo por “defloração e enterro indevido de nascituro”.²¹ No decorrer do processo, vários suspeitos foram apontados como prováveis responsáveis pelo defloração e a conseqüente gravidez da moça. Entre eles, estavam o seu cunhado, Augusto Sabino, e o

¹⁹ APM, POL 8, caixa 22, pacotilha 3; APM, POL 8, caixa 23, pacotilha 7.

¹⁹ APM, POL 8, caixa 23, pacotilha 7.

²⁰ Segundo Waldemar de Almeida Barbosa, três localidades em Minas Gerais denominaram-se originalmente Santa Quitéria: Esmeraldas, Ipiúna e Natércia. Não há como definir com precisão qual a origem de Senhorinha da Costa (Barbosa, 1995, p. 297).

²¹ APM, POL 8, caixa 21, pacotilha 9. Sobre o crime “do parto suposto e outros fingimentos”, ver o Código Penal de 1890, Seção 7, Título IX, Capítulo III.

padre João, da Ordem Redentorista²² em Belo Horizonte. Ao ser inquirida pela primeira vez, Maria Antônia acusou o cunhado pelo defloramento e o padre João de ser “cúmplice por ter tentado várias vezes ter relações sexuais com ela”.²³ Segundo a jovem, o padre havia ameaçado tirar a esmola que doava para a família se ela se recusasse a manter relações sexuais com ele. Enfim, no último depoimento ao qual tivemos acesso, Maria Antônia declarou que o responsável pelo seu defloramento foi seu primo Pedro, mulato claro, e que “com ele andou algumas vezes, sendo que depois começou a ter relações sexuais com o seu cunhado, Augusto Sabino”.²⁴ Afirmou, ainda, que não sabia quem era o pai da criança e que até dar à luz só havia se relacionado com estes dois homens. O paradeiro do primo era ignorado, a criança nasceu morta – supostamente em função de uma queda que ela sofreu trabalhando –; o padre João foi totalmente inocentado.

Contudo, o que mais nos chamou atenção no auto de Maria Antônia foi o “mapeamento do trabalho” realizado por ela em seu testemunho. Ou seja, a enumeração das casas em que atuou como cozinheira ou lavadeira. Passamos a palavra a Maria Antônia:

[disse a testemunha] que a primeira casa onde esteve empregada foi a do italiano José Mário, perto da farmácia Magalhães, onde esteve quase sete meses, dali saiu para a casa da viúva Camargos, à rua Claudio Manoel, onde lavou roupa durante um mês, em seguida esteve substituindo sua mãe que estava doente e era empregada na casa da viúva Camargos e do Sr. Arthur Felicíssimo, esteve empregada cinco dias em casa do Dr. Affonso Penna Junior, tendo então adoecido escarrando sangue e tendo se tratado em casa quase um mês. Declarou que da casa do Sr. Arthur Felicíssimo passou a empregada na casa quase um mês do Sr. João de Miranda onde esperou apenas cinco dias a chegada de outra empregada que veio

²² Em fevereiro de 1900, o então Bispo de Mariana, Dom Silvério Gomes Pimenta, convidou os missionários redentoristas holandeses para assumirem o trabalho pastoral e missionário na nova capital. Eles tomaram posse da Paróquia São José, a segunda paróquia criada na cidade, tendo à frente o padre Pedro Beks. Disponível em: <<http://www.provinciadorio.org.br/paroquia?id=11>>. Acesso em: 28 jun. 2015.

Em 20 de abril de 1902, foi lançada a pedra fundamental da nova matriz, e em 1904 começou a ser usado o recinto para funções religiosas, mas sua conclusão se deu no ano 1910.

²³ APM, POL 8, caixa 21, pacotilha 9.

²⁴ Ibidem.

de Morro Velho (...) da casa do Dr. João de Miranda esteve três meses lavando roupa e empregada na fábrica de meias do Calafate; que do Calafate passou de novo a empregada em casa do Dr. Arthur Felicíssimo, onde esteve três meses (...) antes de se empregar em casa do Dr. Affonso Penna esteve mais de um mês lavando roupa em casa do Dr. Carvalho de Britto, onde entrava de manhã cedo e saía à tarde, sempre em companhia do pupilo de sua mãe, Francisco da Cunha.²⁵

Por meio do relato da jovem cozinheira e lavadeira, é possível vislumbrar os seus espaços de circulação pelo ambiente urbano da capital. Ela residia em um bairro cujas origens remontam ao ano 1900, quando se iniciou a concessão de lotes gratuitos a operários na 8ª Seção, antigo nome do bairro Barro Preto. Em 1902, o serviço de bondes foi implantado na capital e, neste mesmo ano, foi inaugurada a primeira linha de bondes que circulava pelos bairros Centro, Funcionários, Região da Savassi e Região Nossa Senhora da Boa Viagem. A rota seguida pelo transporte público agilizava e facilitava o acesso dessas mulheres aos locais de trabalho. Desta forma, ir e vir do emprego todos os dias tornava-se uma opção viável e oferecia a opção de viver no próprio lar e não junto aos patrões. Algumas das residências em que Maria Antônia empregou-se estavam localizadas nestas áreas em que o bonde circulava ou em suas proximidades.

A casa da viúva Camargos localizava-se na rua Cláudio Manoel. Não conseguimos o número da residência, mas trabalhamos com a hipótese de que se situava nas proximidades da Praça da Liberdade.²⁶ A residência do senhor Arthur Felicíssimo localizava-se na avenida Amazonas, no número 625, na região central da cidade. Ele foi diretor de fiscalização de rendas do estado entre os anos 1909 e 1914.²⁷ Finalmente, a casa do doutor Affonso Penna Júnior – filho do ex-presidente da República Afonso Penna – situava-se na rua dos Aimorés,

²⁵ APM, POL 8, caixa 21, pacotilha 9.

²⁶ Arriscamos a hipótese de que a casa pertencia aos descendentes do Barão de Camargos. A atuação política de seu filho, o doutor Antônio Teixeira de Sousa Magalhães, poderia explicar a opção da família por uma residência na nova capital. Quanto à localização da casa da viúva Camargos, atribuímos a mesma às proximidades da Praça da Liberdade. Nesta região encontrava-se o Centro Administrativo de Belo Horizonte, fato que deu origem ao nome do bairro: Funcionários.

²⁷ Atualmente, a antiga residência de Affonso Penna Júnior pertence ao Centro Universitário UNA e é conhecida como a “Casa da UNA”.

no número 1451, próximo à Praça da Liberdade.²⁸ Estes detalhamentos de endereços não constavam do auto a que tivemos acesso. Dessa forma, trabalhamos com a hipótese de que, por tratarem-se de pessoas de reconhecimento público e político, as minúcias estavam dispensadas. Mesmo no caso do italiano José Mário, a referência para a localização de sua casa, a Farmácia Magalhães, certamente foi utilizada por ser um local de conhecimento público na época. A nomeação de lugares e pessoas poderia ser fundamental na reconstrução da imagem de honra e moralidade feminina. Maria Antônia trabalhou para pessoas de destaque social e político na capital mineira, logo, deveria ter qualidades profissionais e pessoais que viabilizavam a sua circulação por estes lares. Sua dedicação ao trabalho ficou ressaltada ao afirmar que só deixou de comparecer às suas obrigações ao adoecer gravemente. Trabalhou como empregada doméstica e operária durante algum tempo. Mesmo grávida, ela continuou exercendo as suas funções até a hora do parto. Note-se que, na descrição de seus espaços de circulação, ela enfatizou os locais de trabalho, as idas à casa dos padres Redentoristas – para receber as esmolas – e o fato de que, em alguns destes locais, esteve sempre acompanhada ou de sua mãe, ou do menino Francisco da Cunha.²⁹ Os espaços de lazer não constaram de sua narrativa. O seu defloramento teria ocorrido no espaço do lar por alguém que não lhe era estranho ou desconhecido. Neste sentido, a “geografia” do trabalho, a honestidade e a moralidade encontravam-se interligadas e poderiam garantir a recomposição de uma imagem moralmente aceitável das “raparigas” defloradas (Abreu, 2002, p. 306).

Várias outras meninas chegaram a Belo Horizonte, com ou sem as suas famílias, e empregaram-se nos serviços domésticos e acabaram por ter parte de suas vidas registradas nos autos de defloramento. Maria Amélia, parda, natural de Queluz, passou a residir na rua Ceará; Thereza Cerqueira, preta, veio da Bahia em 1911 e estabeleceu-se na rua Rio das Velhas; Gavalina Baptista de Macedo empregou-se na casa do desembargador Antônio Luiz Ferreira Tinoco, situada na rua Ceará. Finalmente, Izolina, preta, deixou a cidade do Pará³⁰ e veio viver na Colônia Carlos Prates, atual bairro Carlos Prates. Pelo relato de Maria Antônia,

²⁸ Imprensa Oficial, Jornal *Minas Gerais*, página 3.187, 1909-1914.

²⁹ Maria Antônia era acompanhada pela mãe quando trabalhava na casa de estudantes. Já o menino Francisco da Cunha a acompanhava na casa dos Redentoristas para receber as esmolas ou quando lavava as roupas na casa do doutor Carvalho de Britto. APM, POL 8, caixa 21, pacotilha 9.

³⁰ Possivelmente o atual município de Pará de Minas (Barbosa, 1995, p. 235-236).

este não deveria ser um fato incomum. Ela mesma trabalhou por apenas cinco dias na casa do senhor João de Miranda até que a nova empregada viesse de Morro Velho.³¹ Podemos arriscar a hipótese de que algumas delas fossem provenientes de propriedades rurais que pertenciam aos patrões para os quais trabalhariam na capital. O atrativo da vida na cidade por um lado e, por outro, o interesse dos empregadores em ter no interior de seus lares alguém de confiança, podem ter se configurado em uma combinação a atender os interesses de ambas as partes.

Por fim, os espaços de lazer. Em 18 de julho de 1915, Fortunato Ottoni Soares encaminhou uma queixa contra o Guarda Civil n. 100. Segundo Fortunato, no dia 15 de julho, às 7 horas da noite, ele encontrava-se na Praça da Liberdade em companhia de Maria dos Santos,

em atitude respeitadora e convinhável com o decoro que um lugar público merece e com a educação que possui, [quando] foi rudemente insultado pelo referido Guarda Civil n. 100 que, em termos ásperos e insolentes e esquecendo-se de falar perante uma senhora, intimou-o a retirar-se imediatamente da Praça.³²

As queixas continuam denunciando o abuso praticado pelo agente de segurança pública, o qual, segundo o queixoso, se aproveitava do prestígio da farda e insultava cidadãos “inermes e pacíficos”, de atitude ordeira e respeitadora. A situação foi agravada pelo fato de que os insultos teriam ocorrido perante uma senhora. A defesa do guarda civil nos fala um pouco sobre o controle dos espaços de lazer. Segundo João Aristóteles Lopes, o Guarda Civil n. 100, ele havia sido designado para trabalhar na Praça da Liberdade e o seu fiscal lhe havia recomendado evitar os meninos desocupados e os “namoriscos” na Praça. Sua ação correspondeu às ordens recebidas. A sua descrição do espaço da praça nos remete mais uma vez à questão dos comportamentos moralmente aceitáveis:

Há na Praça pontos bastante escasso [sic] de luz e é para aí que os namorados afluem de preferência; domingo, 16 do corrente, a Praça achava-se bastante povoada e o abaixo assinado [o próprio guarda

³¹ Região de Barão de Cocais e Santa Bárbara (Barbosa, 1995, p. 213).

³² APM, POL 8, caixa 25, pacotilha 2.

civil] percorrendo-a achou conveniente chamar atenção dos pares isolados dos quais houve um que não se achando bastante satisfeito, deixou-se explodir dizendo que os superiores do abaixo assinado (de quem havia alegado a ordem) não podiam fazer Constituição (...) O abaixo assinado não proibiu o dito moço assentar na Praça, apenas reclamou o lugar em que se achavam visto o modo, aspecto e traje que apresentavam que não era difícil de confundir-se com as das empregadas para as quais há ordens especiais.³³

No relato do guarda civil João Aristóteles, a praça era um lugar bastante movimentado e marcadamente popular. Por isso mesmo, cabia à segurança pública a manutenção da ordem afastando os “meninos desocupados” e os “namoriscos” à meia luz. Contudo, o que nos chamou a atenção neste relato não foram os brados do queixoso pelas ofensas feitas a um cidadão – como ele mesmo se intitula –, tampouco os seus clamores sobre o abuso de autoridade por parte do policial. Na verdade, foram as justificativas do guarda civil para ter abordado aquele casal especificamente: “os modos, o aspecto e traje” que confundia-se com o das empregadas, para as quais “há ordens especiais”. Desafortunadamente, não encontramos quaisquer indicações do que seriam estes padrões de comportamento, traje ou aspecto, ou, ainda, quais poderiam ser as ordens especiais direcionadas para as empregadas. Pela repreensão sofrida pelo casal, podemos inferir que era esperado, por parte das empregadas, um comportamento condizente com os padrões vigentes de moralidade estabelecido pelos ditames sociais da época e traduzido em leis no Código Penal, como vimos acima. Neste sentido, as ações do policial em inibir a “desordem” tornavam-se mais do que justificadas para os seus superiores.

Embora tais autos jurídicos não apontem os destinos de nossas protagonistas em seus “embaraços” com a lei, eles nos revelam os percalços enfrentados por essas mulheres em uma sociedade que buscava reinventar a si própria no pós-abolição. Mais ainda, procurava forjar um modelo de trabalhador/cidadão pautado em princípios morais de valorização do trabalho e da família. Transitar por esses dois universos, o da autonomia e o do controle,

³³ APM, POL 8, caixa 25, pacotilha 2. Grifo do documento.

certamente constituiu-se no maior desafio a ser enfrentado por essas mulheres que tinham nos serviços domésticos a principal fonte de sua sobrevivência ou a de suas famílias.

Referências

ABREU, Martha. Meninas perdidas. In: PRIORE, Mary Del. (org.) *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2002. p. 289-316.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte - Rio de Janeiro: Editora Itatiaia Limitada, 1995.

CÓDIGO PENAL DE 1890. Disponível em: <<http://codigo%20comercial%20e%20penal/codigo%20penal%20de%201890.htm>>. Acesso em: 20/03/2013.

COWLING, Camillia. O fundo de emancipação “livro de ouro” e as mulheres escravizadas: gênero, abolição e os significados da liberdade na Corte, anos 1880. In: DICIONÁRIO HOUAISS. Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/busca?palavra=subvers>>.. Acesso em 27/06/2015.

FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: história de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Trabalho e educação: a experiência do Instituto João Pinheiro - 1909/1934. *Educ. Rev.*[online]. 1991, n.13, p. 37-46.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. Uma certa liberdade. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana B.; GOMES, Flávio. (orgs.). *Mulheres negras no Brasil escravista e no pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012. p. 214-227.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *História e gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

MACHADO, Maria Helena. Corpo, gênero e identidade no limiar da abolição: a história de Benedicta Maria Albina da Ilha ou Ovídia, escrava (Sudeste, 1880). *Afro-Ásia*, 42, 2010, p. 157-193.

PAIXÃO, Marcelo; GOMES, Flavio. Histórias das diferenças e das desigualdades revisitadas: notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana B.; GOMES, Flávio. (orgs.). *Mulheres negras no Brasil escravista e no pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012. p. 297-313.

Paróquia de São José. Disponível em: <<http://www.provinciadorio.org.br/paroquia?id=11>>. Acesso em 28/06/2015.

RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil, 1800-1850*. Campinas – São Paulo: Editora da Unicamp CECULT, 2000.

SILVA, Antônio de Moraes. *Diccionario da língua portuguesa recopilado*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Tomos I e II.

SILVA, Maciel Henrique. *Pretas de honra: vida e trabalho de domésticas e vendedoras no Recife no século XIX. (1840-1870)*. Recife: EDUFE, Salvador: EDUFBA. 2011.

TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e história social. In: *Cadernos Pagu* (3), 1994. p. 29-62.

XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana B.; GOMES, Flávio. (orgs.). *Mulheres negras no Brasil escravista e no pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012. p. 214-227.

Fontes Manuscritas

Arquivo Público Mineiro (APM).

Fundos:

Chefia de Polícia (POL)

Secretaria de Viação e Obras Públicas

Acervo cartográfico, APM 100, Belo Horizonte, 1958.

Fontes Impressas

Periódico *Minas Gerais*. Imprensa Oficial.

Corte de cana: trabalho, gênero e adoecimento

Tainá Reis¹

Resumo

O corte de cana de açúcar exige um grande dispêndio de energia, não só do corpo, mas do próprio ser social. O objetivo deste trabalho é apresentar algumas repercussões da articulação entre trabalho e gênero no corte de cana, tendo o adoecimento físico e psíquico como consequência. A pesquisa foi realizada no Vale do Jequitinhonha/MG, local que contou com intenso fluxo migratório para os canaviais paulistas. O cortador de cana adoecido vê em seu adoecimento o dismantelamento de tudo aquilo que dava sentido em sua existência. Percebe-se uma adaptação do corpo à condição de classe e de gênero.

Palavras-chave: Corte de cana. Masculinidade. Adoecimento.

Introdução

Os cortadores de cana saem de suas terras para buscar melhoria das condições financeira de vida no trabalho sazonal nos canaviais paulistas; encontram uma realidade laboral penosa - pagamento por produção, alojamentos precários, alimentação deficiente e ritmo de trabalho exaustivo, “vencem” a safra ano após ano. Sendo superexplorados², acompanham o desgaste de seus corpos. Na cidade natal, as famílias vivenciam as idas e vindas desses trabalhadores. Mulheres denominadas “viúvas de marido vivo” passam mais da metade do ano sozinhas, responsáveis pelo cuidado com os filhos e pequenas roças que

¹ Doutoranda em sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos

² Entende-se o pagamento por produção como meio de superexploração, uma vez que o salário pago ao trabalhador é menor que o valor de sua força de trabalho, ou seja, não garante efetivamente a reprodução da força de trabalho, submetendo-o a uma reprodução precária (Guanais, 2015).

esses homens deixam para trás quando migram. Apesar de o trabalho ser sazonal, ocorre anualmente há mais de 50 anos, o que o caracteriza uma “migração permanentemente temporária” (Silva, 1999). Após oito, dez, 15 anos nesse movimento de idas e vindas, a penosidade do trabalho nos canaviais pode ser sentida no corpo dos trabalhadores; adoecem.

Uma vez que o salário pago aos cortadores de cana é calculado a partir de sua produtividade, pode-se dizer que seu ganho, ou seja, o aumento da produção, e a conseqüente “melhoria” na sua condição de vida, vão depender justamente de sua capacidade física (Navarro, 2006; Alves, 2006). No caso dos cortadores de cana se afirma que o “esforço realizado pelos trabalhadores é decorrente do processo de trabalho combinado com a forma de pagamento” (Alves, 2008, p. 2). O pagamento por produção garante à empresa a intensificação do trabalho e um aumento das jornadas de trabalho, uma vez que para garantir maiores ganhos os trabalhadores se submetem a altos níveis de esforço laboral físico.

No trabalho, o cortador deve abraçar certa quantidade de cana com um braço e com a outra mão golpear a cana com o podão ao rés do chão. Esse movimento exige a total curvatura do corpo. São desferidos vários golpes de facão e depois a cana deve ser lançada nas leiras. Laa (2010) concluiu que, em média, os cortadores de cana desferem 3.498 golpes de facão, realizando 3.080 flexões de coluna, cortando em média 12,9 toneladas por dia. Os batimentos cardíacos chegam a duzentos por minuto. A maior parte dos trabalhadores nessa atividade extrapola a carga cardiovascular limite, ou seja, tem uma grande sobrecarga na frequência cardíaca. Os cortadores de cana também ingerem grande quantidade de água, em média, oito litros em um dia de trabalho em que cortam sete toneladas de cana, com um gasto médio de 3.518 calorias, caminhando até dez quilômetros (Verçoza, 2015). Desse modo, convivem com dores cotidianas, como câimbras, vômitos, tonturas e machucados - cortes nas mãos e pés pelo manuseio do facão.

O alto gasto de energia somado ao esforço em excesso para a realização do corte da cana pode levar à morte ou à perda precoce da capacidade de trabalho. No período de 2004 até 2007 foram registradas 21 mortes nos canaviais paulistas, possivelmente por excesso de trabalho. Mortes, acidentes e mutilações são recorrentes no corte de cana. Médicos

afirmam que a perda excessiva de potássio na sudorese pode levar à parada cardiorrespiratória (Silva, 2008), assim como doenças cardíacas, respiratórias e osteoarticulares. (Laat, 2010; Prado, 2011). A sobrecarga térmica também age contra a saúde do cortador de cana, podendo levar às chamadas doenças de calor, como irritabilidade, confusão mental, câimbras, fadiga e até mesmo morte (Bittencourt et al., 2012). Além disso, a queima da cana, a fuligem e fumaça, que provocam problemas respiratórios, também representa um aquecimento da terra, que contribui para a sobrecarga térmica. As vestimentas pesadas impedem o corpo de fazer a troca de calor para a manutenção do equilíbrio térmico do corpo.

Os descartados da cana são, na maioria, migrantes, que por anos se dedicaram à colheita da cana de açúcar, trabalhando por produtividade, cortando mais de dez toneladas por dia, às vezes 20, 30 toneladas. Conforme Lourenço e Bertani (2010), a escolha pela força de trabalho migrante representa vantagens para o capital, já que os encargos trabalhistas e sociais se restringem apenas ao período da safra; trata-se de uma mão de obra mais barata e mais resignada. A distância da família e as adversidades da viagem resultam numa maior subordinação às imposições do trabalho, uma vez que a possibilidade de retorno imediato é baixa, principalmente pela questão financeira. Alguns são selecionados no local de origem, e com o fim da safra devem voltar a esses locais, para que possam ser recontratados nas safras seguintes.

Esses trabalhadores migrantes são camponeses oriundos, principalmente, do Nordeste (mais especificamente Maranhão e Piauí) e do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. Um longo processo de expropriação orquestrado pelo Estado expulsou os camponeses de suas terras, empurrando-os para a migração como meio de sobrevivência. Esses expropriados tornam-se mão de obra assalariada nos canaviais paulistas, de camponeses transformam-se em boias-frias. Como dito anteriormente, apesar de a colheita da cana ser um trabalho temporário, já que ocorre apenas nos períodos de safra, é também permanente, pois ocorre há mais de meio século. É uma migração permanentemente temporária. O modo de vida das famílias camponesas, então, passa a ser organizado pelo tempo da safra, o tempo da produção capitalista. Passam por um processo de desenraizamento. Mas, apesar das adversidades que enfrentam, os cortadores de cana tendem a voltar à região de origem (Silva, 1999).

O posicionamento do cortador de cana, seja no local de trabalho, seja com a família e amigos, vai depender de seu desempenho ao fim da safra. Se cortou muito, ganhou dinheiro suficiente, ganhará respeito, reconhecimento; se não, fica conhecido como “podão de borracha”, um fraco. Há um peso simbólico da associação entre desempenho no trabalho e a identidade. O pensamento patriarcal mantém sobre o homem a responsabilidade de manutenção da família. Entretanto, o patriarcado não está restrito ao campo do trabalho, está em todas as esferas das relações sociais. Voltar para o local de origem, voltar com uma quantia de dinheiro que possa garantir o conforto da família, significa reafirmar esse papel. É também essa cobrança que faz com que os cortadores se dediquem até o limite de seu corpo, que vai findar no adoecimento, tanto físico quanto psíquico. Esse adoecimento repercute também sobre as famílias, as mulheres passam a desempenhar outros papéis quando da volta dos esposos já sem capacidade laboral.

Esse artigo apresentará considerações iniciais sobre a articulação entre gênero e trabalho, apontando o adoecimento como consequência da articulação entre tais elementos. Trata-se de resultados parciais da pesquisa de doutorado Fio da navalha: o ‘não trabalho’ para ex-cortadores de cana adoecidos. A pesquisa foi realizada no município de Araçuaí, no Vale do Jequitinhonha/MG, local que contou com intenso fluxo migratório para o corte de cana em São Paulo, onde atualmente estão muitos dos adoecidos da cana.

A pesquisa

O Vale do Jequitinhonha/MG foi uma região de significativa migração para os canaviais paulistas desde a década de 1960. O modelo de modernização empreendido pelos governos militares foi responsável pela expropriação do campesinato da região, que se efetivou por meio de leis que garantiam a livre atuação das classes dominantes. A destruição e fraudulenta compra das terras dos camponeses, que seriam destinadas depois às grandes produtoras de eucalipto, a expropriação para a construção de grandes usinas hidrelétricas posterior e os empreendimentos mineradores, os empurrou para a busca de sobrevivência fora dali. Assim, se inicia a migração desses camponeses para o trabalho em outras culturas, como colheita de café, laranja e corte de cana, que se torna permanentemente temporária uma vez que ocorre paulatinamente no decorrer dos anos (Silva, 1999).

No caso do adoecimento dos cortadores de cana, torna-se relevante atentar para a volta à terra natal como estratégia de sobrevivência. Pode-se compreender que o apego a terra também representa uma forma de sobrevivência (SILVA, 1999). Partindo do debate de identidade e memória, entende-se que é o compartilhamento do sentido de espaço que garante a coesão social dos grupos (Halbwachs, 1990; Pollack, 1992). Dessa forma, buscou-se uma região de origem para a realização da pesquisa, que se efetivou no município de Araçuaí, no Vale Jequitinhonha/MG. Lá foram buscados, além dos ex-cortadores de cana adoecidos e suas famílias, os equipamentos sociais que poderiam dar atendimento a esse público, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) e Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), além do Sindicato Rural, médicos do SUS, e representantes do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS.

Ao todo, realizaram-se 29 entrevistas de roteiro semiestruturado, os sujeitos de pesquisa foram: ex-cortadores(as) de cana adoecidos, familiares dos ex-cortadores, sindicalistas, assistentes sociais, psicólogos, e médicos (responsáveis pelos laudos para o INSS). A entrevista com os familiares teve o intuito de compreender os impactos do adoecimento nas relações familiares e a organização das relações de gênero. As entrevistas com os ex-cortadores de cana se organizaram em torno de três eixos, trabalho, saúde/doença e aposentadoria. As entrevistas com agentes como assistentes sociais, psicólogos, e sindicalistas buscaram informações sobre a presença de ex-cortadores de cana adoecidos na localidade, suas demandas e a capacidade de resposta frente tais demandas. A entrevista com os médicos intentou a caracterização do discurso médico sobre a situação dos ex-cortadores de cana adoecidos e sobre a questão da aposentadoria.

Experiências do corte de cana: “aguentar a bronca”

Sabe-se que as atuais formas de organização do trabalho impõem aos trabalhadores altos níveis de produção, aos quais os mesmos se submetem para garantir a manutenção do emprego, e também a manutenção de sua posição simbólica no seu espaço social. Essa submissão se dá também no sentido de negar e suportar as dores advindas do trabalho. Os entrevistados em maioria relatavam a convivência com as dores durante o trabalho no corte

de cana. Até porque, como relatou Nilton³, "Todo sabem, quanto mais forçava, mais ganhava".

As altas taxas de produtividade, a dor e o sofrimento estão naturalizados, pois já está introjetado nesses sujeitos um certo código de conduta, uma disciplina, em relação ao trabalho e aos atributos de gênero. Em uma entrevista coletiva, enquanto um ex-cortador relatava que abandonou o corte de cana por não aguentar mais o trabalho, outro ex-cortador disse, em tom jocoso: "Não aguentou a bronca né?". A manutenção da virilidade e de outros preceitos típicos da masculinidade são produtos culturais. O homem não aparece apenas como indivíduo, ser biológico, mas como "depositário histórico da objetivação valorativa" (Scholtz, 1996, p. 13). Para os homens o trabalho aparece como um elemento fundador de identidade, e o adoecimento é a cisão nessa identidade.

Um médico ortopedista elencou algumas enfermidades que costumam atingir seus pacientes que cortavam cana⁴, alegando que há a possibilidade de as lesões serem irreversíveis. Muitas vezes o paciente, ex-cortador de cana, torna-se limitado em suas atividades, "sentem bastante dor, [...] muitas vezes é incapacitado até de pegar um copo de água [...] É um paciente que vai evoluir aí para o INSS. É um paciente que não vai mais trabalhar". A busca pelo direito ao auxílio doença ou aposentadoria por invalidez no INSS não é simples. O médico explica:

Então o paciente ele não chega, passou no ortopedista, você tem uma hérnia de disco, não consegue mais trabalhar, me dá o laudo, vou no INSS e aposento. Não é assim. Me dá o laudo, eu vou no INSS, consigo 30 dias e vai pra casa. Na verdade ele espera chegar uma carta né. Chegou a carta: trinta dias de benefício. Faltando 15 dias para acabar seu benefício você tem que correr atrás novamente. Aí você em 15 dias – já que ele deu 30 dias e faltando 15 dias ele precisa de correr atrás – ele tem que procurar um ortopedista de novo. Então se ele não tem condições de pagar uma consulta particular, ele vai ter que passar em um ortopedista pelo SUS. Como que ele vai

³ Os nomes utilizados são fictícios.

⁴ Síndrome do Túnel do Carpo, compressão do Canal de Guyon, tendinite, bursite, causadas por LER – lesão por esforço repetitivo, hérnia de disco, lombalgia, entre outras.

passar num ortopedista pelo SUS se a fila de espera é de um mês, dois meses, entendeu? Aí o cara tem que voltar a trabalhar, ou ele vai passar fome, ou ele vai vender coisa, vai fazer alguma coisa. Então ele segue uma via sacra, e acaba que ele se sente marginalizado. Marginalizado que eu falo é fora daquela, fora do... Não é mais uma pessoa apta para trabalhar. Então ela fica à margem daquela questão do trabalho né. Então, entra em depressão, família passa fome, existe, família que passa fome, paciente com depressão.

Além do adoecimento físico, há ainda o desenvolvimento ou manifestações de questões psíquicas. Uma psicóloga afirmou que as principais reclamações dos ex-cortadores são as condições desumanas de trabalho e que "a forma de trabalho influencia na saúde mental" .

Imagina todo o transtorno da pessoa ter que sair da cidade, largar as famílias, muitos pais de família eu atendo... esposas, né... de pais que vão pra lá ganhar a vida desse jeito, então já tem todo esse transtorno de ter que sair, deixar a família e tudo. Aí quando chega lá é essa pressão toda, aí ele se vê nessa condição, volta.

Somado à predisposição para alguns transtornos mentais, o gatilho para a manifestação de alguns desses transtornos são situações traumáticas - no caso, o trabalho nos canaviais. O tipo de trabalho no corte de cana representa uma carga de estresse que, muitas vezes, é pesada demais para se aguentar. Nesse sentido, pode ocorrer a manifestação de algum transtorno mental, como esquizofrenia, por exemplo. Então o desenvolvimento de esquizofrenia, por exemplo, pode estar associado ao trabalho, assim como outras questões, como neuroses, psicoses e a dependência química. É relevante a dificuldade de acesso a esses casos, uma vez que os homens raramente assumem o adoecimento psíquico ou da dependência, muitas são as mulheres, esposas ou mães, que vão buscar auxílio.

Bourdieu (2014) afirma que numa construção social em que se essencializa o gênero a partir da anatomia, a ideia de força do homem não precisa ser justificada, é como se fosse um dado natural. Espera-se do homem a força física e mesmo psíquica para aguentar as

maiores adversidades. Para Esteves, que era um dos campeões da turma, foi assustador ser tomado por câimbras no corpo todo.

eu comecei a torcer todo, achei que eu ia morrer, eu não conseguia levantar, [...] eu enrolei todo. [...] Nesse dia eu achei que eu ia morrer. Inclusive na hora que eu fiquei dentro da cana sozinho eu pensei: “Ixi, agora eu morro, não tenho força”. E você não tem força, você não consegue levantar. Porque tudo em você trava, os dedos travam, dá câimbra em tudo quanto é lugar que você pensar.

A pressão do trabalho gera um estresse mental que afeta significativamente a psique dos trabalhadores. Dejours (1987) afirma que, junto com o sofrimento físico advindo da exploração da força de trabalho, deve-se levar em conta que a exploração também passa pelo aparelho mental. Existe, então, uma carga de trabalho psíquica, que mais do que um efeito acessório do trabalho, resulta de “uma etapa primordial, da qual dependeria a submissão do corpo, etapa cujo sucesso seria assegurado pela própria organização do trabalho” (p. 136).

O trabalho no corte da cana coloca sobre o homem uma dupla responsabilidade: a de manter o padrão de hombridade, por meio do esforço no trabalho para mandar alguma quantia em dinheiro para a família que ficou no local de origem, e a de virilidade, atingindo altos níveis de produção, “vencendo a safra e enfrentando o eito”. Por conta das próprias condições de trabalho, o adoecimento aparece como destino para muitos dos cortadores de cana. A vida familiar se reorganiza quando o homem, antes arrimo de família, volta adoecido e, muitas vezes, incapacitado para o trabalho. Sobre isso, uma psicóloga disse:

Imagina que tem um esposo como estrutura principal e aí, na verdade, o suporte que ele dá, enquanto ele está lá, é financeiro, manda dinheiro e tudo. Aí, quando volta, normalmente a esposa não trabalha e cuida dos filhos, aí volta doente, ele não tem condições de trabalhar mais, muitas vezes o benefício no INSS é negado, e aí? Como é que fica? Filho e tudo, né... É bem complicado. Poderia pensar: “Ah, então a esposa vai trabalhar? Pra ele cuidar dos filhos?”,

mas talvez ele não tenha essa condição e também é difícil arrumar emprego assim. Então... bem complicado.

A situação de adoecimento pode representar uma desarticulação da organização familiar dos ex-cortadores de cana. Geralmente recai sobre a mulher, esposa ou mãe, a responsabilidade pelo sustento doméstico, somada aos cuidados da casa, dos filhos e do homem adoecido. A perda de uma das rendas domésticas resulta numa maior dificuldade na reprodução familiar. Além disso, muitas vezes os homens recorrem ao alcoolismo como maneira de lidar com a situação vivida.

Breves reflexões sobre trabalho, adoecimento e gênero

É consenso que o corte da cana é um trabalho estafante, que pode gerar (e gera) uma série de debilidades físicas e/ou psíquicas, quando não a morte. E, uma vez debilitados fisicamente, esses cortadores deixam de ser contratados para o trabalho na safra seguinte, ou, quando registrados em carteira profissional, são demitidos. Muitas vezes pelo medo da demissão não divulgam as debilidades físicas, até que o corpo não mais aguarde o ritmo de trabalho e o afastamento se torne indispensável (Lourenço, 2013; Silva, 2008). A doença é ocultada por uma questão de sobrevivência (Dejours, 1987), não só material, mas simbólica, uma vez que admitir a dor é admitir a fraqueza - o que não pode ser aceito no homem do modelo de virilidade e força socialmente construído.

Prazeres (2010) apontou que a força de trabalho só pode ser vendida (e explorada) na medida em que há “saúde” para executar o trabalho. Nesse sentido, não é a saúde do trabalhador em si o que importa, e sim aquela necessária à produção (Ribeiro, 1999). Lourenço (2013, p. 185) afirma que “a alta produtividade do trabalho tem sido acompanhada do saque da vida dos trabalhadores”, sendo essa categoria (saque da vida) resultado da expropriação do trabalhador de sua própria capacidade de trabalho, que o torna imprestável precocemente para o trabalho e suas exigências no sistema capitalista. A saúde do trabalhador é relevante para as empresas apenas no sentido da alteração da produtividade e dos possíveis custos adicionais (Scopinho, 2003). Compreende-se que os problemas de saúde dos trabalhadores não devem ser considerados como questões

individuais, mas inseridas em um quadro social e cultural, isto é, não são meramente ocupacionais, mas reflexo das relações sociais e organização do trabalho (Laurell e Noriega, 1989; Silva, 2008; Alves, 2008; Verçoza, 2015; Guanais, 2015). São milhares de descartados da cana que, pelo próprio processo de trabalho, perdem precocemente a capacidade laboral⁵.

Misturado nos relatos sobre as dificuldades do trabalho, as constantes câimbras, a alimentação muito ruim (às vezes estragada), a saudade da família, a vontade de regressar à terra natal, havia as histórias de conquistas advindas da renda do corte da cana: “Coloquei dentadura na boca do meu pai com o dinheiro da cana”. A honra está no trabalho, no esforço de resistir frente às piores dores, para, ao fim da safra, levar para a família uma quantia de dinheiro que possa garantir algum benefício. É uma adaptação do corpo a uma condição de classe e de gênero. O próprio corpo é pensado e representado de acordo com o contexto social.

O trabalho sob chuva, a precariedade de alguns alojamentos, a convivência diária com as dores, o uso de soro, medicamentos e da cachaça como alívio, as carteiras de trabalho retidas por usinas, a perseguição dos fiscais. Todo um trabalho de construção social fez com que esse processo fosse naturalizado e introjetado de forma que sua narração vem num discurso de honra, que valoriza a “luta”, no qual aguentar o sofrimento aparece como uma aptidão masculina. Trata-se de um corpo socializado, corpo que introjetou sua dominação. Nesse sentido, cabe compreender que o corpo, seus usos, seus modos, não são dados naturais, meramente biológicos.

Não é possível dissociar a realidade material e subjetiva na qual os indivíduos estão inseridos da representação que têm de si, que têm de seus corpos e dos usos desses corpos. Não é possível dissociar o uso de seus corpos daquilo que está colocado para eles socialmente: o trabalho, trabalho num sistema capitalista de exploração da força de trabalho. Exploração não só da força de trabalho, mas do homem que trabalha, exploração da saúde. Um conjunto de valores sociais compartilhados que naturalizam e biologizam o adoecimento, tornando-o um processo a-histórico. E esses valores são introjetados por esses adoecidos, que naturalizam também, a convivência cotidiana com a dor, o adoecimento.

⁵ Apesar disso, o INSS não disponibiliza para consulta os dados referentes a perda da capacidade de trabalho.

No retorno à terra de origem, o cortador de cana adoecido encontrará sua família, que passará a ser responsável pelo cuidado desse adoentado. São as mulheres, mães ou esposas, que passarão a cuidar desses homens adoecidos. Se antes o homem podia trabalhar na roça, na nova situação não pode mais, se esse homem contraiu alguma DST, ela, sem dúvida, será contaminada, se o homem se tornou dependente químico, é a mulher que vai lidar com as consequências dessa adição, muitas vezes vivenciando violência doméstica. São elas muitas vezes que vão atrás dos direitos de aposentadoria ou da assistência social. Recai sobre elas o peso das sequelas do trabalho nos canaviais. Os papéis são reorganizados num novo cotidiano em que há uma desconstrução da masculinidade, o homem agora depende da mulher. O ex-cortador de cana perde mais esse aspecto da identidade.

A questão de gênero se mostra crucial nesse ponto, pois os preceitos patriarcais da masculinidade impõem aos homens um padrão de comportamento que corrobora com o desgaste de seus corpos. Controle e disciplina são exercidos sobre os sujeitos para que assimilem os usos de seus corpos, e esses padrões se diferenciam de acordo com a classe social, gênero e etnia. A representação do corpo das classes empobrecidas é uma representação de corpo produtivo. Corpo útil é o corpo que trabalha.

Considerações finais

A vivência do corpo e da doença não são representações coletivas homogêneas, são diferenciadas também de acordo com a classe social, assim como pelo gênero ou etnia. Por trás de toda exposição pública de dor há significados sociais subjacentes. A doença é ocultada por uma questão de sobrevivência, material e simbólica. Junto com o sofrimento físico advindo da exploração da força de trabalho, deve-se levar em conta que a exploração também passa pelo aparelho mental. O cortador de cana adoecido vê em seu adoecimento o desmantelamento de tudo aquilo que dava sentido em sua existência.

Classe, raça e gênero se entrecruzam na experiência de vida dos indivíduos. A masculinidade se constrói também por um viés racial e de classe. Pobres, migrantes e negros, os cortadores de cana recebem por produção, o que vincula seus salários, ou seja, sua subsistência e de suas famílias, à capacidade física de executar o corte da cana. Isso

coloca sobre eles uma “responsabilidade de homem”, é preciso ter força para vencer o eito e garantir o sustento de sua família. Para os cortadores de cana a exposição de alguns sentimentos e da vulnerabilidade a qual estão submetidos coloca em questão o cerne da identidade masculina. A convivência com as dores advindas do processo de trabalho faz parte do cotidiano, mas assumir a dor significa assumir a fraqueza. A honra está no trabalho, no esforço de resistir frente às piores dores, para ao fim da safra, levar para a família uma quantia de dinheiro que possa garantir algum benefício. É uma adaptação do corpo a uma condição, de classe e de gênero.

Quando já sem a capacidade produtiva, esses homens, ex-cortadores de cana inviabilizados para o trabalho, vivenciam um processo de marginalização e estigmatização. Parece haver diversas vias, não estanques, de vivência do adoecimento advindo dos canaviais, a via do acesso ao direito social, a via do alcoolismo e drogadição, a via da depressão e estagnação. Por tratar-se de resultados bastante preliminares, ainda é necessário maior aprofundamento para dar conta da complexidade da articulação entre trabalho e gênero no caso dos cortadores de cana.

Referências

ALVES, F. Por que morrem os cortadores de cana? *Saúde e Sociedade*. São Paulo, v. 15, n. 3, set/dez. 2006.

_____. Processo de trabalho e danos à saúde dos cortadores de cana. *InterfacEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente*. São Paulo, v. 3, n. 2, abr./agosto. 2008.

BITENCOURT, Daniel Pires; RUAS, Álvaro César; MAIA, Paulo Alves. Análise da contribuição das variáveis meteorológicas no estresse térmico associada à morte de cortadores de cana. *Caderno Saúde Pública*. Rio de Janeiro, 28 (1), jan/2012.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. São Paulo: Bertrand Brasil, 2014.

DEJOURS, C. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1987.

GUANAIS, J. B. *Pagamento por produção, intensificação do trabalho e superexploração na agroindústria canavieira brasileira*. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2016.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Editora Vértice, 1990.

- LAAT, E. F. *Trabalho e risco no corte manual de cana-de-açúcar: A maratona perigosa nos canaviais*. 2010. Tese (Doutorado em engenharia de Produção) - Faculdade de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo, Universidade Metodista de Piracicaba, Santa Bárbara D’oeste, 2010.
- LAURELL, A. C.; NORIEGA, M. *Processo de Produção e Saúde: trabalho e desgaste operário*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1989.
- LOURENÇO, E. A. S. Alienação e agravos à saúde dos trabalhadores no setor sucroenergético. In _____; NAVARRO, Vera Lúcia. *O avesso do trabalho III*. Saúde do trabalhador e questões contemporâneas. São Paulo: Outras Expressões. 2013.
- LOURENÇO, E. Â. S.; BERTANI, I. F. The work and health process in the sugar cane industry in Franca, Brazil. *International Social Work*, v. set.10, p. 1-13, 2010.
- NAVARRO, V. L. *Trabalho e trabalhadores do calçado: a indústria calçadista de Franca (SP): das origens artesanais à reestruturação produtiva*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- PRADO, G. F. *Impactos cardiopulmonares e inflamatórios da exposição à poluição da queima de biomassa em cortadores de cana queimada e em voluntários saudáveis no município de Mendonça*. Tese. São Paulo, Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, 2011.
- PRAZERES, T. J. *Na costura do sapato, o desmanche das operárias: um estudo das condições de trabalho e saúde das pespontadeiras da indústria de calçados em Franca (SP)*. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Médicas) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2010.
- POLLAK, M. Memória e identidade social. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10. 1992.
- RIBEIRO, H. P. *A violência oculta do trabalho: as lesões por esforços repetitivos*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.
- SCHOLTZ, R. O valor é o homem. Tese sobre a socialização pelo valor e a relações entre os sexos. *Novos estudos Cebrap*, n. 45, julho de 1996.
- SCOPINHO, R.A. *Vigiando a Vigilância: saúde e segurança no trabalho em tempos de qualidade total*. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2003.
- SILVA, M.A.M. *Errantes no fim do século*. São Paulo: Fundação Editora UNESP. 1999.
- _____. Mortes e acidentes nas profundezas do “mar de cana” e dos laranjais paulistas. *InterfacEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente*, v. 3, n. 2. abr-ago/2008.
- VERÇOZA, L. *Os saltos de “canguru” nos canaviais alagoanos. Um estudo sobre trabalho e saúde*. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia) - Centro de Educação e Ciências Humanas, UFSCar, São Carlos, 2016.

Sociabilidade Operária: os sentidos do futebol de fábrica entre os operários de São José dos Campos-SP

Zuleika Stefânia Sabino Roque¹

Resumo

Diante do alijamento dos trabalhadores no processo de construção de memória da cidade de São José dos Campos, São Paulo, nas narrativas oficiais, o presente trabalho joga luz sobre a vida dos trabalhadores, tanto em seu espaço de trabalho como também em suas experiências fora da fábrica. A partir da oralidade e da temática futebol, buscou-se o entendimento dos sentidos da prática futebolística entre os operários e percebeu-se, em vários casos, o futebol como outra forma de trabalho, utilizado pelos trabalhadores como moeda de troca no ambiente fabril.

Palavras-chave: Trabalhadores. Futebol. São José dos Campos.

São José dos Campos tem sua história marcada por um momento agudo de industrialização por conta de políticas de incentivos fiscais, quando na segunda metade do século XX, passou a concentrar indústrias dos setores metalúrgico, bélico-aeronáutico, telecomunicações, somadas às dos setores químico, têxtil e alimentício que já existiam em período anterior. Seu parque industrial tornou-se conhecido nacionalmente, atraiu levas de trabalhadores de diversas regiões do país, que vislumbravam encontrar melhores condições de trabalho. Tornou-se uma cidade operária, mas não se reconhece em sua historiografia a figura do operário. Na construção da memória sobre SJC, as fábricas protagonizam esse “jogo” e a força de trabalho perde espaço, difundindo-se a memória da capital do avião ou mais recentemente como um polo tecnológico.

¹ Doutora em história pela PUC-SP e professora do Instituto de Ciência e Tecnologia – SJC – Universidade Federal de São Paulo.

Diante do alijamento dos trabalhadores no processo de construção de memória da cidade nas narrativas oficiais, o presente trabalho joga luz sobre a vida dos trabalhadores. A partir da oralidade e da temática futebol, buscou-se o entendimento dos sentidos da prática futebolística entre os operários.

A clássica luta de classes será apresentada pela voz dos próprios trabalhadores, que ao descreverem suas experiências futebolísticas como praticantes do “futebol de fábrica”, hoje aposentados, narram um passado cujo resultado não reforça “placar” desfavorável no tempo em que estiveram empregados nas fábricas; muito pelo contrário, a maneira como esses homens descrevem suas “jogadas” revela dribles diários.

Os sentidos da prática do futebol de fábrica para os trabalhadores nunca foram os mesmos que aqueles planejados pelo Estado e pelas fábricas. Sabe-se que o esporte foi usado pelo governo e pelos industriais, desde a Era Vargas até o período da ditadura civil-militar; mas, ampliar formulações teóricas, incluindo como tais projetos institucionais foram de fato vividos no cotidiano operário, é salutar para valorizar o repertório de resistência dos trabalhadores. Optou-se por interpretar o perfil industrial de São José dos Campos, utilizando-se da metodologia de história oral. Nas entrevistas com trabalhadores, procurou-se entendê-los não como uma classe heterogênea, mas como pessoas diferentes entre si (Portelli, 1997), com suas próprias “jogadas” e estilos dentro de um “time”. Afinal, as narrativas sobre o futebol são agenciadoras de subjetividades e reveladoras de aspectos significativos da memória.

As trajetórias de vida dos entrevistados apontam semelhanças, no que diz respeito ao processo de familiarização com as regras do jogo de bola, nos tempos de infância e de juventude e convergem para o mundo do trabalho, das mais variadas formas. Dessas narrativas surgiram duas categorias, aqui denominadas de jogadores-operários e de operários-jogadores.

Entende-se por jogador-operário aqueles trabalhadores que atuaram em clubes profissionais e fizeram do futebol seu trabalho, até o momento em que foi possível, quando, por conta da idade ou de condições físicas, viram-se obrigados a optar por uma nova forma de trabalho, já que a “precoce aposentadoria” forçou esses trabalhadores a uma readaptação: o ingresso na fábrica como operário. Essa nova empreitada era a saída

encontrada por eles para continuar recebendo, trabalhando e jogando bola em campeonatos que representavam as fábricas; já que no contexto fabril não existia oficialmente a função de jogador de futebol.

A linha que divide o futebol profissional do não profissional é tênue. Embora hoje muitos jovens compartilhem o sonho de jogar futebol profissionalmente, há cerca de cinco ou quatro décadas, de acordo com os depoimentos dos operários, ser ou não profissional era mais uma questão mais de escolha do que de sorte, pois ser profissional não era bem visto, era optar por uma vida instável e não a glamorosa como é hoje a da categoria. Muitos pais e candidatas a esposas foram responsáveis pela negação de oportunidades em grandes clubes, levando-os a uma vida de trabalho em fábricas que eram vistas como porto seguro, e o futebol continuou fazendo parte da vida desses homens e de suas famílias como atividades da noite ou de fins de semana. A esses trabalhadores denominamos de operários-jogadores.

Jogadores-operários e operários-jogadores se fundem como categoria quando passamos a observá-los como os protagonistas dos campeonatos promovidos pelas Associações Desportivas Classistas, que surgiram com a instituição da Política Nacional de Educação Física e Desportos e o Plano Nacional de Educação Física e Desportos.² Rotular esses trabalhadores como alienados que serviam às fábricas é jogar fora a rica oportunidade de compreender suas motivações e experiência. Concordamos com Portelli (1997, p. 17) ao afirmar que “cada pessoa é um amálgama de grande número de histórias em potencial”.

Antes da Política Nacional de Educação Física e Desportos (1975), campeonatos de futebol eram promovidos pela Liga Municipal e por outros grupos, de forma não sistemática. A partir do decreto os campeonatos sofreram significativas alterações. Houve a intervenção do poder público municipal e dos coordenadores de esportes das fábricas, os campeonatos ganharam notoriedade e inclusive outras modalidades esportivas passaram a integrar uma espécie de olimpíada local que foi denominada de “Jogos das Indústrias”.

Os Jogos das Indústrias existiram em São José até o ano de 2002 e sua extinção é justificada pelas transformações não só ocorridas na própria concepção de esportes, como

² A lei 6.251 de 08/10/1975 instituiu normas gerais sobre os desportos e deu outras providências, delineando a Política Nacional de Educação Física e de Desportos e elaborou o Plano Nacional de Educação Física e de Desportos. Basicamente essa legislação incentivava os esportes e dividia atribuições entre estados e municípios com focos em desporto militar, comunitário, estudantil e classista.

também nas ocorridas na concepção de trabalho, que, para atender os interesses das fábricas e ressignificar a prática da atividade física entre os trabalhadores, passou a associá-lo à qualidade de vida e a investir em uma busca individual, não mais no esporte coletivo, e com incentivos fiscais dos industriais cujo foco é a produção eficiente e a qualidade total.

Na economia joesense atualmente a maior fonte de empregos está na prestação de serviços e no comércio. Poucas são as empresas que permaneceram instaladas na cidade. Os trabalhadores que vivenciaram o período áureo da industrialização estão agora aposentados. Dentre as empresas que restaram desse período destacam-se a General Motors (1951), a Johnson & Johnson (1954) e a Embraer (1967). O caminho que se escolheu para se chegar até esses trabalhadores, para aprender com suas experiências, foi as Associações Desportivas Classistas, que hoje possuem em suas sedes boa infraestrutura e oferta de algumas modalidades, como um clube restrito a trabalhadores e seus familiares.

Nas três ADC's nenhum porta-voz desse período estava na ativa. Para chegar até eles não foi difícil, pois alguns times de terceira idade continuam jogando e participando de campeonatos varzeanos organizados pela Secretaria de Esportes e Lazer da Prefeitura Municipal e mantendo a identidade clubística de outrora, ou seja, o nome da fábrica, embora não tenha mais vínculo oficial de seus jogadores com o quadro de funcionários.

Quando o campo passa a ser a memória, os significados do futebol no cotidiano desses trabalhadores aposentados os tornam aptos a realizarem leituras sobre o passado que não seriam as mesmas se estivessem em atividade; esse distanciamento foi fundamental para conferir no presente o sentido desse tempo vivido. Foram apontadas diversas tensões no ambiente fabril e, tanto a fala do jogador-operário quanto a do operário-jogador, testemunharam especificidades do “futebol de fábrica”, mostrando rugas entre eles e entre seus superiores.

Em relação ao operário-jogador notou-se que o futebol foi, para muitos deles, a razão pela qual foram selecionados para entrar na fábrica e que cobranças como atletas foram feitas a eles, nem sempre de forma explícita. Tanto o jogador-operário quanto o operário-jogador revelaram, através de suas práticas futebolísticas, leituras sobre vitórias e empates vividos em campo, na vida pessoal e, sobretudo, no ambiente de trabalho.

Tanto o jogador-operário quanto o operário-jogador, ao narrarem suas experiências oriundas da prática futebolística, principalmente em times de fábrica, atribuem ao passado um tom de nostalgia pontuado por lembranças das tensões vividas no mundo do trabalho. No jogo da vida, sabe-se que, onde há exploração, há também resistência, que se traduz em drible, jogo de corpo.

O “time” que proporcionou o entendimento das inúmeras questões relacionadas ao binômio fábrica-futebol, na cidade de SJC, é formado por jogadores e por uma “comissão técnica”. Tornou-se imprescindível o diálogo com o operário-jogador, o jogador-operário, o técnico, o diretor de esportes, o locutor esportivo e outras pessoas ligadas à prática do futebol, como o fundador da Liga Municipal de Futebol de SJC e idealizadores de competições esportivas.

Mencionam-se, como resultados do jogo, as vitórias e os empates, porque as derrotas não estão presentes na narrativa desses homens, coautores deste texto, que compartilharam suas memórias e experiências de vida. O tempo presente não é mero desdobramento do passado, assim como a história não é apenas a análise do passado, mas das transformações sociais que, à luz da subjetividade dos entrevistados, revelam histórias únicas e impossíveis de serem exauridas.

Em meio à subjetividade, a imaginação e o desejo de cada indivíduo trazem à tona versões diferentes para um mesmo evento. As narrativas dos trabalhadores sobre os Jogos das Indústrias mesclam questões pessoais e coletivas que apresentam desafios teórico-metodológicos ao pesquisador. Notam-se conflitos entre a racionalidade do mundo concreto e o sonho de outro mundo possível (PORTELLI, 1993, p.46).

Dar sentido ao presente requer revisitar o passado e lidar com situações em que nem sempre o resultado esperado é alcançado, sem que isso signifique derrota. Por mais que o cotidiano da fábrica tivesse gerado tensões e conflitos que limitassem a ação desses homens, as leituras sobre esse passado serão sempre plurais.

Dentre as vitórias e os empates, não só as do time como também as da vida, identificam-se oportunidades que se extinguiram e mudanças, na forma de se gerir uma fábrica, que se refletem na prática futebolística.

A motivação para a permanência do operário-jogador no time, mesmo quando a maior parte dos trabalhadores é de aposentados ou de pessoas convidadas por funcionários, justifica-se não só pelo gosto pelo futebol, mas pela economia que é proporcionada através do vínculo com a fábrica. Jogar gera despesas, por isso a utilização da infraestrutura do clube, do campo bem cuidado, dos vestiários, do pagamento das taxas de inscrição e da manutenção dos jogos de camisa tornam possíveis atividades de diversão com custo reduzido.

O ganho da fábrica hoje com a manutenção de um time de futebol, quando a promoção de eventos esportivos, tanto internos quanto externos, não mais interessa como antigamente, aparentemente pode parecer nulo, mas, a manutenção de um time que por tantas vezes brilhou em campeonatos, é também um compromisso moral, daí o empate.

Torna-se impossível a dissociação do cotidiano da fábrica com as demais dimensões da vida de Antônio Bosco, são mais de três décadas de vivências, narradas paradoxalmente em um movimento de alternância entre dentro e fora, em campo e no banco de reserva.

Fazer parte do Clube dos 25 é, para Bosco, uma conquista que o coloca em um quadro de escol, equivalente a um jogador de “seleção”. Para ele trata-se de um reconhecimento pelo seu trabalho, como parte do time, não como zagueiro ou técnico, mas como operário.

O pretérito empregado na narrativa de Bosco aponta para as mudanças na política da empresa em condecorar seus funcionários. Ao justificar a contenção de despesas com eventos comemorativos, restringindo a entrada de novos membros e promovendo encontros bienais, o operário-jogador deixa transparecer, em sua fala, a legitimidade de seu pertencimento ao Clube dos 25, já que possui nada menos do que 31 anos de casa.

A aposentadoria por invalidez está ainda em processo de aceitação por parte de Bosco, que, há seis anos, encontra-se afastado das suas atividades na linha de produção, mas não como técnico do time. O tempo fez com que o operário-jogador passasse de principal a veterano e a máster.

A Johnson quando você faz 25 anos faz parte do Clube dos 25. Antes todo ano tinha um almoço ou um jantar, você podia ir e levar um acompanhante junto e para conter gastos o jantar agora é ano sim,

ano não e até final do ano passado quem fez 25 anos entrou pro clube dos 25. A partir de 1º de Janeiro de 2010, quem completar 25 anos não faz parte mais do clube. O clube hoje deve ter umas setecentas pessoas já. Você vê amigos seus que há muito tempo você não via. Então, isso aí tá acabando.

Eu graças a Deus trabalhei 31 anos, eu ainda sou funcionário lá, faz seis que eu tô afastado por problema da minha saúde, eu não volto a trabalhar mais porque eu fiquei deficiente físico, não volto mais, mas hoje a Johnson não tem mais gasto comigo. (Antônio Bosco).

No emprego do verbo “dar”, as obrigações da fábrica como empregadora aparecem diluídas. A condição atual de Bosco, que não o coloca no time, nem no banco de reserva, transparece em sua narrativa, concebendo o pagamento da PLR - Participação nos Lucros e do 13º salário como concessões. Ao mesmo tempo, reconhece seus direitos de trabalhador, que contribui para com a previdência social e, devido aos problemas de saúde, terá o direito à assistência médica privada, mesmo após seu desligamento oficial da empresa.

Até dois anos, ela me deu um complemento de aposentadoria e depois cortou, é a lei dela e tem que respeitar. Hoje eu vivo da minha aposentadoria, de vez em quando, ela me dá um décimo terceiro, um PLR e me dá assistência médica da Unimed que quando eu trabalhava, eu pagava. Paguei quase 30 anos assistência médica, aí o dia que eu sair da Johnson eu tenho direito à assistência médica. (Antônio Bosco)

O tempo de trabalho expressa a luta cotidiana do operário-jogador. A decisão sobre parte das regras do jogo, na narrativa de Bosco, diz respeito a uma decisão que cabe a ele e não à fábrica, é ele quem apitará o final da partida, “pra mim não interessa ir lá pedir pra eu sair”, que para ele já apresenta placar favorável. O conforto, a casa, o carro são frutos de décadas de trabalho, são troféus sobre os quais o tempo não pode assentar poeira e nem o clube da fábrica pode se desfazer sob alegação de falta de espaço físico.

Então hoje ela não pode me mandar embora porque eu tô com problema de saúde e pra mim não interessa ir lá pedir pra eu sair.

Uma hora eu tenho de ir lá fazer um acordo com ela que a minha indenização tá tudo lá dentro eu não recebi nada. Recebi sim, peguei meu fundo de garantia porque quando eu comprei minha casa eu paguei com fundo de garantia; depois eu comprei o carro pra mim, que é automático né? E o Lula até tinha liberado os aposentados a pegar o fundo de garantia eu fui lá e peguei comprei meu carro à vista e tal. (Antônio Bosco)

Diante do placar favorável, o jogo de Bosco pode ainda colocá-lo em situação melhor, garantir-lhe “saldo de gols” traduzidos, aqui, na multa rescisória, na contribuição à cooperativa de funcionários, na gratificação por tempo de serviço, na distribuição das cestas de natal, na garantia de acesso ao clube da fábrica e na aquisição de crachá permanente, que é enfatizada pela repetição na narrativa do operário-jogador.

Então o fundo de garantia eu tenho muito pouco, mas eu tenho aquela multa dos 40%, tem um bom dinheiro na cooperativa de crédito que nós temos lá porque eu sou associado e aí todo mês descontava um pouco em folha de pagamento e ia fazendo um capital então eu tenho um dinheiro bom lá. Tem um pacote que a Johnson dá pra quem é funcionário antigo, a cada três anos dá um salário meu, entendeu? Então, por exemplo, se eu tenho 30 e poucos anos lá eu. Eu só vou receber esse dinheiro no dia que der baixa na minha carteira, se não, sem condição. Eu tenho que ir lá fazer um documento lá, um acordo com ela e vou sair. Só que daí você fica, se você quiser ir à fábrica pode ir, tem crachá permanente, passou de 25 anos você tem o crachá permanente. Crachá permanente, cesta de natal eu vou ter té morrer e posso freqüentar o clube na hora em que eu quiser. (Antônio Bosco)

O operário-jogador reconhece seu valor, não em uma partida de um campeonato, mas em toda a trajetória de sua carreira. Em cada passe de bola, armação e drible, ele é o sujeito da ação. O esforço cotidiano do operário-jogador, nos bastidores da sua atuação (chão da

fábrica), não é considerado pela sua chefia imediata, interessando à fábrica apenas sua produtividade.

Mas poucas são as indústrias que olham pra você, you are very important while you are serving her, você tá com saúde, tá trabalhando com chuva, sol, sereno, de madrugada. Eu fazia horário das seis a uma, todo dia, cinco horas eu levantava. Cinco e 15 eu tava pegando o ônibus pra trabalhar. Então, isso aí você tá bem com a firma. No momento que você ficou doente, afastado, você não serve mais. Você ficou velho, já aposentou, também já não serve mais. Tem algumas firmas que ainda olham pra você, mas a maioria não olha. (Antônio Bosco).

O momento da vida de Antônio Bosco e as condições de produção da sua fala ajudam a entender a leitura que o operário-jogador faz da sua atual condição litigiosa com a Johnson & Johnson. “Se o passado serve para justificar o presente, uma vida de luta deve ser vista como um sucesso para dar sentido de autoestima e identidade pessoal” (Portelli, 1993, p. 55).

Na busca pelo sentido de décadas de trabalho na fábrica, a narrativa de Bosco focaliza mais a sua atuação como operário e menos como jogador/treinador. Seus conhecimentos técnicos de mecânica, química, segurança de trabalho sobrepõem-se aos do jogo de futebol. O fato de não ter vivenciado nem um acidente de trabalho, reforça sua competência e o torna vitorioso.

A Johnson mesmo, eu vou falar pra você, num tô falando bem da Johnson, porque eu não sei o que vai acontecer amanhã comigo, mas, o meu gerente mesmo trabalha em manutenção lá, eu sou mecânico ferramenteiro, já trabalhei com manutenção da minha área, eu conhecia tudo, sou cadastrado na CENEN, sabe? Na Comissão Nacional de Energia Nuclear, eu trabalhei em manutenção na parte que fazia esterilização por cobalto. Então, isso aí, é um negócio que se der um escape lá você morre dentro de 24 horas, tem uma segurança tremenda lá pra não acontecer um acidente. Nunca

aconteceu um acidente lá, sabe? Graças a Deus, trabalho muitos anos lá, é tipo aquele negócio da Rússia que teve lá naquela cidade da Rússia que vazou aquele produto que acabou com a cidade. (Antônio Bosco).

Ressentimentos ecoam na narrativa do operário-jogador. A crença na existência de um ambiente de trabalho supostamente familiar e no senso comum de que “a fábrica é uma mãe” generosa, que concede, que dá, cai por terra e prevalece a lógica da capacitação técnica com vistas à produtividade e ao lucro.

Na explicação de todo processo produtivo de esterilização do cobalto, Bosco rememora suas atribuições de mecânico e reforça a sua grande responsabilidade de operário na prevenção de acidentes dentro daquele setor da Johnson & Johnson.

É, Chernobyl, é mais ou menos isso aí. Só que ele é para esterilizar produto canadense, que chama cobalto, e daí, todo pessoal que trabalha ali, os operadores, os mecânicos, os supervisores e eletricitas, que dá manutenção ali são cadastrados no CENEN. De dois a dois meses, pra você entrar lá você tem que ter um dosímetro. Quando a gente ia fazer a manutenção, tinha um dosímetro lá e você pegava o seu, “Antônio Bosco”, esse é o meu. Aí você entra lá na parte da radiação, mas lá não tem radiação, a fonte tá mergulhada numa piscina de sete metros, então ela não passa radiação na água, mas se por acaso pegar radiação, o dosímetro ia avisar de dois a dois meses. Esse dosímetro vai pra CENEN pra fazer uma análise nele, e daí, voltava. Sempre voltou tudo bem. Até cadastrado no CENEN, eu sou por causa de eu trabalhar, mas você vê, por exemplo, o meu gerente, quando eu fiquei doente com o câncer, ele veio uma vez aqui em casa. Nunca mais voltou, nunca mais ligou, não sabe se eu morri, se eu tô vivo, tô doente, se eu sarei, se eu tô bem, tô mal. É um número! Então o pessoal não quer saber do seu passado lá dentro, sabe? (Antônio Bosco).

A relevância do trabalho de Bosco em sua narrativa diz respeito tanto à sua titularidade na linha de produção quanto como técnico de futebol. Ele testemunhou o crescimento do parque industrial da J&J de SJC. Sua história de vida e sua vida na fábrica misturam-se.

A predominância do pronome “eu” em sua fala vai ao encontro da proposta da pesquisa de contemplar a materialidade do cotidiano do operariado joseense, tantas vezes alijado dos discursos oficiais.

O setor meu que eu trabalhei lá quando eu entrei lá 1973 existiam duas máquinas que vieram de São Paulo que fabrica agulha cirúrgica, agulha e fio. Hoje tem mais de 50 máquinas lá, eu vi velha nós desmontamos tudo. Reformamos tudinho, crescer aquilo lá, eu ajudei nas máquinas novas, as máquinas quando fechou lá na Escócia e veio pra cá, a máquina mais pintamos, deixamos tudo novo na máquina. Quando eu entrei, tinha duas, hoje tem 50, quanto eu ajudei a crescer aquilo lá. Não só eu, todo mundo trabalhou, mas pelo menos eu fui um grãozinho de areia naquilo ali. (Antônio Bosco)

Outras atribuições do operário-jogador eram subestimadas no contexto dos Jogos das Indústrias. Interessava à fábrica ganhar a competição externa e promover a prática esportiva entre os seus funcionários, nos bastidores vários conflitos ocorriam.

Garantir êxito em determinada modalidade levava as ADC's a contratarem ex-atletas profissionais. A ADC Johnson, por exemplo, na modalidade futebol de campo, contratou o ex-jogador profissional que atuou no SJEC, o Formiga - jogador-operário que viu, nas ADC's, a possibilidade de garantir um emprego após o encerramento da carreira de jogador de futebol.

O relacionamento entre operário-jogador e jogador-operário nem sempre foi permeado da nostalgia mencionada por Edson Mug e por Valter Passarinho, que muitas vezes lançaram mão da curiosidade dos demais trabalhadores para, ao narrar suas experiências de ex-profissionais, sentirem maior aceitação pelos companheiros de trabalho e, algumas vezes, para que tivessem suas tarefas amenizadas.

De vez em quando, a tensão entre jogador-operário e operário-jogador colocava em evidência o pertencimento à fábrica e a legitimidade do local que ocupava cada um dos trabalhadores, embora fosse interessante e honroso ao operário-jogador ter como treinador alguém que imprimisse uma rotina mais profissional aos treinos e jogos.

Colocar o time em campo não era uma atribuição exclusiva do treinador, muito pelo contrário, para montar o time e garantir a presença de determinado operário-jogador, era necessário armar, driblar e, muitas vezes, concluir que o esforço feito não era recompensado. Ocorria ao operário-jogador firmar-se como operário e questionar a necessidade ou não da sua atuação como jogador do time de fábrica, já que havia a possibilidade de jogar em inúmeros times alheios ao ambiente fabril.

Submeter-se à chefia para liberar funcionários para os jogos era uma tarefa árdua, que fora mencionada tanto por diretores de esportes quanto por trabalhadores, como Antônio Bosco, que reconhece sua autoria em esforços para não remunerados.

Era difícil, vou te contar, quando eu trabalhei. Quando chegou perto dos Jogos das Indústrias, eu que tinha que correr dentro da fábrica, o Mariano não tava dentro, eu tinha que relacionar o povo que ia jogar pegar documentação. Naquela época a Johnson trabalhava no sábado, esse Xepa mesmo trabalhava no primeiro turno, teve um que nós fomos contra a Avibrás, eu quase que ajoelhei no pé da encarregada dele, uma tal de Antônia, pra ela deixar. Tá vendo, são coisas que eu fazia sem precisar, eu me humilhava muitas vezes. Eu era funcionário da Johnson, eu era mecânico, que é que tinha a ver eu ajoelhar pra liberar jogador? E eu não ganhava mais, fazia por gostar, por lazer, o Mariano que ganhava ficava lá testando os jogadores, nos bastidores era só eu, menina. Às vezes a pessoa que não aparece é que trabalha mais, mas valeu, eu ajudei. (Antônio Bosco).

Na aceitação de um técnico de futebol à frente do time de fábrica era irrelevante a vontade dos representantes da ADC. Prevalencia a dos praticantes do futebol, do jogador-operário. O futebol de fábrica é peculiar, até nas ocasiões em que o alto nível técnico das

competições era necessário. Inserir-se no cotidiano da fábrica era condição para aceitação do jogador-operário.

No caso da ADC Johnson, o jogador-operário Mariano teve aceitação por parte do time, enquanto o jogador-operário Formiga foi desligado. A fala de Bosco, ao se reportar a essa época (anos 1990), é de ressentimento. Sentiu-se “jogado para escanteio”. Comparando seu desempenho ao de Formiga, declarou que não cometeria os mesmos erros, apoiando-se na própria experiência como operário de fábrica, reconhecendo os limites da dupla jornada.

Ao operário-jogador, a fábrica, através da sua ADC, patrocinou momentos memoráveis, em que suas experiências como jogador-operário e como torcedor estiveram amalgamadas.

Na “caixa dos guardados” de Bosco, além das muitas medalhas, anotações pessoais de técnico e muitos jornais, há também inúmeras fotografias. No exercício de rememorar sua trajetória de operário-jogador, a primeira foto a ser apresentada, foi uma em que posou ao lado de Ademir da Guia, em evento no Johnson Clube, no qual jogou contra uma seleção de ex-profissionais e saiu com um empate.

Como Bosco tem mais de três décadas como funcionário e ainda foi zagueiro, técnico e conselheiro do clube, adentra em meandros que expõem a razão para inexistência deste tipo de atividade nos dias de hoje.

Essa aqui é uma foto minha que eu tenho com o Ademir da Guia, esse cara jogou muito, no Palmeiras, veio o veterano da Seleção Paulista jogar aqui em São José no Johnson, aí veio o Ademir da Guia, veio o filho dele. O Johnson Clube deu uma placa pra ele e eu tirei foto. Eu tinha outra foto com o presidente nosso, o Ademir, e o Edson, que era diretor de esportes, mas sumiu a foto não consegui achar, era máquina Polaroid. Hoje não traz mais, eleva custo, eles cobram pra jogar, tem que dar lanche. O pessoal evita, antes dispunham de verba. Veio o Paulo Borges, Ademir Palela que jogava no Palmeiras, o Alfredo Mostarda, bastante ex-profissional. Uma vez

a gente fez amistoso contra VW Taubaté, veio dois: Reinaldo Xavier, Toninho, tem ex-profissionais? Ela paga churrasquinho, lanche, o jogo foi 1 a 1. (Antônio Bosco)

Do outro lado do campo, fora das fábricas, aos ex-profissionais que recebiam para fazer jogos amistosos nas ADC's, esses eventos não significavam apenas lazer e diversão, mas, sobretudo, necessidade de gerar renda.

A jornada de trabalho dos ex-profissionais também deixou marcas nas memórias e nos corpos. O ex-zagueiro Valter Passarinho, tornou-se jogador-operário na Eaton, aposentou-se e continua a vislumbrar no futebol uma opção de trabalho até hoje.

Eu não posso mais jogar futebol. Seu eu pudesse seria um cara mais alegre. A vida toda joguei futebol, a minha mãe fazia bola de capotão pra ajudar no orçamento a casa, eu fui filho único, se eu pudesse jogar futebol hoje, meu Deus ia ser a glória e tem mais, hoje tem até a opção de ganhar um dinheiro com isso, porque tem o veterano do Corinthians que eles fazem quatro ou cinco jogos por mês e têm uma cota. Eu não posso hoje por causa da perna, foi um desgaste na cabeça do fêmur, o Basílio fez essa cirurgia também e que acontece que hoje tem tênis antimpacto. Uma coisa que a gente fazia muito: olha, a gente jogava no domingo no São José, toda terça-feira o ônibus pegava a gente, a gente ia pro Alto da Ponte e pegava o caminho do Luso, ia correndo no chão batido, chão batido. Hoje subir e descer escada não se faz mais isso, era tênis rainha de couro, uma grande maioria não aconteceu isso, mas muita gente sofreu com isso. (Walter Passarinho)

As oportunidades de trabalho para ex-jogadores sofreram mudanças ao longo do tempo. Mug é hoje treinador de goleiros da Escolinha de Futebol do Time Primeira Camisa, de SJC. É o espaço que ele conquistou dentro do futebol de hoje, mas sua leitura sobre as inúmeras possibilidades para um grupo restrito de craques é um dos ensinamentos que ele divide com seus alunos:

O futebol deu retorno porque que joguei 21 anos e depois trabalhei mais dez e tinha o insalubre seu que deu o tempo. Com o futebol eu consegui a minha casa, mas não tinha muito recurso não, porque eu não pensava muito em mim, ajudava meus pais. Hoje com salário dele (Marcos³) você compra dez apartamentos, com meu salário de seis meses eu comprava um. Hoje o Marcos pode parar que ele tem uma condição boa, eu acredito. Que ele tem um patrimônio legal e o tempo é outro, ele é um cara que o clube vai querer, ele vai ser encaminhado, não vai parar. (Edson Mug)

Nem todos os ex-profissionais, após o encerramento de carreira, conseguem o tempo de contribuição previdenciária mínimo para aposentar-se. Na cidade de SJC, notou-se que foi bastante comum a contratação de ex-profissionais nas linhas de produção das fábricas, mas a questão central é que havia necessidade de contratação e, em razão da existência dos Jogos das Indústrias, preferia-se que a força de trabalho fosse “esportivizada”, para que, nos momentos de competições externas, obtivessem êxito.

Os Jogos das Indústrias são apenas um foco de luz sobre o cotidiano dos operários joseenses em que o binômio futebol-fábrica permite análises sobre as motivações pelas quais uma competição se sagrasse tão duradora e contasse com a participação de tantos operários-jogadores / jogadores-operários e também com os filhos deles, criando-se os Joguinhos das Indústrias.

Os clubes das fábricas ou suas ADC's não eram frequentados apenas para treinos e jogos de futebol. Uma infinidade de atividades se desenvolvia nesses espaços e escapou ao propósito deste texto, que centrou-se nas narrativas dos praticantes de futebol em times de fábrica.

Pelo futebol de fábrica, descobriu-se muito sobre a vida fora das fábricas, uma cidade construída por pessoas comuns e ao mesmo tempo tão especiais. Jogar futebol no time de fábrica era uma atividade que, segundo os relatos do jogador-operário e do operário-

³ Durante a entrevista o goleiro da Sociedade Esportiva Palmeiras era Marcos Roberto Silveira Reis, que começou a carreira no Lençoense e se profissionalizou no Palmeiras em 1992 e desde então se mantém no clube, sendo o principal arqueiro desde 1996, ou seja, são 18 anos de vínculo com o clube. Ele vinha desde 2009 dando entrevistas manifestando seu desejo de se aposentar, o que se efetivou em 04/01/2011.

jogador, contava com a “autorização” das esposas, quando ausentes e, muitas vezes, contava com a participação da família como torcedores.

No depoimento de todo operário-jogador e de todo jogador-operário existe o sentimento de vitória. Suas vidas na fábrica, como em um campeonato longo e na disputa de pontos corridos, acumularam vitórias e empates, que os colocam em condição especial para permanecerem na divisão especial.

Hoje a Johnson clube dá um valinho para o funcionário, vale 50 reais. Você vai comprar um presente pro seu filho. Chega lá o filho quer um presente de cem reais e o pai tem que interar. Naquela época lá, não. A minha esposa ia junto, eu tenho um casal de filhos, chegava lá, cada um ganhava um presente de acordo com a faixa etária, lanche o dia inteiro lá, era uns 15 dias antes do Natal, chocolate, sorvete, sem contar que os amigos casados iam também pra lá com os filhos, era gostoso.

Né Angela? O Natal e as crianças no clube? Hoje o Johnson Clube dá um valinho, vai lá na Americana, compra o presente pro seu filho e acabou. Ó, tinha uma comissão pra ir na fábrica da Estrela e da Trol, só pra escolher brinquedo. Pegava criança desde bebezinho até 12 anos. O máximo era 12 anos. Esse tipo de coisa tudo acabou. Tinha coral, a Johnson tinha um coral que cantava, fazia quadrilha, nós ensaiávamos quadrilha pra festa junina, hoje acabou tudo essas coisas. Então eu digo, eu sou um cara iluminado, sempre quando é a melhor fase daquela coisa eu tô ali, menina! (Antônio Bosco)

Ao optar pelo estudo do “futebol de fábrica”, descobriram-se os Jogos das Indústrias, competição duradoura, de cerca de um quarto de século (1974-2002). Através dos Jogos das Indústrias foi possível trazer à tona as especificidades vividas na cidade de SJC, no momento da instituição da Política Nacional de Educação Física e Desportos e o Plano Nacional de Educação Física e Desportos- PNED (1975), que, na verdade, fora um desdobramento das leis relacionadas ao esporte da Era Vargas.

Ao lado da imprensa e dos boletins da competição, as narrativas dos trabalhadores permitiram diferentes ângulos de abordagem sobre o viver, o morar e o jogar bola em times de fábrica. Trata-se da história da cidade feita e transformada por gente comum. Tal construção esquivou-se da concepção de patrimônio como política instituída que, na maioria das vezes, não leva em conta as dimensões afetivas e culturais.

Definir um critério sobre quem seria “escalado” para o time de narradores dos Jogos das Indústrias consistiu em árdua tarefa para esta pesquisa. Não houve a preocupação em selecionar jogadores de uma ou de outra fábrica em especial. Primeiramente a preocupação foi a de identificar aqueles operários que quisessem falar de sua experiência no futebol de fábrica e, a partir da sua narrativa, tecer uma teia de significações com as narrativas de outros operários.

A memória é um campo de tensões. Lembrar e esquecer são ações políticas, que envolvem decisões de grupos hegemônicos. Desvincular-se do passado sanatorial e reforçar a identidade industrial de SJC foi um empreendimento que envolveu vários grupos sociais, que utilizaram inclusive o esporte para promover uma imagem saudável da cidade.

A partir da constituição do parque industrial joseense, uma apologia à vocação industrial da cidade ganhou força, encontrando nos festejos do bi-centenário (1967) condições para o estabelecimento de novos símbolos, como a engrenagem dourada representando suas indústrias, como se elas produzissem sem a força de trabalho. SJC tornou-se uma cidade industrial que não se reconhece operária. Na memória pública, aos trabalhadores o lugar reservado não é ao sol.

Os operários praticantes do futebol de fábrica auxiliaram na compreensão de tensões, algumas relacionadas ao jogo de futebol e outras relacionadas ao ambiente fabril e à condição do operariado joseense, bem como suas perspectivas ao se instalarem na cidade. As pessoas que chegaram a SJC na segunda metade do século XX, no contexto do fluxo migratório e da industrialização da cidade, tinham perspectivas de trabalho que foram em parte contempladas, como disse Pastel “eles resolveram tentar a vida aqui, porque o serviço laçava as pessoas pra trabalhar” e reforçou Alcides: “Naquela época, mandava embora, no outro dia você entrava em outra, hoje não é assim. Era diferente, com um ano, dois anos o cara pegava um carrinho e ia visitar os parentes de carro”.

A forma de a indústria lidar com os esportes sofreu alterações ao longo dos anos de existência dos Jogos das Indústrias. No auge dos Jogos, nos anos 1980, praticar alguma modalidade esportiva era considerado item favorável no currículo do operário, um valor agregado ao seu trabalho, como lembra Sr Alfredo: “Nós tivemos atletas que vieram atrás de um time com condições técnicas, vieram para produção, precisava mesmo contratar, então o atleta era mão-de-obra”.

Na década de 1990, mudanças de ordem econômica no país e no mundo reorganizaram a produção das fábricas e a forma de promover a prática esportiva entre os funcionários. Tais mudanças refletiram-se também na gestão dos esportes junto às fábricas, como afirmou Tércio, da GM: “Não houve mais interesse por parte das indústrias; eu acho que é pela produtividade. É difícil tirar alguém (para jogar), antigamente a fábrica tinha uma folga. Hoje não, está estrangulado! Eu vejo aqui pela nossa fábrica, colocar pneu, encher pneu, etc.”.

Atualmente o trabalhador de fábrica conta com uma infraestrutura no clube para que, nas horas vagas, ele frequente tal espaço, sem a manutenção de equipes de várias modalidades esportivas para fins de competição externa.

O futebol de fábrica não é tão somente sinônimo de lazer e de tempo livre, é também o espaço do trânsito; trata-se da continuidade do trabalho. Com os Jogos das Indústrias, o trabalho material e o imaterial dos operários foram apropriados pela fábrica.

Ser operário em SJC não se trata de uma experiência homogênea. Havia rivalidade entre funcionários das fábricas, “os caras que trabalhavam na GM olhavam assim (pro uniforme) e falavam: ‘aí que porcaria!’ Montavam mesmo! Não tinha como. Desde aquela época até agora pouco tempo, era assim, depois veio a Embraer, os caras nem tiravam o crachá, era gozado isso aí”.(Alcides Takamatsu).

Ao analisar o histórico dos Jogos das Indústrias, onde a hegemonia da Embraer/GM é tão evidente, entende-se o peso que uma vitória no futebol ou em qualquer outra modalidade, sobre uma dessas equipes, sobretudo, representava reconhecimento, nas palavras de Alcides: “o goleiro da Embraer pediu pra eles pararem a jogada pra me

cumprimentar, aí nós nos encontramos no meio do campo, fui reconhecido. Isso foi em 75. Isso não dá pra gente esquecer!”

O esporte não só foi usado pelo Estado, como pelas empresas e também pelos trabalhadores, que, em seu cotidiano, viram no futebol várias possibilidades, como, por exemplo, de aquisição de prestígio e de melhores condições de trabalho. Alcides Takamatsu obteve vantagens, na época do serviço militar, tendo condições de profissionalizar-se como jogador, ao mesmo tempo em que servia o Exército e ainda gozava de privilégios em relação à dispensa de alguns exercícios no quartel. Edson Mug utilizou-se de sua experiência no futebol profissional para saciar a curiosidade dos colegas de fábrica; na prática de um intenso exercício de igualdade, conseguiu ocupar posições melhores na linha de montagem dos carros na GM.

Explicações sobre abrir mão do sonho de profissionalizar-se no futebol, ter de trabalhar em fábrica e abraçar, “por tabela”, ao futebol de fábrica, envolveram necessidades financeiras e familiares.

Imprimir ritmo profissional aos treinos nas ADC’s não era visto pelos jogadores com estranheza ou como exploração e sacrifício, ao contrário, muitas vezes era prova de que eles eram de fato competentes no que faziam, equiparando-se a jogadores profissionais.

Jogadores profissionais transformavam-se em operários, devido à falta de opção de trabalho e, sobretudo, à desvalorização que sofriam: “aí veio na minha cabeça, a minha família, eu não sou profissional mais” (Mug). “É que você não é valorizado. Você sai de um time que tem elenco bom e vai jogar em times que tem elenco mediano, é mais difícil ganhar um jogo, conseguir resultado, não é que você tá velho, o time é um conjunto” (Passarinho).

A questão da idade relacionada à desvalorização do trabalhador, tanto no futebol como na fábrica, foi recorrente na fala dos entrevistados:

Olham pra você, você é muito importante enquanto você tá servindo ela, você tá com saúde, tá trabalhando com chuva, sol, sereno, de madrugada. No momento que você ficou doente, afastado, você não

serve mais. Você ficou velho, já aposentou, também já não serve mais.
(Bosco)

Para o jogador do futebol de fábrica havia limites que somente os iguais souberam entender. A política de treinamento excessivo e de características próximas aos padrões profissionais teve de ser repensada pelas ADC's, porque, na prática, eram os trabalhadores que decidiam sobre o tipo de treino que deveria ser feito, como por exemplo, no caso da Johnson, na época em que o treinador e o preparador físico eram ex-profissionais que não trabalhavam na fábrica, só no clube. "Não adianta gente! Os caras são trabalhador, trabalha o dia inteiro. Não deu certo, foram embora!" (Bosco).

A história oral, por seu caráter dialógico, permitiu o "bate bola", em um terreno cuja linguagem comum à entrevistadora e aos entrevistados possibilitou trocas e revelou uma espiral de interpretações sobre o mundo do trabalho. Identificou os sujeitos históricos, independentemente de eles estarem ou não engajados em movimentos organizados. Notou-se a forma como eles travam suas lutas cotidianas, movidas por necessidades pessoais, que conferem à atuação de cada um, ao mesmo tempo, exclusividade e universalidade.

Na fala desses trabalhadores não se evidencia só o jogo de futebol, mas o da vida, e se enfatizam as vitórias e os empates. As vitórias podem ser traduzidas em medalhas e troféus, que cada um desses homens guarda, e também em conquistas pessoais, como, por exemplo, a casa própria, o veículo, o estudo dos filhos e a renda da aposentadoria.

Os empates são resultados de placares, cujos gols foram frutos de impedimento não dado pelo juiz, trata-se de situações em que o trabalhador reconhece a sua importância no processo e não há recíproca. "Quando eu entrei, tinha duas (máquinas), hoje tem 50, eu ajudei a crescer aquilo lá. Não só eu, todo mundo trabalhou, mas pelo menos eu fui um grãozinho de areia naquilo ali." (Antônio Bosco).

No campo da memória dos trabalhadores há vitórias e empates, que são ignorados pela fábrica. Nem a prática do futebol, nem o trabalho na fábrica são reconhecidos como eles gostariam que fossem. Na visão dos trabalhadores, seu passado como operário ou dentro das quatro linhas, em um jogo pelo time da fábrica, é descartável. "(Você) é um número! Então o pessoal não quer saber do seu passado lá dentro, sabe?" (Bosco).

Referências

BRASIL. Lei 6251 de 08/10/1975.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Educação Física e Desportos. *Política Nacional de Educação Física e Desportos. Fundamentos Diretrizes Roteiro. Plano Nacional de Educação Física e Desportos – PNED*. Brasília Departamento de Documentação e Divulgação, 1976.

PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na História Oral: a pesquisa como experimento em igualdade. *Projeto História*, n. 14, 1997 “Cultura e Representação”.

_____. Sonhos Ucrônicos, memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. In: *Projeto História, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*. São Paulo: EDUC, n. 10, dezembro de 1993.

Antônio Bosco – Funcionário da Johnson desde 1973, envolvimento na organização de times de futebol da seção ETHICON da Johnson, há 16 anos é técnico do time. (hoje categoria Master) 24/07/2010 – 30/07/2010.

Edison Pereira de Souza (MUG) – Ex-jogador da Portuguesa Santista, São José Esporte Clube, Portuguesa, Marília, Paulista de Jundiaí, Atlético Paranaense, Goiás. Aposentado da linha de montagem da General Motors, atual treinador de goleiros da Escolinha “Primeira Camisa FC”. 30/03/2010.

Alcides Takamatsu – Aposentado da Matarazzo onde trabalhou por 28 anos, Ex-Jogador do ECSJ, Usina vigor, EC Vila Ema, Bico de Corvo - 29/10/2010.

Walter Roberto Cosenza (Valter Passarinho) – Ex-jogador do S. C Corinthians Paulista, Santo André, Juventus, Vitória-BA, Aliança, São José Esporte Clube, AE Guaratinguetá, Atlético Goianiense e funcionário aposentado da EATON. 24/03/2010.

Memórias e Identidades dos Trabalhadores Ferroviários face ao processo de privatização da RFFSA em Ponta Grossa - PR (1955- 2000)

Rosangela Maria Silva Petuba¹

Resumo

O artigo analisa a maneira como o processo de privatização da Rede Ferroviária Federal impactou os modos de viver e trabalhar, as memórias e as identidades dos ferroviários na cidade de Ponta Grossa-PR. A problematização foi realizada a partir das narrativas orais, produzidas através de entrevistas e análise de outras fontes documentais escritas. Tem por objetivo também discutir como essas experiências são hoje ressignificadas ao retomarem trajetórias individuais e coletivas dos mais diversos matizes e apontarem um razoável compartilhamento de experiências comuns sobre a identidade ferroviária em Ponta Grossa, tanto no passado quanto no presente.

Palavras-chave: Memórias. Identidades. Ferroviários. Privatização.

Esta pesquisa dialoga as vivências dos trabalhadores ferroviários da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima – (RFFSA) na cidade Ponta Grossa, no Paraná, e analisa como o processo de privatização da RFFSA impactou seus os modos de viver e trabalhar na cidade, suas memórias e a identidade do grupo. No diálogo com essas experiências sociais que emergiram das narrativas, apreendemos um modo de vida e uma cultura ferroviária traduzida nos mais diferentes espaços compartilhados por esses trabalhadores e suas famílias.

¹ Professora Adjunta do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR.

Entretanto, “Rememorar não é mesmo que viver o passado, mas sim a releitura do sujeito que a produz, numa sociedade que se diferencia daquela a qual se refere a lembrança” (Lucena in Projeto História, 1998, p. 397). Dito de outro modo, avaliamos que, como força propulsora do ato de rememorar e mesmo da disposição de conceder as entrevistas, contando suas histórias, está a tentativa de entender o tempo presente e o lugar que ocupam nele. E foi na construção de suas memórias, no retomar de suas trajetórias, avaliando o saldo das vivências que o impacto da privatização da RFFSA², foi tomando contornos mais definidos.

O que o senhor lembra assim Seu Cristiano da época da privatização de como é que começou a chegar essa história pra vocês?

Bom, pra nós começou chegar assim meio na época do Collor de Mello. O Collor de Mello já fez um pronunciamento meio bobo lá, quando entrou no governo e achou que o ferroviário era vadio.

Na opinião dele todo funcionário público era vadio...

É, era vadio. Ai já queimou todos nós. Nós se queimamos na parada mesmo. Tanto é que quando foi pra por ele pra fora do governo nós demos o maior apoio possível.

O impeachment, né?

É. Então pra nós a maior alegria foi aquilo ali, porque ele demonstrou que ele não tava capacitado pra dirigir um país, aí depois na privatização mesmo, o que arreventou mais foi o Fernando Henrique,

² De acordo com os dados da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) a RFFSA, concessionária de serviço público de transporte ferroviário, foi incluída no Plano Nacional de Desestatização (PND), em 1992, pelo decreto n. 473/92, da lei n. 8.031/90, com o intuito de estimular o investimento da iniciativa privada nesse deficitário setor de transporte. O interesse de investidores começou a crescer e o BNDES, gestor do programa de desestatização, contratou consultores – Associação Nova Ferrovia – para a criação de um modelo desestatizador. Concluiu-se que a melhor forma para resolver as deficiências da empresa seria a outorga, feita pela União, da concessão do serviço de transporte de carga e do uso dos equipamentos da RFFSA para concessionárias privadas, o que ocorreu em setembro de 1996. Incluiu-se ao arrendamento dos bens ligados ao serviço de transporte, a possibilidade de venda dos bens de pequeno valor. A proposta inicial era de que a empresa permanecesse controlada pela União. Porém, a nova regulamentação dos transportes ferroviários, aprovada pelo decreto n. 1832 de 4 de março de 1996, modificou o Regulamento dos Transportes Ferroviários (RTF) e exortou a redução da regulação econômica do poder público nos serviços concedidos no intuito de propiciar soluções competitivas no mercado. Os ativos da RFFSA foram agrupados em seis malhas (nordeste, sudeste, centro-leste, sul, oeste e Tereza Cristina em Santa Catarina) e arrendados em 1,5 bilhões de reais. O contrato previa a concessão dessas malhas por 30 anos renováveis. <<http://www.antt.gov.br/concessaofer/EvolucaoFerroviaria.pdf>>. Acesso em 10/12/2009.

né? Porque ele que fez a privatização, que terminou com a privatização tudo, então [...].³

A fala do Sr. Christiano engloba praticamente uma década e meia da história do nosso país no que tange às concepções sobre o papel político e econômico do Estado brasileiro. Como já sabemos, a RFFSA foi incluída no Plano Nacional de Desestatização em 1992, ainda durante o governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992). No seu discurso de campanha e ao assumir a presidência, Collor de Mello prometia uma política de austeridade fiscal, com corte de gastos do governo pela redução do número de “funcionários fantasmas”, fim dos “privilégios desmedidos” de funcionários públicos, a quem ele denominava insistentemente de “marajás” e a privatização das empresas estatais com a conseqüente redução do aparelho estatal. Como demonstrou a história, menos de dois anos depois, de privilégios e mordomias, saques de dinheiro público e desrespeito ao Estado e ao exercício da função pública, o então presidente parecia entender mais do que qualquer outra pessoa. Seu governo caracterizou-se por um lamaçal de corrupção, enquanto a população brasileira convivia com acentuado rebaixamento do padrão de vida em meio a uma crise social onde se combinavam instabilidade política e econômica. Em dezembro de 1992, acuado e politicamente desmoralizado, o “caçador de marajás” renunciou à Presidência da República.

Mas ainda que levemos em conta o fracasso político, econômico e moral do governo Collor, somos obrigados a admitir que, indubitavelmente, seu governo abriu caminho para uma era na qual o discurso que preconizava o Estado Mínimo, taxando as empresas estatais e o funcionalismo público como um mal a ser combatido, em nome de uma economia globalizada, se fortaleceu e caminhou rapidamente para tornar-se um discurso social hegemônico. Esse era o discurso do neoliberalismo e compreender suas origens e seus pilares de sustentação ajuda a dimensionar o processo de privatização da RFFSA (e de outras empresas públicas), bem como as consequências nefastas trazidas para os trabalhadores e a sociedade em geral.

³ Christiano Matheus Walter, 67 anos, nasceu em 6 de novembro de 1942. Ingressou na Rede em 1966, aos 24 anos de idade, na função de guarda-freios. Trabalhou a maior parte do tempo com trem de passageiros. Por não concordar com a privatização da RFFSA, pediu aposentadoria em 1997 e aposentou-se como chefe de trem. Entrevista concedida a autora em julho de 2009.

Fernandes (1995, p. 54-61) define o neoliberalismo como um projeto comum de reconfiguração institucional do capitalismo contemporâneo que se tornou hegemônico no mundo neste final de século e indica seus três pilares fundamentais. Em primeiro lugar, uma marcha acelerada de reversão nas nacionalizações efetuadas no pós-guerra. Uma maré privatizante que marca a ruptura muito clara com estratégias anteriores, que valorizavam as empresas públicas como instrumentos fundamentais para um desenvolvimento nacional soberano. O segundo pilar da viragem neoliberal é a crescente tendência à desregulamentação das atividades econômicas e sociais pelo Estado, baseada na superioridade da “eficiência do mercado” em relação ao “burocratismo do Estado”. E o terceiro pilar seria a tendência à reversão de padrões universais de proteção social estabelecidos com a emergência em vários países dos Estados de bem estar social. Em suma, em menor ou maior grau, a desestatização, a desregulação e a desuniversalização seriam as características primordiais do neoliberalismo nos diversos países no qual foi adotado.

No Brasil, a consolidação desse modelo político e econômico acontece com o governo de Fernando Henrique Cardoso - FHC (1995-2002). No que tange às privatizações, a adesão do governo de FHC ao ideário neoliberal traduziu-se numa massiva campanha que disseminou na sociedade um clima de desmoralização e hostilidade em relação às estatais e ao funcionalismo público, como parte de um estratégia política que visava abrir caminho para as privatizações.

Essa estratégia contou com o apoio expressivo dos grandes meios de comunicação que endossaram veementemente a campanha de desqualificação e a ladainha do esgotamento dos recursos públicos. Esse processo pode ser claramente percebido na publicação em jornais de charges como a que veremos a seguir:



Figura 01: As Estatais em Apuros. Fonte: diário dos Campos, Ponta Grossa, 28 de outubro de 1995.

Aqui vemos as estatais representadas como um animal (aparentemente uma vaca) 'inchado', com dificuldades de locomoção. A ideia é apresentá-las como ineficientes, morosas, onerosas e, pior, parasitárias, como aquelas que só “engordavam à custa do dinheiro público”, enquanto a população carecia de recursos do governo. Por outro lado, a charge criava uma identificação entre FHC e a privatização. Assim, ao representar esse animal em apuros, ao pensar que o governante criava a ideia da privatização como algo benéfico, capaz de pôr fim “a boa vida” das estatais e de seus funcionários. A moral da história era evidente, as empresas públicas eram um peso morto do qual o governo devia se livrar para o bem de toda a sociedade.

Mas essa imagem das estatais como inoperantes, atrasadas e deficitárias é relativizada pelos testemunhos dos trabalhadores ferroviários:

Foi mudando o sistema da empresa, a melhoria que a empresa teve. Quando eu entrei pra trabalhar só tinha a locomotiva a lenha, era a vapor né? Agora tem as diesel, que puxam duas vezes mais. Antigamente aquelas puxavam 12 vagões, é foi as mudanças, mas pra

melhor. A empresa nunca regrediu, a empresa começou a se informatizar, acabou o telégrafo, depois veio o fax, depois veio... e foi melhorando, as coisas foram melhorando. Foi pena o governo não investir mais nela, porque é um meio de transporte se não for o mais barato é um dos mais baratos do Brasil [...] Eles dizem que a Rede Ferroviária Federal deu prejuízo, mas nos éramos regionais, porque a nossa aqui nunca deu prejuízo, só o que eles faziam compravam dez locomotivas, entregava cinco pra uma duas pra outra, dez locomotivas vamos dizer dez milhões, então esse dinheiro era prejuízo, então o lucro não aparecia. Então a região Sul tinha que pagar o prejuízo lá do Nordeste.⁴

Quando eu saí da Estrada de Ferro (1984) não havia sucateamento, inclusive estava dando lucro... Ela tinha um lucro bem visível, e eu via que ela tava dando lucro, por que os acidentes, eu inclusive trabalhei nos últimos cinco anos em inquéritos e pesquisas [...] era exatamente organizar os processos sobre os acidentes ocorridos, os acidentes eram mínimos.⁵

As falas relativizam a imagem de atraso e déficit na RFFSA, pelo menos da Regional Sul, apontando melhorias estruturais ao longo dos anos, a geração de lucros, uma quantidade mínima de acidentes e destacando a falta de investimentos e o descaso do governo como responsável pela gradativa decadência da empresa:

O senhor acha que a ferrovia precisava ter sido privatizada? Que ela não dava mais lucro? Que ela tava muito detonada?

Não. Na minha opinião eu acho que não. Porque a ferrovia, por exemplo, ela se mantinha sozinha, tá certo que com apoio do

⁴ Amauri Macanha, 69 anos, começou a trabalhar na ferrovia aos 14 anos de idade e foi registrado aos 15 anos, em agosto de 1951. Filho de ferroviário. Ingressou na Rede como praticante de telegrafia e se aposentou em 1987 como chefe de estação. Sempre trabalhou em Ponta Grossa.

⁵ Epaminondas Xavier de Barros nasceu em 15/11/1927. Antes de ser ferroviário já havia trabalhado como garçom do restaurante da estação, entre os dezesseis e dezoito anos. Entrou na ferrovia em 1952, como carregador de lenha para as locomotivas, e se aposentou como supervisor em 1984. Entrevista concedida em 2003.

governo, então o que faltou aí? Mais apoio do governo, o governo deixou de dar apoio pra ferrovia pra poder privatizar.

Me explica um pouco melhor isso aí.

É, a partir da hora que o governo deixou de olhar pela ferrovia, as [...] na verdade foi no governo do Fernando Henrique, é porque foi ele que privatizou a ferrovia (Walter, 2009).

De fato, a argumentação que justificava as privatizações, alegando que as estatais gastavam muito e davam prejuízo, que sua venda possibilitaria investimentos em áreas sociais, diminuiria o rombo nos cofres públicos e garantiria à população serviços de melhor qualidade e mais baratos nas áreas das empresas privatizadas, logrou um êxito impressionante.

Mas segundo Biondi (1999), uma questão que nunca foi devidamente esclarecida para a sociedade brasileira - permitindo parte desse êxito na desmoralização das estatais - foi o fato de que, desde o final dos anos de 1960, os governos frequentemente usaram as estatais para “segurar” a inflação ou para beneficiar certos setores da economia, geralmente por serem considerados estratégicos para o país.

Outra ponta dessa estratégia de desmoralização das estatais foi a onda de desqualificação que se abateu sobre os funcionários públicos em geral, que naquele período foram apontados como o mal do Estado brasileiro.

Embora essa construção de memória não tenha se dirigido apenas aos ferroviários, os trechos da entrevista concedida pelo Sr. Christiano evidenciam esse processo e seus efeitos sobre os trabalhadores da Rede:

O senhor acha que na época pra privatizar eles denegriram os ferroviários, assim rebaixaram os ferroviários, a ferrovia?

Bom, basta dizer o senhor Collor de Mello como um presidente da república chamou os ferroviários de vagabundo.

Ele chamou mesmo os ferroviários de vagabundo?!

Assim claramente, na televisão. Até por sinal eu tava numa reunião com engenheiros lá em Curitiba no... Daí que ele falou isso,

chamando os ferroviários, que o ferroviário era um vagabundo, ele não disse diretamente isso, mas o entender que ele deu foi isso. E eu levantei na hora da mesa e falei pro próprio engenheiro, o Paulo Munhoz, o superintendente e disse: “Olha a partir de hoje o ferroviário não é mais o mesmo.” E justamente a partir daquele dia o ferroviário só foi abandonando o barco.

Então houve assim uma desmotivação?

É. Uma desmotivação, essa é a verdadeira.... Eles fizeram meios que desmotivaram o ferroviário a procurar endurecer. Nós pensávamos de uma forma e bem no fim foi de outra. Que nós achava que o povo não ia deixar privatizar de jeito nenhum (Walter, 2009).

A primeira questão a ressaltar é o fato de os ferroviários acreditarem que teriam o apoio da população, na certeza de que a ferrovia era importante para o povo, “que não ia deixar privatizar de jeito nenhum” e “e bem no fim foi de outro jeito”. Ou seja, havia uma crença de que a sociedade brasileira reagiria em peso ao processo de desmonte do Estado, mas isso não aconteceu, pelo menos não com a eficácia ou a força desejada:

Escuta, tudo isso acontecendo e vocês não tiveram apoio da população? Dos jornais? Das escolas? Ninguém apoiou vocês assim? Infelizmente não.

Meus Deus!

E a gente pediu apoio ao povo, mas ...

O que vocês fizeram?

A gente procurou esclarecer que a privatização não tava correta, que nós era contra a privatização, mas... O povo infelizmente foi a favor e daí o que podia fazer?

O senhor lembra de alguma movimentação?

Teve qualquer coisa assim, mas eu não posso dizer o que foi porque eu não participei, porque eu já tava lá pra Curitiba nessa época, mas aqui eu sei que teve. O ferroviário de Ponta Grossa, nossa senhora,

lutaram por tudo quanto foi meio para evitar a privatização, até os de Curitiba, de todo o Paraná.

De todo o Brasil, né?

Mas aí não teve jeito, os homens tava decidido e nós não tivemos apoio... Porque nós contava com o apoio da população.

E porque que vocês contavam com o apoio da população?

Porque nós achava que a ferrovia era importante pro povo, mas infelizmente os meios que eles usaram pra fazer a privatização apagou tudo isso (Walter, 2009).

Mas o senhor Christiano também avalia que esse apoio não veio porque “os meios que eles usaram para fazer a privatização acabou com tudo isso”. Há um reconhecimento de que houve uma estratégia de desmoralização para colocar a opinião pública contra as estatais e seus funcionários

Como assim?

A maneira como eles fizeram, eles procuravam evitar que o povo... Falavam dos ferroviários tudo, mas só eles... Pra não esclarecer pro povo o que verdadeiramente era o ferroviário, então o povo ficou sem saber o que fazer e acabou indo pro lado da privatização (Walter, 2009).

O depoimento demonstra que, na estratégia de colocar a opinião pública favorável às privatizações, combinaram-se como faces da mesma moeda a desmoralização e o silenciamento e/ou a produção da invisibilidade desses sujeitos, “pois falavam dos ferroviários, mas só eles”, ou seja, os interessados nas privatizações. Das memórias desse trabalhador emerge o sentimento de que a privatização da Rede foi possível porque a sociedade não foi devidamente informada sobre o significado, a importância, “o valor” da ferrovia e dos ferroviários e acabou apoiando o processo. Surge também o sentimento de impotência diante do autoritarismo com o qual o governo se portou na condução das privatizações:

Vocês se assustaram com a reação das pessoas, com a rapidez com que tudo aconteceu. Porque foi tudo meio rápido, né?

É, foi tudo rápido. Então a gente ficou meio assim... Não deram tempo o suficiente pra nós debater, não deu oportunidade, né? O nosso sindicato combateu barbaridade, mas não teve jeito. Privatizaram e acabou-se. Então, os ferroviários daquela época, aquele que era daquela época, aquele que lembra bem ficou decepcionado. Porque eles consideraram nós como uma pessoa assim sem motivo de progresso...

Sem valor...

Sem valor, a verdade é essa. Não deram o valor que a pessoa merecia. Eles meio ignoraram nós, sabe como é? Então é isso que o ferroviário ficou sentido e foi desanimando, né? (Walter, 2009)

Biondi (2009) também conjectura sobre a falta de reação e a indiferença da opinião pública em geral, excetuando-se os grupos de oposição, e questiona como foi possível que o governo Fernando Henrique Cardoso implantasse as privatizações a preços baixos, financiando os “compradores” e acima de tudo ignorando a experiência de desestatização de outros países e questiona como foi possível para o governo agir com tal autoritarismo, transferindo o patrimônio público acumulado ao longo de décadas, a poucos grupos empresariais que sequer tinham dinheiro para pagar o Tesouro e também sobre a incapacidade de reação da sociedade.

Suas conclusões corroboram em parte com as reflexões do Sr. Christiano:

Sem sombra de dúvidas os meios de comunicação, com seu apoio incondicional às privatizações, foram um aliado poderoso. Houve a campanha de desmoralização das estatais e a ladainha do ‘esgotamento dos recursos do Estado’. Mais ainda a sociedade brasileira perdeu completamente a noção de que as estatais não são empresas de propriedade do ‘governo’, que pode dispor delas a seu bel-prazer. [...] Essa falta de consciência coletiva, reforçada pelos meios de comunicação, repita-se, explica a indiferença com que a

opinião pública viu o governo doar por dez o que valia cem (Biondi, 1999, p. 15, grifo nosso).

Houve um hábil manejo das condições sociais, econômicas e políticas presentes no país como, por exemplo, o fantasma da inflação e do desemprego. A estratégia que contrapôs as precárias e instáveis condições de vida da maioria dos trabalhadores brasileiros à do funcionalismo público, taxando seus direitos e condições de trabalho como privilégios, produziu representações como a que vemos na charge abaixo:



Figura 02: O carrasco e os funcionários públicos. Fonte: Diário dos Campos, 24 de outubro de 1995.

Aqui observamos o funcionário público como vilão, legítimo representante de uma “nobreza parasitária inimiga do povo” e da qual deveria se cortar a cabeça.

O funcionalismo estatal convertido no bode expiatório, como se fosse a sua existência e não a ganância, o descaso e as práticas predatórias ao patrimônio público levadas a cabo pelas elites econômicas e políticas há séculos, os responsáveis pela precariedade, pela pobreza e pelas desigualdades sociais que assolam o país. Entretanto, vários estudos já

demonstraram que, na verdade, o funcionalismo brasileiro é pequeno, inclusive pela ausência e/ou escassez de serviços públicos essenciais para atendimento da população do país⁶. O mesmo raciocínio se aplica aos salários fantásticos existentes entre pensionistas e funcionários ativos ou aposentados. Esses são casos excepcionais em relação ao total de funcionários da máquina governamental. Teria sido mais fácil coibir e corrigir abusos e distorções, possibilitando inclusive a valorização da máquina estatal e de seus funcionários perante a sociedade, do que promover um assalto generalizado contra os direitos dos trabalhadores e o patrimônio público conquistado ao longo de muitas décadas de luta, trabalho e investimentos.

Todavia, estatais que mais se assemelhavam a um animal inchado e preguiçoso e um funcionalismo parasitário do qual se deveria cortar a cabeça, eram imagens muito mais úteis aos intentos do governo e de seus aliados, por isso foram produzidas em abundância e colocadas em circulação, constituindo uma elaborada campanha difamatória cujos resultados práticos a sociedade brasileira amarga até hoje.

Embora setores expressivos da sociedade, principalmente os que usufruíam dos serviços das empresas privatizadas tenham sido prejudicados com a onda de desestatização que se abateu sobre o país durante o governo Fernando Henrique, a privatização da Rede atingiu em cheio os ferroviários e suas condições de trabalho. Já no primeiro semestre de 1997, matérias nos jornais demonstravam a insatisfação do Sindicato dos Ferroviários em PG (Sindifer) com o tratamento dispensado pela empresa arrendatária aos trabalhadores. A denúncia dos sindicalistas nos jornais da época corrobora as memórias sobre o descaso e a desvalorização do ferroviário às quais se referiram o Sr. Christiano, nos depoimentos anteriormente citados:

O que tem nos envergonhado é a maneira como a privatização aconteceu, não estão respeitando o material humano que construiu a rede ferroviária. [...] Os diretores da Rede até agora não quiseram tratar do dissídio coletivo, além de continuarem a demissão dos

⁶ A esse respeito ver: BIONDI, A. *O Brasil Privatizado: Um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999. MARTINS, M. G. *Caminhos Tortuosos: Um Painel Entre o Estado e as Empresas Ferroviárias Brasileiras, 1934 a 1956*. São Paulo: USP, 1995. Tese de Doutorado em História. QUEIROZ, P. R. C. *Uma Ferrovia entre Dois Mundos: A E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20*. Bauru, SP: EDUSC; Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2004.

funcionários. Só com a privatização já foram demitidos 2,5 mil funcionários. Outra dificuldade que o sindicato vem encontrando com os novos diretores é que está sendo cogitado o fim do Plano de Cargos e Salários: ‘Eles querem criar um funcionário padrão [...] Eles não estão preocupados com o trabalhador querem apenas o lucro’⁷.

De acordo com os sindicatos dos Engenheiros e dos Maquinistas, nos primeiros dias em que a ALL (America Latina Logística) assumiu a concessão pública do tráfego ferroviário da Malha Sul, foram demitidos 2.700 funcionários, motivando inclusive denúncia desses sindicatos ao Ministério Público do Trabalho, questionado uma série de demissões por justa causa. Essa redução drástica do quadro funcional levou a uma carga de trabalho excessiva, aumento dos acidentes por redução de postos de serviços essenciais e mudanças nas regras de segurança das operações de tráfego, como, por exemplo, a ausência de um maquinista auxiliar nas locomotivas. Todas essas questões compõem uma série de denúncias ao Ministério Público e ações judiciais em trâmite atualmente no estado do Paraná.

Todo esse universo de questões emergem na fala dos trabalhadores, ao avaliarem o processo de privatização e as condições atuais da Rede. Nesse movimento, as narrativas colocam em pauta não apenas o passado, mas as atuais condições, como a dos trabalhadores aposentados da agora extinta Rede Ferroviária Federal e de antigos ferroviários, numa cidade cujas marcas do passado ferroviário vão gradativamente se perdendo.

Os trechos da entrevista com o Sr. Christiano Matheus Walter que se aposentou “contrariado, de brabo” quando a Rede foi privatizada, reforçam a dimensão do impacto desse processo no sentimento de identidade dos ferroviários:

E o senhor acha que para o ferroviário, para a família do ferroviário a privatização foi pior?

Foi. Eu acredito que sim. Porque hoje você não vê mais um ferroviário trabalhando contente como trabalhava lá na época, né? O ferroviário hoje trabalha mais pra ganhar o dinheiro, pra poder se

⁷ Jornal da Manhã, REDE Privatizada: Sindicato dos Ferroviários começa a negociar salários, Ponta Grossa, 14 maio de 1999.

manter, mas eu acho que ele não trabalha com o coração, como nós trabalhávamos na época, porque na época eu tinha orgulho de ser ferroviário.

Então o senhor acha que a ferrovia, os ferroviários, o jeito de vida que existia antes da privatização acabou?

Acabou! Não tem mais. Hoje, o ferroviário de hoje é completamente diferente, ele não [...] Eu pelo menos nunca vi ninguém comentando “Eu sou ferroviário!” Antigamente a gente tinha orgulho. Não tem mais aquele tipo de organização como existia, tanto é que hoje o sindicato quase que é mantido a maior parte por nós aposentados (Walter, 2009).

Mais do que uma comparação, entremeada por uma sensação de desgosto entre os “ferroviários das antigas” e “os atuais”, o que estamos acompanhando é uma narrativa da desagregação, uma reflexão sobre rupturas e esfacelamentos.

Na opinião desses velhos trabalhadores, a privatização acabou com o amor pela ferrovia, com o orgulho pela profissão, com a coesão e a organização da classe. Os vínculos de ofício se perderam, na medida em que a nova geração de ferroviários não se reconhece nos antigos e vice-versa.

Eles não ostentam aquela coisa “Sou ferroviário”, como era antigamente, né?

É [...] Trabalha porque como diz tem que ganhar o dinheiro, mas não com o ânimo como nós fazíamos. Porque antigamente o ferroviário trabalhava com ânimo, tinha amor pelo que ele fazia e hoje não, hoje pelo jeito é completamente diferente, pelo que a gente sente assim, né? Porque desde você ir conversar como um ferroviário hoje, se ele puder até evitar de falar em ferrovia, ele evita.

Ah, é?!

É, eu tenho conversado com muitos aí, que eu sei que ele trabalha lá dentro e não vejo ele falar em ferrovia mais.

É só um trabalho como qualquer outro...

E só um trabalho com qualquer outro, então é aí que a gente sente que o negócio não tá indo lá aquelas coisas (Walter, 2009).

Na avaliação do Sr. Christiano, essa nova geração não se reconhece nem mesmo na ferrovia, que foi reduzida a um trabalho como qualquer outro, do qual inclusive se evita falar, revelando um rompimento de vínculos com o ofício e com a empresa ao ponto de nem mesmo se considerarem ferroviários os que trabalham lá atualmente.

A transformação da ferrovia em “só um trabalho como qualquer outro”, afronta toda uma tradição para a qual o trabalho na Rede era um projeto de vida, como vimos em depoimentos anteriores. Todavia, mesmo apesar do desgosto e da indignação, os ferroviários apontam em suas falas o processo de privatização da Rede e a atual postura da empresa, tanto em relação aos funcionários, quanto em relação à própria estrutura da ferrovia, como fonte dessa desmotivação e desvalorização do ofício pelos atuais ferroviários:

Seu Cristiano, o senhor conhece pessoas que eram da ferrovia e ficaram depois que ela privatizou?

É por intermédio dessas pessoas que a gente sabe que o salário tá baixo e a motivação hoje em dia não é que nem antigamente. [...] É. Olha teve muito colega meu que teve que entrar na justiça pra voltar a trabalhar!

Como assim?

É, porque eles dispensaram coisa que eles não podiam fazer. Então teve muitos colegas meus que voltaram a trabalhar na marra, que o sindicato caiu de pau em cima e exigiu que eles tinham que voltar a trabalhar. Só que o cargo dele continua do mesmo jeitinho que ele era, não deram aquele incentivo... Agora como é que um homem desse vai trabalhar com ânimo? (Walter, 2009, grifo nosso)

Em 28 de maio de 2004 foi protocolado, na Procuradoria do Trabalho, pelo Sindicato dos Engenheiros (Senge/PR) e pelo Sindicato dos Maquinistas Ferroviários (Sindimafer-PR/SC), um documento com uma denúncia minuciosa das modificações implantadas pela

ALL nos procedimentos da ferrovia e que estariam colocando em risco os trabalhadores, a população e o meio ambiente.⁸

O documento alerta para o fato de que a ALL, interessada na redução de custos, e sem profundos estudos das respectivas consequências, acabou com os turmeiros (que faziam inspeções constantes nas condições da via permanente) e com a função do maquinista auxiliar, passando, neste caso, a adotar a monocondução de trens.⁹

Outro agravante das condições de trabalho denunciado no documento é que a maioria das estações foi fechada pela ALL e encontram-se depredadas, sem condições de atender às necessidades básicas dos trabalhadores ferroviários. Além disso, os treinamentos inadequados e cursos rápidos de formação de maquinistas, manobristas, agentes de pátio, revisores de vagões, sem levar em conta a trajetória de experiências nas atividades operacionais básicas, práticas de jornadas de trabalho e intervalos inadequados desgastantes, sobretudo em pontos isolados, também são apontados como indícios do aumento da periculosidade do trabalho nas ferrovias. Quanto aos acidentes de trabalho, o documento destaca que a terceirização dos serviços vem distorcendo as estatísticas da ALL, pois as ocorrências de mortes ou danos físicos de empregados acabam pulverizadas nas microempresas fornecedoras de mão-de-obra.

Além da vergonhosa precariedade das condições de trabalho dos ferroviários, o descaso com o patrimônio, representado pelas documentações, pelas linhas, a chamada via permanente, pelo material rodante, pelas antigas estações, casas dos trabalhadores e muitas outras edificações, tem indignado profundamente os antigos trabalhadores da Rede.

⁸ Posteriormente esse documento foi publicado na íntegra no jornal do Fórum em Defesa do Patrimônio Público do Paraná em agosto de 2004.

⁹ Vale esclarecer que, ao longo da história da ferrovia, a atividade do maquinista auxiliar nunca foi desperdício de mão-de-obra, pois sempre contribuiu para evitar acidentes ou amenizar as consequências das ocorrências fora do controle dos condutores dos trens, por tratar-se de composições compridas e trajetórias com curvas acentuadas. A presença do maquinista auxiliar sempre foi imprescindível, pois se coloca em observação alternada da frente e da retaguarda da composição, avisando imediatamente ao condutor qualquer anormalidade. Essa situação permite que o maquinista auxiliar, ao perceber o descarrilamento de algum vagão ou locomotiva, acione imediatamente a parada do trem, o que evita o agravamento das consequências na destruição da linha e obras de arte, perda de produtos, avarias de material rodante, derrame de produtos perigosos etc. A falta dessa importante mão-de-obra contribui decisivamente para agravar descarrilamentos por grandes distâncias como vêm ocorrendo, o que expõe as comunidades ao longo da ferrovia e o meio ambiente a riscos maiores. O maquinista auxiliar também atua na função de verificar defeitos com o trem em movimento, inclusive princípios de incêndios ou desligamento de motores das locomotivas e problemas nos vagões.

Em seu depoimento, o Sr. Christiano relata o fato de que, logo após a privatização, uma série de vagões que transportavam os trabalhadores cuja função era manter a via permanente em bom estado de conservação foi abandonada pela ALL e, por conta disso, incendiada por vândalos:

[...] Outra coisa, por exemplo, é as linhas. As linhas não são mais cuidadas com era antigamente. Nós chegamos uma época aí, que quando começou a cair trem aí era um atrás do outro.

O senhor acha que as linhas não estão tendo manutenção?

Não, tá faltando muita manutenção nas linhas, eles fazem alguma manutenção quando é bem necessário, mas como era feito antigamente, não fazem mais não. Porque as empresas que receberam a Rede depois que privatizaram elas não se responsabilizaram pelas estações, pelas casas, por tudo que era patrimônio da Rede. Elas não se responsabilizaram, tanto é que assim que privatizaram botaram fogo numa mecanizada. Mecanizada era uma séria de dez, 15 vagões que comportava dormitório, cozinha, alojamento pra dormir e inclusive pra guardar material, aquelas máquinas que punham dormente, pra colocar trilhos. Era uma equipe de mais ou menos cem, 150 homens que trabalhavam naquele trem. Então eles saíam daqui de Ponta Grossa e iam em Apucarana arrumando as linhas. Eles trocavam trilho, trocavam dormente, tudo que precisasse eles arrumavam. Então essa equipe, quando privatizou, que a firma assumiu, ficou lá os vagão, os funcionários foram embora, quem aposentou, aposentou e ficou os vagão lá, resultado, veio os malandrão e botaram fogo, queimaram um trem inteiro!!! Com tudo o que tinha dentro, desde colchão e tudo o que tinha dentro (Walter, 2009).

O Sr. Epaminondas, que se aposentou trabalhando como supervisor de acidentes, aponta o aumento do número e a gravidade dos casos ocorridos atualmente como uma

consequência desse comportamento da direção da ALL que, após a privatização, simplesmente acabou com tudo “aquilo que não dava lucro”:

A primeira coisa que essa [...] desculpe dizer, essa porcaria de transferência de mando das ferrovias fizeram foi acabar com tudo que não dava lucro. É. A privatização acabou com tudo aquilo que não dava lucro, quer dizer, não dava lucro a curto prazo. Tanto assim que as pessoas foram demitidas. [...]. Porque hoje quando cai um trem lá na Serra, cai 30, 35 vagões. Naquela época a gente puxava 80 vagões e nunca caiu nada. Porque nunca caiu nada? Porque havia cuidado todo especial para a via permanente. O que é via permanente? É [...] os trilhos, a conservação dos trilhos, a troca do dormente apodrecido, ou que estava em vias de carunchar (Barros, 2004).

O reflexo dessas medidas pode ser constatado no aumento do número de acidentes e nos impactos causados, registrados nos primeiros 12 meses de operação privada, em relação ao mesmo número de meses anteriores à privatização. O número cresceu 9%, passando de 741 registros para 807, o que contrariava as metas contratuais assumidas de redução de acidentes, uma das obrigações principais do processo de privatização. De janeiro a abril de 1998, já haviam sido registrados 221 acidentes, mesmo considerando os dois primeiros meses de baixa demanda de cargas, o que projetava um ano na faixa de oitocentas ocorrências.

Assim, ao expressar sua indignação com o fato de a privatização ter acabado com tudo o que não dava lucro, o Sr. Epaminondas faz eco ao sentimento partilhado por diversos setores da sociedade que reconhecem nos acidentes, na demolição e/ou na depredação das edificações, a falta de respeito e o descaso da ALL com a malha ferroviária. Alimenta esse inconformismo saber que a própria concessionária admite faturamento recorde ano após ano depois da concessão, mas tem deixado a estrutura ferroviária em abandono mesmo sendo denunciada constantemente na mídia ou por meio de ações judiciais, em vista do seu flagrante desrespeito aos termos do contrato através do qual ela assumiu a administração da antiga RFFSA. (Kubota, 2004).

Rogalski (2008), ao investigar as ações da ALL em relação ao patrimônio cultural ferroviário da região dos Campos Gerais, nos proporcionou uma visão mais detalhada da atuação e da visão dessa empresa sobre suas responsabilidades perante o patrimônio da RFFSA. Segundo o pesquisador, a ALL, ao ser questionada sobre suas ações na preservação do patrimônio ferroviário, alegou que em seu contrato de concessão recebeu apenas os bens indispensáveis à continuidade da operação ferroviária de transporte de cargas. Os chamados bens não operacionais, segundo a empresa, não fazem parte do Termo de Arrendamento, portanto, no que tange à preservação das antigas estações de passageiros, hoje boa parte desativadas, destruídas ou em estado de total abandono, e demais edificações da antiga RVPSC (Rede Viação Paraná-Santa Catarina), a ALL justifica a ausência de suas ações em virtude do contrato.

No caso mais específico de Ponta Grossa e da região dos Campos Gerais, esses dilemas que envolvem a situação do patrimônio ferroviário na pós-privatização têm sido foco de reflexões dentro e fora da academia¹⁰. Quase todas apontam a situação de esquecimento e destruição gradativa dos espaços ligados à vida ferroviária na região e ressaltam a necessidade premente da luta pela responsabilização da ALL e dos governos pelo patrimônio cultural e histórico representado pelos bens da RVPSC/RFFSA.

Para os trabalhadores entrevistados, o patrimônio ferroviário é a materialização do trabalho de décadas de suas vidas, mas também de algo muito maior, que envolvia um projeto de país do qual eles se sentiam partícipes. Por isso, ao avaliar o que se perdeu com a privatização, o Sr. Epaminondas entende a situação atual das ferrovias, das cidades por onde elas passavam e da população que atendiam como a perda e o vilipendiamiento de um “patrimônio moral”:

¹⁰ Ver: LOPES, C. R.. *Patrimônio Histórico Ferroviário em Ponta Grossa: o ontem como “ofício”, o hoje como memória*. Ponta Grossa: UEPG, 2006. Monografia de especialização. LUZ, C. E da. *Patrimônio Ferroviário e Turismo na Região dos Campos Gerais/PR*. Ponta Grossa: UEPG, 2003. Monografia de conclusão de Graduação. MONASTIRSKY, L. B. A mitificação da ferrovia em Ponta Grossa. In: DITZEL, C. de H. M.; SAHR, C. L. *Espaço e Cultura: Ponta Grossa e os Campos Gerais*. Ponta Grossa: UEPG, 2001. _____ *Ferrovia: Patrimônio Cultural: Estudo sobre a Ferrovia Brasileira a partir da Região dos Campos Gerais (PR)*. Florianópolis, SC: UFSC, 2006. Tese de Doutorado. _____ *Cidade e Ferrovia: a mitificação do pátio central da RFFSA em Ponta Grossa*. Florianópolis: UFSC, 1997. Dissertação de Mestrado. ROGALSKI, S. R. *As Ações dos Agentes Institucionais América latina Logística e Rede Ferroviária Sociedade Anônima sobre o Patrimônio Cultural Ferroviário dos Campos Gerais – Paraná*. Ponta Grossa: UEPG – Departamento de Geociências, 2008. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação.

Nós defendíamos muito o patrimônio ferroviário, tanto o patrimônio moral quanto o patrimônio físico, porque nós sempre achamos assim que o patrimônio moral, por exemplo, as ferrovias davam uma integração nacional. Agora porque que eu digo isso filha? Como é que eu vejo essa integração? Você veja daqui, por exemplo, de Ponta Grossa a Irati, que davam poucos quilômetros tinham várias estações ferroviárias, cada estação era um núcleo populacional, porque junto das estações tinha uma escola, uma escola para atender os filhos dos ferroviários, os filhos dos ferroviários que eu digo eram os de operário de linha, de via permanente, era o telegrafista, o agente de estação, o guarda chave, eles tinham suas residências ali, então tinha um núcleo populacional, e junto deles já havia próximo ali, um outro núcleo que era o das pessoas que se interessavam, que tinham patrimônio por ali, então já tinha um armazém, já tinha o boteco pra beberem, já tinha o jogo para recreação, já tinha o campo de futebol então tinha um núcleo populacional, vários, daqui até Irati, por exemplo, devia ter no mínimo dez que hoje não tem mais, [...] tudo isso acabou. Não era integração nacional? Se aconteceu isso daqui a Ponta Grossa-Porto União, imagine o que aconteceu daqui para o norte?

E é isso que o senhor chama de patrimônio moral?

Patrimônio moral (Barros, 2004).

Sabemos que o discurso de que a ferrovia tinha uma função a mais do que o mero transporte de mercadorias, desempenhando uma finalidade social de integração nacional na formação de núcleos populacionais e na garantia de direitos como educação, lazer, transporte e segurança para “esses brasileiros”, fez parte da apologia modernizadora muito utilizada na implantação das estradas de ferro no país e que, em muitos momentos, atendeu interesses outros que não os das populações realmente carentes desses serviços.

Ainda assim, não há como negar o papel de suporte econômico, político e cultural que a ferrovia desempenhou para muitas cidades ou mesmo pequenas localidades e suas

populações. Por isso, o desamparo a que estas ficaram entregues diante do desmonte da rede ferroviária, principalmente com a desativação dos trens de passageiros e das pequenas estações, também faz parte do que se pode chamar de perda de um patrimônio moral:

E o que mais o senhor agregaria nesse patrimônio moral da ferrovia e dos ferroviários?

Ah, sim a evolução do próprio povo, da própria pessoa humana, como o quê? Por exemplo, hoje se você sai daqui pra ir pra Castro, você vai encontrar de Castro pra lá [...] pouquíssimas escolas no interior, e ai daquele interior pra vir à escola eles têm um sacrifício, tem gente que vem de gaiota (carroça), tem gente que vem a cavalo. Então diminuiu muito porque no tempo da estrada de ferro a escola era junto da estação, era pertinho da estação, então servia tanto aos ferroviários quanto servia a população [...]. (Barros, 2004)

Encaminhando-nos para as reflexões finais desse trabalho, desistimos de qualquer pretensão de originalidade na avaliação sobre o significado da ferrovia e do trabalho ferroviário no país e mais especificamente na cidade de Ponta Grossa e Região, bem como, embora nos sintamos entre os perdedores, não nos julgamos aptos o suficiente para determinar o impacto e a dimensão da perda.

O que buscamos observar aqui foi o significado da experiência vivida, os modos como as pessoas dão sentidos ao seu passado e, a partir disso, avaliam e se posicionam no presente, como vêem suas trajetórias e a partir delas se colocam também como cidadãos brasileiros. Não podemos desconsiderar relatos de trabalhadores com mais de 30 anos de serviços prestados à estrada de ferro, para quem ser ferroviário foi o projeto de uma vida inteira:

Seu Cristiano, o senhor quer acrescentar mais alguma coisa nessa fala do senhor sobre a ferrovia, sobre o que foi ser ferroviário?

Bom, pra mim ser ferroviário foi... Eu tenho orgulho de ter sido ferroviário, porque pra mim que nasci no mato, na lavoura, me criei na lavoura e depois trabalhei na ferrovia, graças a Deus eu criei toda a minha família na ferrovia, meus netos, minha casa que eu tenho

aqui, tenho uma Curitiba, tudo saiu de dentro da ferrovia, né? O dinheirinho que eu ganhei lá, então tudo o que eu tenho hoje eu devo a ferrovia, se eu não tivesse entrado na ferrovia eu não teria o que eu tenho hoje... Então é uma coisa importante pra mim. Então é uma coisa que a gente só tem que sentir orgulho. [...] Tudo foi muito bom pra mim, eu posso me sentir orgulhoso de ter sido ferroviário naquela época, eu sofri, porque claro tomava chuva, sol, geada, mas... Teve as coisas boas. (Walter, 2009)

Sua gratidão pelo trabalho e pela vida ferroviária só encontra precedentes no sentimento de derrota e de desgosto diante do fim da Rede, para muitos inesperado e avassalador:

A gente sente de ver abandonado o patrimônio que foi construído aí né? Mas os homens, os que entendem, quiseram né? Destruíram o patrimônio do Brasil, porque a ferrovia era uma das empresas maiores do Brasil, hoje é a Petrobrás, mas a Rede Ferroviária Federal era maior né? E a gente vendo a ferrovia que a gente trabalhou 35 anos assim... A ferrovia era o órgão de finalidade social... Foi criada mesmo pelo social, tinha bastante funcionário na época. Então, meu pai criou sete filhos, os irmãos dele também eram ferroviários, criaram todos (os filhos), então tinha chance com a ferrovia. (Macanha, 2004).

Para esses homens e mulheres, a ferrovia e o trabalho ferroviário eram, de fato, um patrimônio moral, um modo de vida, uma contribuição na construção desse país. Nesse sentido, é importante para a historiografia local trabalhar o “auge” dessa categoria na cidade, mas não silenciar-se sobre o destino desses trabalhadores e de suas organizações na pós-privatização, pois a história de uma classe também se faz nas suas derrotas e nos seus recuos e é possível e necessário aprender com eles.

Referências

- BIONDI, A. *O Brasil Privatizado: Um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999.
- FERNANDES, L. "Neoliberalismo e Reestruturação Capitalista." In: SADER, E; GENTILE, P. *Pós-Neoliberalismo: As Políticas Sociais e o Estado Democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 54-61.
- LOPES, C. R.. *Patrimônio Histórico Ferroviário em Ponta Grossa: o ontem como "ofício", o hoje como memória*. Ponta Grossa: UEPG, 2006. Monografia de Especialização.
- LUCENA, Célia Toledo. Memórias de Famílias Migrantes: Imagens do lugar de Origem. *Projeto História*. São Paulo, n. 17, nov. 1998, p. 397.
- LUZ, C. E da. *Patrimônio Ferroviário e Turismo na Região dos Campos Gerais/PR*. Ponta Grossa: UEPG, 2003. Monografia de Conclusão de Graduação
- MARTINS, M. G. *Caminhos Tortuosos: Um Painel Entre o Estado e a Empresas Ferroviárias Brasileiras, 1934 a 1956*. São Paulo: USP, 1995. Tese de Doutorado em História.
- MONASTIRSKY, L. B. A mitificação da ferrovia em Ponta Grossa. In: DITZEL, C. de H. M.; SAHR, C. L. *Espaço e Cultura: Ponta Grossa e os Campos Gerais*. Ponta Grossa: UEPG, 2001.
- _____. *Ferrovia: Patrimônio Cultural: Estudo sobre a Ferrovia Brasileira a partir da Região dos Campos Gerais (PR)*. Florianópolis: UFSC, 2006. Tese de Doutorado.
- _____. *Cidade e Ferrovia: a mitificação do pátio central da RFFSA em Ponta Grossa*. Florianópolis: UFSC, 1997. Dissertação de Mestrado.
- QUEIROZ, P. R. C. *Uma Ferrovia entre Dois Mundos: A E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20*. Bauru, SP: EDUSC; Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2004.
- ROGALSKI, S. R. *As Ações dos Agentes Institucionais América latina Logística e Rede Ferroviária Sociedade Anônima sobre o Patrimônio Cultural Ferroviário dos Campos Gerais – Paraná*. Ponta Grossa: UEPG – Departamento de Geociências, 2008. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação.
- WALTER, C.M. Entrevista concedida a Rosângela Maria Silva Petuba em 2009. Áudio (60 minutos).

Novos trabalhadores, outras identidades: empreendedorismo agrícola e recomposição da relação entre capital e trabalho

Ricardo Luiz Sapia de Campos¹

Resumo

O debate proposto neste artigo, apresentado por ocasião do 4º Seminário Internacional, é resultado de pesquisa científica desenvolvida em âmbito universitário e com financiamento público. O foco visa perseguir e traçar perfil e identidade do agente social, ou trabalhador, no contexto de novas formas de trabalho e organização produtiva. Trato de pequenos e médios municípios rurais do interior do estado de São Paulo, com característica marcadamente agrícola voltada para o latifúndio monocultor, e dentro de um cenário histórico de crescente valorização de terras. O foco do debate se movimenta num contexto de exploração do trabalho, mas de um tipo novo de trabalho que guarda pouca relação com o modelo hegemônico do período industrial.

Palavras-chave: Empreendedorismo. Trabalhadores. Identidades. Recomposição entre capital e trabalho.

Introdução

Trata-se de proposta que discute a reconfiguração da relação entre capital e trabalho no âmbito de resultados de pesquisa realizada na UNESP\FCL, curso de graduação e pós-graduação em ciências sociais com financiamento da FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Questiono a dificuldade objetiva em considerar um “ambiente de trabalho” e um “fora” local de trabalho, e neste sentido busco discutir uma “formação” pautada na ação desta nova práxis.

¹ Professor e pesquisador da UFG – Universidade Federal de Goiás – Faculdade de Ciências Sociais de Goiânia, e professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP\FCL\Araraquara. É coordenador do grupo de estudos Capitalismo cognitivo, ruralidade e agricultura no âmbito da UNESP e do NEST – Núcleo de Estudos sobre Trabalho da UFG. E-mail: sapiacampos@yahoo.com.br

O lócus é o processo de “reorganização” produtiva de região canavieira do interior paulista, mais propriamente o “território institucional” entendido como região de Araraquara². O recorte é o mesmo da pesquisa, valorizando a construção institucional feita pelo SEBRAE em torno de um território com características identitárias e produtivas. Ressalta-se o fato de ser uma região canavieira que historicamente passou pelo processo de valorização das terras, concentração fundiária e monocultora, e, conseqüentemente pelo chamado assalariamento agrícola.

O trabalhador ou “agente produtivo” é o pequeno proprietário ou produtor agrícola, preferencialmente aquele que reúne as capacidades de “liberdade” de se organizar no mercado e na viabilização deste. Valorizo o termo “empreendedor” ainda que com considerações críticas, tanto quanto se busca afastar do encerramento temático e terminológico que tem suscitado na literatura e no uso corrente. O empreendedor é aqui tomado como pequeno e médio proprietário agrícola que “livremente”, ou sem condicionantes do Estado, apesar de lidar com este, bem como com o grande capital, se organiza livremente e viabiliza a produção e o mercado. Ou como considera Gorz (2005) resultado e agente do processo que culminou com a crise da sociedade de tipo industrial:

A pessoa deve, para si mesma, tornar-se uma empresa; ela deve se tornar, como força de trabalho, um capital fixo que exige ser continuamente reproduzido, modernizado, alargado, valorizado. Nenhum constrangimento lhe deve ser imposto do exterior, ela deve ser sua própria produtora, sua empreendedora e sua própria vendedora, obrigando-se a impor a si mesma constrangimentos necessários para assegurar a viabilidade e a competitividade da empresa que ela é. (p. 23)

O “morador da localidade” é agente produtivo que arregimenta e mobiliza recursos materiais como arrendamento de terra e fornecimento de matéria prima e também

² A região de Araraquara “pode” compreender uns lócus maior ou menor ou vis-à-vis diferente. No caso em questão falamos de 19 municípios: Américo Brasiliense, Araraquara, Boa Esperança do Sul, Borborema, Cândido Rodrigues, Dobrada, Fernando Prestes, Gavião Peixoto, Ibitinga, Itápolis, Matão, Motuca, Nova Europa, Rincão, Santa Ernestina, Santa Lúcia, Tabatinga, Taquaritinga, Trabiçu, que originalmente compreendiam o território (módulo) construído pelo programa SAI\SEBRAE – Sistema Agroindustrial Integrado do SEBRAE, e que depois de reformulações passou a chamar AGROSEBRAE.

empreendimentos locais e localizados ligados ao comércio, setor de serviços, serviço público, assalariamento de maneira geral ou assalariamento agrícola, etc. É ao mesmo tempo o agente que produz “capital cultural” em redes de confiança e fatores ligados ao conhecimento, ou então conhecimento produtivo.

O trabalho compreende os assentados em políticas de reforma agrária desde que estes se organizem livremente, orientando sua produção sem diretrizes condicionantes impostas ou reguladas pelo Estado. Ou onde o Estado pode até regulamentar o uso da terra, aquisição, pagamento, mas não interfere na forma de produzir. A valorização do empreendedorismo compreende fundamentalmente esta liberdade que o agente tem em pensar, orientar e agir em torno de um mercado em construção. São valorizadas experiências que se relacionam tanto com políticas públicas quanto com viabilizações do grande mercado, como no caso do arrendamento de terra e fornecimento de cana-de-açúcar para usinas da região.

Casos mais específicos valorizados na pesquisa foram aqueles atinentes a chamada “agricultura alternativa”. Experiências típicas de agricultura alternativa que reúnem capital fixo material como terra, dinheiro, linha de financiamento e outros instrumentos, mas, principalmente, conhecimento considerado de maneira ampla, como formas diferenciadas de organização produtiva (e conseqüentemente de produtos), como o caso da produção orgânica, *fair trade*, experiências ligadas ao movimento *slowfood*, etc. Conhecimento viabilizado e mobilizado em prol de formas diferenciadas de produção.

Discuto, portanto, o “devir” do agente num contexto em que o conhecimento aparece como principal força produtiva, ainda que evidentemente não prescindindo do capital fixo material. Um agente que não se relaciona apenas num “ambiente” de “venda de força de trabalho” ou na perspectiva de uma separação do polo capital - patrão com “exclusividade” dos meios materiais e imateriais de produção. Um debate que necessariamente requer questionar a “produção de desigualdades”. Se o capitalismo não se alimenta “apenas” da exploração sobre a execução de tarefas pré-arregimentadas e definidas na forma de trabalho, ou mais propriamente de compra e força de trabalho, cabe questionar como ou de que maneira se produz e se reproduzem as desigualdades.

Empreendedorismo agrícola e a construção do “local”

A região de Araraquara é compreendida dentro da antiga divisão agrícola de Ribeirão Preto a qual se destaca como região de vocação agrária. Dada a forte presença de latifúndios monocultores, com especial atenção para o caso da cana-de-açúcar, em que foi, e de certa maneira ainda é, marcante o assalariamento agrícola. Segundo o cadastro do INCRA (2005), havia só no município de Araraquara aproximadamente 890 propriedades rurais, sendo que destas 750 tinham uma extensão territorial que variava entre um a 50 alqueires. Segundo dados do recente Projeto LUPA 2007/2008: Censo Agropecuário do Estado de São Paulo (2009), são atualmente mil cento e cinquenta propriedades rurais no município, das quais 47,04% variam entre dez e 20 hectares, representando um total de 541 propriedades. Um percentual bastante alto se comparado com outras regiões e municípios do estado (Projeto LUPA, 2009). Lembrando que o SEBRAE considera pequeno e micro negócios rurais, ou então micro e pequenas empresas agroindustriais, o limite de dez até 50 hectares para microempresas, e de 50 até cem hectares de terra para pequenas empresas, SEBRAE (2006).

A primeira questão é o que fazem ou como se organizam os agentes produtivos, ou trabalhadores, desta região considerada agrícola, e em municípios rurais de base agrícola. A segunda questão é como poderíamos mapear este trabalhador dentro do potencial produtivo da região, que segundo a literatura dominante é de um “mar de cana”.

O último LUPA de 2007/2008 apresentou dados comparativos com aqueles do LUPA 1995/96. O estudo aponta que houve um aumento do número de propriedades entre um e quinhentos alqueires enquanto as propriedades de quinhentos até dez mil alqueires sofreram significativa diminuição. Interessantemente, o maior aumento, da ordem de 27,3% no período, foi daquelas propriedades que variam entre cinco e dez alqueires, seguida com 24,7% das propriedades que têm entre dez e 20 alqueires. Ocorre que as propriedades entre um e dois alqueires aumentaram 27% no período, o maior aumento, praticamente igual àquelas entre cinco e dez alqueires (Projeto LUPA, 2009). As propriedades entre cem e duzentos alqueires aumentaram apenas 3,1% e entre duzentos e quinhentos alqueires 2,3%. O LUPA (2009) constata o aumento do número de propriedades e a diminuição de áreas referentes a este aumento, apesar do rápido aumento de 2,5 % da área total voltada para agricultura, provavelmente para plantio de cana-de-açúcar.

É neste cenário “improvável”, tido como de “tradição monocultora” e “concentradora” de terra e renda, que a pesquisa buscou estudar células ou núcleos produtivos ditos alternativos. Esta chamada pós-ruralidade inaugura, sobretudo, conforme Leal (2007) um novo espaço de sociabilidade com possibilidades etnográficas. Todos, seja por fatores estéticos (consumo de paisagens, retorno a origem, etc.), muito explorados pelo chamado turismo rural; sabor e gosto, preservação do patrimônio cultural (“arca do gosto”, movimento *slowfood*, madre terra), que englobam fatores de conscientização como preservação do meio ambiente e pautas de saúde pública como selo verde, produção orgânica; também atinentes às novas formas de produzir como permacultura, mandala, etc. Esta alternatividade remete à capacidade do agente produtivo reunir características empreendedoras básicas como conhecimento produtivo e execução do trabalho em torno de um projeto que valoriza o conhecimento como principal força produtiva. De toda forma, sobre a trama que engendra o “território”, nas palavras de Abramovay (2000, p. 385):

A ideia central é que o território, mais que simples base física para as relações entre indivíduos e empresas, possui um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais e dos custos de transportes e de comunicações. Um território apresenta uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico.

As políticas de desenvolvimento local foram priorizadas nos primeiros anos do século XXI com destaque e relevância na definição de políticas públicas principalmente de pequenos e médios empreendimentos (Campanhola e Silva, 2000). Os últimos governos criaram, aprimoraram ou ampliaram as políticas de enfoque territorial. O programa Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais³, por exemplo, concretiza uma política que privilegia o enfoque territorial em lugar de uma perspectiva setorial, anteriormente predominante nas políticas voltadas para o desenvolvimento rural no Brasil. Conforme aponta Sabourin (2009) as políticas de desenvolvimento rural são inseridas nas metas e

³ Nascido em 2003, é um programa que busca estimular o desenvolvimento de territórios rurais através da articulação de setor público e agentes privados locais.

medidas para o estímulo da pequena produção ou agricultura familiar⁴, o foco na localidade e no território.

Agricultura, empreendedorismo e recomposição do sujeito

Dentro desta realidade a pesquisa trabalhou com duzentos produtores do ramo “agricultura alternativa”. A proposta foi definir princípios mais ou menos rígidos para caracterizar a condição de “alternatividade” com relação ao modelo agrícola vigente, qual seja, do agronegócio. A prioridade foi perseguir casos de livre organização empreendedora, ou de empreendedorismo agrícola. Mas, como se sabe, por mais que a precisão científica valorizada pela sociedade industrial tenha alterado este quadro, a agricultura é, por excelência, atividade dada aos riscos e incertezas. Além dos riscos tidos como “naturais” somam-se aqueles ligados à política agrícola e às dificuldades de escoamento de produção. Os agricultores, principalmente com o advento da sociedade industrial que balizou as vidas em precisões matemáticas definidas, buscam organizar suas vidas de forma minimamente seguras. Conforme pontua Mendola (2006, p. 81-86, tradução nossa):

Os riscos da produção agrícola induzem as famílias de camponeses a serem cautelosas em suas decisões [...] não sendo de se espantar que os agricultores [...] sejam avessos ao risco quando fazem uma escolha de produção. [...] Lipton sustenta que os pequenos agricultores são necessariamente avessos ao risco, sobretudo quando devem decidir com vistas à satisfação das suas necessidades primárias através da produção agrícola, para não cair em condição de indigência. [...] Se pode concluir que os indivíduos são extremamente sensíveis aos incentivos, particularmente em se tratando daqueles que implicam em ganhos imediatos, mais do que grandes ganhos futuros⁵.

⁴ Embora as denominações “pequeno e médio produtor” e “agricultor familiar” apresentem diferentes características em suas definições, utilizaremos as duas ao mesmo tempo, uma vez que alguns dados apresentados em levantamentos estatísticos, os quais utilizaremos ao longo do artigo, apresentam números ora sobre uma ora sobre a outra categoria.

⁵ Tradução livre do italiano: La risciosità della produzione agricola induce le famiglie contadine ad essere “caute” nelle proprie decisioni (...) siano avversi al rischio quando compiano una scelta produttiva (...) Lipton

Considerando as premissas de Mendola com vistas aos riscos e incertezas típicos da atividade agrícola, encontramos uma situação no mínimo interessante entre as duzentas propriedades ou ocorrências de caso que perseguimos na pesquisa. Cerca de 80% dos entrevistados como “empreendedores alternativos” possuem a maior parte de suas propriedades plantadas em cana-de-açúcar como arrendatários ou fornecedores⁶ para as usinas de açúcar e álcool da região. Na menor porção de terra, ou da propriedade, “arriscam” suas atividades empreendedoras e alternativas. Com esta maior parte da propriedade auferindo renda segura, conseguem viabilizar seus gastos de manutenção (escola dos filhos, plano de saúde, seguro de vida, aluguel, alimentação, etc.), podendo se “aventurar” na atividade de risco propriamente agrícola.

Outra inquietação da pesquisa visava justamente seguir as trilhas deste agente produtivo que consegue “livremente” se organizar produtivamente com vistas a sua atividade agrícola. Ou entender de que maneira estes novos trabalhadores se organizavam na totalidade de suas vidas do ponto de vista da produção.

O trabalho ou atividade agrícola conforme ponderam Hardt e Negri (2005, p. 165) se singulariza perante outras atividades e se constitui no maior desafio para pensar a ação coletiva do novo milênio:

O trabalho agrícola continua sendo extremamente diferente da mineração, do trabalho industrial, do trabalho nos serviços e outras formas de trabalho. A vida agrícola tem uma relação impar com a terra, desenvolvendo uma relação simbiótica com a vida dos

sostiene che Il piccoli agricoltori sono necessariamente avversi al rischio in quanto devono essere inanzitutto certi di poter soddisfare i propri bisogni prima attarverso la produzione agricola e nom cadere in una condizioni di indigenza (lipton, Longhurst, 1989) (...) si puo concludere che gli individue sono estremamente sensibile alle incentive in particolare a quelli che implicano um guadagno imediato, piuttosto che grandi gaudagni futuri (...)

⁶ São sistemas utilizados na região. Ambos “seguros” e destoantes com relação aos riscos da agricultura. No arrendamento de terras o proprietário firma contrato (normalmente padrão com duração de cinco anos) no qual sede a terra por paga (normalmente mensal) fixa de acordo com o preço da cana e que gira atualmente por volta de trezentos reais o alqueire, ou 140 reais por hectare, sem que com isso o proprietário concorra com os riscos; no caso do fornecimento de cana trata de um sistema praticado na região no qual o proprietário corre os riscos da produção, todavia, o trato de plantio é feito pela usina que também firma acordo de comprar a produção (obrigando a própria usina a cuidar do plantio, pois tem interesse na preservação da qualidade do produto – ainda que os custos corram por conta do proprietário). São contratos jurídicos, mas que no caso de fornecimento existe uma maior margem de “manobra” fora da solenidade contratual em comum acordo das partes envolvidas.

elementos – o solo, a água, o ar, a luz do sol. (E aqui podemos reconhecer claramente o potencial de que a agricultura se torne biopolítica). A agricultura é, e sempre será, uma forma singular de produção e de vida, e, no entanto – este tem sido nosso ponto primordial – os processos da modernização têm criado relações comuns de produção e troca que são compartilhadas pela agricultura e outras formas de produção.

A singularidade do trabalho agrícola, considerada em ocorrências de empreendedorismo agrícola de pequeno e médio porte, se relaciona com fatores da totalidade da vida do sujeito como renda, participação cívica, associativa, lazer, etc. E também com a capacidade do sujeito em “livremente” se organizar ou organizar formas alternativas de produção e que são de caráter fortemente imaterial, ou dependente do conhecimento enquanto força produtiva.

Lazzarato e Negri (2001, p. 30) quando tratam do trabalho imaterial apontam que:

É sobre esta base que a questão da subjetividade pode ser colocada como o faz Marx, isto é, como questão relativa à transformação radical do sujeito na sua relação com a produção. Esta relação não é mais uma relação de simples subordinação ao capital. Ao contrário, esta relação se põe em termos de independência com relação ao tempo de trabalho imposto pelo capital. Em segundo lugar, esta relação se põe em termos de autonomia com relação a exploração, isto é, como capacidade produtiva, individual e coletiva que se manifesta como capacidade de fruição.

A práxis constituinte deste novo agente produtivo integra capital fixo material e imaterial na própria formação do sujeito que é em si uma empresa, conforme pondera Gorz (2005, p. 23):

A pessoa deve, para si mesma, tornar-se uma empresa; ela deve se tornar, como força de trabalho, um capital fixo que exige ser continuamente reproduzido, modernizado, alargado, valorizado.

Nenhum constrangimento lhe deve ser imposto do exterior, ela deve ser sua própria produtora, sua empreendedora e sua própria vendedora, obrigando-se a impor a si mesma constrangimentos necessários para assegurar a viabilidade e a competitividade da empresa que ela é.

Trata-se, portanto, da formação de um sujeito múltiplo, flexível e adaptativo nas dimensões da formação da sua consciência dadas a experiência e a vivência efetiva, sem distinguir produção e não produção, também neste sentido.

Considerações finais

A hipótese perseguida neste trabalho é que o capitalismo, ou o capitalismo cognitivo, se nutre de “formas de vida”. (Vercellone, 2011; Paulrè, 2011). Nada escapa da autovalorização que se alimenta da potência da vida sem distinguir local ou locais de trabalho. Os agentes produtivos que arrendam parte das suas propriedades para as grandes empresas se utilizam desta possibilidade para assim poderem desenvolver projetos autogestados e voltados para a pequena produção em muitos casos de cunho “alternativo”. Alternativo ao próprio modelo que eles se utilizam como sujeitos. A apropriação da vida prescinde de externalidades, apropriam-se ideias, formas de vida e alternativas. Tanto que os modelos de gestão e produção agrícola, apropriados e formatados em grandes módulos e tidos como propriedades das empresas, foram e são desenvolvidos ininterruptamente por quem de fato trabalha. Vide os cursos de qualificação profissional aplicados aos empregados de empresas – usinas, que mesclam distintas experiências produtivas (Campos, 2015). Paradoxalmente, o “sistema” se alimenta e instrumentaliza a própria resistência em seus elementos mais vitais e construtivos. Vide as significativas experiências de agricultura alternativa como a produção orgânica, tão valorizada, e muitas vezes praticada por grandes conglomerados produtivos, mas que foi desenvolvida por camponeses e comunidades agrícolas e que passaram a ser revalorizadas (e em alguns casos privatizadas) com a crise da Revolução Verde.

Referências

- ABRAMOVAY, R. O Capital Social dos Territórios: repensando o desenvolvimento rural. *Revista de Economia Aplicada*, v. 4, n. 2, 2000, p. 379-396.
- CAMPANHOLA, C., SILVA, J. G. Diretrizes de políticas públicas para o novo rural brasileiro: incorporando a noção de desenvolvimento local. In C. Campanhola, J. G. Silva (eds.). *O novo rural brasileiro: políticas públicas*. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2000, p. 61-91.
- CAMPOS, R. L. S. *Sindicatos Rurais e qualificação profissional: estado, capital e trabalho na agricultura paulista*. São Paulo: Intermeios, 2015.
- GORZ, A. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*, São Paulo: Annablume, 2005.
- HARDT, M.; NEGRI, A. *Multidão: guerra e democracia na era do império*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- INCRA. *Guia de Reforma Agrária em São Paulo: Introduções às questões agrárias efundiárias do estado de São Paulo*. São Paulo: INCRA, 2005.
- LAZZARATO M.; NEGRI A. *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP& Editora, 2001.
- LEAL J. Usos da ruralidade: apresentação. *Etnográfica* [Online], v. 11 (1), 2007, posto online no 25\06\2014, consultado no dia 25 Junho 2014. URL : <http://etnografica.revues.org/1874> ; DOI : 10.4000/etnografica.1874
- MENDOLA, M. Le scelte di produzione delle famiglie contadine: aspetti istituzionali e comportamental nella teoria econômica. *La Questione Agrária*, n. 02, 2006.
- PROJETO LUPA (2009) 2007/2008. *Censo agropecuário do estado de São Paulo*. São Paulo: IEA, CATI, SAA, 2009.
- SABOURIN, E. *Camponeses no Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Setor de Capacitação, 2006. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/br/cooperecrescer/treinamentos.asp>>. Acesso em: 30 ago. 2006.
- VERCELLONE, C. A crise da lei do valor e o tornar-se rentista do lucro. In: FUMAGALLI, A; MEZZADRA, S. (org.) *A crise da economia global: mercados financeiros, lutas sociais e novos cenários políticos*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011.

As máquinas de memória acerca da recente ditadura brasileira atuando nos regimes de produção de subjetividades do contemporâneo

Silvia Brandão¹

À memória de Inês Etienne Romeu, única sobrevivente da Casa da Morte de Petrópolis. Inês sobreviveu às torturas, às tentativas de suicídio, ao atropelamento e à agressão de um desconhecido. Porque sobreviveu soubemos detalhes dos horrores da Casa da Morte, nomes de torturadores e vítimas. Inês morreu dormindo em 27 de abril de 2015, aos 72 anos. Inês Etienne Romeu, presente, agora e sempre!²

Resumo

A proposta é pensar as máquinas de memória acerca da recente ditadura brasileira considerando o regime de produção de subjetividades do contemporâneo e a partir de Gilles Deleuze e Félix Guattari. Trabalhamos com a hipótese de que estas máquinas têm instituído condutas por meio de processos de subjetivações produtores de certos afetos, desejos e ações. E dentre as ferramentas utilizadas para a fabricação há a figura da vítima sofredora,

¹ Graduada em história pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutoranda em filosofia pela UNIFESP. E-mail: silmaribrandao@uol.com.br.

² Este artigo reproduz, em parte, a comunicação que realizamos em 9 de junho de 2016, dia internacional dos arquivos. Na ocasião, considerando a temática do evento: 4º Seminário Internacional do Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos: Memória, Verdade, Justiça e Reparação e o percurso de Inês, que, além de diretora do Arquivo do Estado de São Paulo na década de 1980, foi uma das vítimas da repressão política da recente ditadura brasileira, achamos oportuno relembra sua trajetória de luta, dor e resistência. De acordo com o *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*, o testemunho de Inês foi importante no processo de identificação de torturadores como Fred Perdigão e o médico Almir Lobo [Dr. Carneiro], o testemunho de Inês foi citado também como uma das peças do percurso de reconhecimento de torturas, mortes e desaparecimentos de vítimas do aparelho de estado ditatorial como Antônio Joaquim de Souza Machado; Ivan Mota Dias; Aluizio Palhano Pedreira Ferreira; Mariano Joaquim da Silva; Paulo de Tarso Celestino da Silva; Heleny Guariba; José Raimundo da Costa; Carlos Lamarca e Rubens Paiva. Para maiores detalhes sobre as contribuições de Inês para a elucidação da verdade histórica cf. DOSSIÊ *Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil [1964-1985]*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado [2009]. Também disponível em: <<http://verdadeaberta.org/livros/downloads/Livro-Dossie-ditadura.pdf>>. Acesso em 19 jun. 2016; *Relatório da Comissão Nacional da Verdade [2014]*. Disponível em: Acesso em: <<http://www.cnv.gov.br/>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

que nos fixa em identidades e nos corta em grupos de interesses aparentemente desconectados e dispersos. Contudo, estas máquinas também engendram perspectivas moventes.

Palavras-chave: Ditadura. Democracia. Memórias. Subjetividades.

Introdução

Em tempos de homenagens a torturadores como a que ocorreu durante a sessão da Câmara dos Deputados de 17 de abril de 2016, que conduzindo o golpe em curso decidiu pelo encaminhamento do processo de "impeachment" da presidenta Dilma Rousseff para o Senado, quando então o deputado federal Jair Bolsonaro dedicou seu pronunciamento pelo sim à memória do notório torturador coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, chefe do DOI-Codi de São Paulo entre 1970-1974³. Durante seu comando, segundo o relatório da Comissão Nacional da Verdade, cerca de 50 pessoas foram assassinadas ou desapareceram e mais de quinhentas foram torturadas⁴. Em tempos em que o livro deste torturador figura no ranking do jornal *Folha de São Paulo* como um dos mais vendidos no país⁵.

³ Embora em 2014 o relatório da CNV tenha apontado o nome de 377 algozes, até o momento o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra foi o único adjetivado oficialmente pela justiça brasileira como torturador. Explicamos remetendo ao vivido pela família Teles, responsável pela ação civil que resultou na referida sentença declaratória. Em 1972, cinco integrantes da família Teles, que viviam na cidade de São Paulo, foram sequestrados, levados ao DOI-Codi e torturados. São eles: Criméia de Almeida, então grávida de oito meses; o casal Cesar Augusto e Maria Amélia; e seus filhos Janaina e Edson, na época respectivamente com cinco e quatro anos. Em 2008, devido a uma ação declaratória movida pelos Teles, Ustra foi declarado torturador. O algoz entrou com recurso no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que em 2012 manteve a sentença de 2008. Em 2014, o Supremo Tribunal de Justiça julgou novo recurso de Ustra e o declarou novamente torturador. Cf. As ações judiciais das famílias Teles e Merlino. In: *COMISSÃO da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva*. Tomo I. Parte III. Disponível em: <http://verdadeaberta.org/relatorio/tomo-i/downloads/I_Tomo_Parte_3_As-acoes-judiciais-das-familias-Teles-e-Merlino.pdf>. Acesso em 19 jun. 2016.

⁴ Dentre as vítimas reconhecidas pelo relatório da CNV estão José Idésio Brianezi e José Maria Ferreira de Araújo [1970], Eleonora Menicucci de Oliveira, Antônio Pinheiro Salles, Aylton Adalberto Mortati, Flávio Molina Carvalho, Joaquim Alencar de Seixas, José Milton Barbosa, José Roberto Arantes de Almeida, Luiz Almeida Araújo e Luiz Eduardo da Rocha Merlino [1971]; Criméia Schmidt de Almeida, Danilo Carneiro, Gilberto Natalini, Iuri Xavier Pereira, Alex de Paula Xavier Pereira, Gélson Reicher, Ana Maria Nacinovic Corrêa, Lauriberto José Reyes, Hiroaki Torigoe, Marcos Nonato da Fonseca e Luiz Eurico Tejera Lisboa [1972]; Alexandre Vannucchi Leme, Arnaldo Cardoso Rocha, Edgard de Aquino Duarte, Luiz José da Cunha, Francisco Emmanuel Penteado, Ronaldo Mouth Queiroz, Cristina Moraes de Almeida, Helber José Gomes Goulart e José Carlos da Costa [1973]. Cf. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade [2014]*.

⁵ *Brilhante Ustra é o sexto autor de não ficção mais vendido no país*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/06/1777921-brilhante-ustra-e-o-sexto-autor-de-nao-ficcao-mais-vendido-do-pais.shtml>>Folha de São Paulo>. Acesso em: 04 jun. 2016.

Iniciamos pontuando a urgência de nos deixarmos tocar pela dor para além do cuidado com o outro sofredor, pois, no combate por nenhum direito a menos, parece-nos emergencial sermos retorcidos pela potência política da dor como arma de luta. Lutar por direitos, por meio do que nos atravessa e nos desloca de nós mesmos para a criação de lógicas políticas mais intensivas e incisivas.

Contudo, ainda que a luta por direitos seja imprescindível, como sugere Costas Douzinas, é necessário frisarmos que, embora eles resultem de combates contra a opressão e a dominação do poder e da riqueza e tenham sido idealizados como promessa de emancipação, hoje eles não são somente instrumentos de defesa do indivíduo contra o poder estatal e econômico, mas também fazem parte das atuais técnicas democráticas de controle das condutas (Douzinas, 2009, p. 304). A problemática se evidencia quando observamos o apoio que parte da sociedade brasileira tem dado ao que denominamos potência contemporânea do aparelho de Estado em capturar ou mesmo eliminar direitos⁶.

No Brasil, se considerarmos a recente busca pela extinção de direitos empreendida pelos autoproclamados "donos do poder" da democracia representativa⁷, aquém, além e na luta por direitos, as ações de resistências requerem a criatividade política. O movimento dos estudantes emerge então como uma das potências de subversão inventiva, já que se institui com um fora do tradicional centralismo da representação. E essa potência é percebida pelo aparelho de Estado, como demonstra o tratamento seletivo dado pela Polícia Militar do Estado de São Paulo no dia 25 de maio de 2016, quando dois grupos de coletivos escolheram o vão livre do Masp como local de concentração para suas manifestações: os "fora Temer" e os estudantes. Quem esteve lá pôde observar que o primeiro grupo, em maior número e organizado de forma mais hierarquizada, saiu antes e pouco escoltado pela Polícia Militar, já o segundo, em menor número e mais horizontalizado, lutando pela educação, contra o golpe e o governador Alckmin, foi envelopado pela mesma Polícia Militar, que passou a controlar

⁶ Sobre o conceito de aparelho de Estado como aparelho de captura cf. DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Capitalismo e esquizofrenia*. Coleção Mil platôs. v. 5. São Paulo: Editora 34, 2012.

⁷ Pensamos, por exemplo, na extinção dos ministérios das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, realizada por meio da medida provisória 726 de 12 de maio de 2016, pelo presidente interino e golpista Michel Temer, que então integrou as políticas relacionadas a esses direitos ao recém-criado Ministério da Justiça e Cidadania, cujo titular Alexandre de Moraes, por meio da Portaria n. 611, de 10 de junho de 2016, mantendo somente as áreas policiais, paralisou os direitos humanos por 90 dias.

seus movimentos, seus corpos, seus passos: anda-para, para-anda, vira à direita, vira à esquerda, não vira.

Corte: 24 de março de 1968. Assassinado o estudante secundarista Edson Luiz de Lima Souto, aos 18 anos.

Nos dias que antecederam seu assassinato, os estudantes andavam agitados, promovendo manifestações quase diárias contra as instalações da escola e do restaurante em um barracão improvisado a 300 metros do terreno original [...]. No dia de sua morte [...] os policiais militares invadiram o local e começaram a atirar nos estudantes, que estavam armados apenas com paus e pedras. Edson segurava uma bandeja quando começou a correria e foi atingido por um tiro no peito, disparado no restaurante lotado. A bala varou o coração e alojou-se na espinha, provocando morte imediata [...] (Dossiê Ditadura, 2009, p.113-114).

Corte: 25 de maio de 2016. Cena: estudantes envelopados pela Polícia Militar enquanto outros manifestantes seguem um pouco à frente gritando “fora Temer!”. Os “fora Temer” estariam como que reencenando um certo modo de agir? Explicamos dando a palavra a Suzana Lisboa, sobrevivente da recente ditadura brasileira, em entrevista publicada no dia 23/05/2016 no *Sul 21*, intitulada *Esquerda errou ao virar as costas para questão dos mortos e desaparecidos*. Citamos:

Eu sempre me perguntei porque acabamos ficando sozinhos nesta história [...]. Há alguns historiadores que sustentam que a anistia foi negociada com os militares. Não foi negociada coisa nenhuma. Ninguém sentou numa mesa de negociação para dizer “nós vamos aceitar isso e vocês aceitam aquilo”. Isso nunca aconteceu. Eles enfiaram goela abaixo o projeto da anistia. Houve algumas conquistas, é verdade. Os presos políticos estavam em greve naquela época. Mas desde aquela época havia um clima horrível contra nós. Um dirigente do PCB chegou a dizer: “Vocês querem túmulos para colocar flores? A gente empresta”. Nós tentamos aprovar uma CPI da

tortura e não tivemos apoio da esquerda. [...] A impunidade inspira e alimenta os crimes cometidos hoje contra os pobres e marginalizados deste país”. E contra os movimentos sociais, devemos acrescentar hoje [...]. O clima está muito pesado. A história do que ocorreu na ditadura não faz parte do currículo oficial. Existem alguns professores que tratam desse assunto, mas não é um tema reconhecido. Além disso, a estrutura repressiva não foi mexida. A tortura segue existindo em delegacias desse país. Não houve um combate formal e institucional dessa prática. Eu tenho certeza de que as coisas vão complicar aqui e estou com muito medo disso e raiva pelo que não foi feito para evitar que isso voltasse a acontecer (Weissheimer).

Contudo, como sugere Guattari (2012, p. 154-155):

Na verdade, os meios de mudar a vida e de criar um novo estilo de atividade, de novos valores sociais, estão ao alcance das mãos. Falta apenas o desejo e a vontade política de assumir tais transformações [...]. Essa tarefa concerne às modalidades de utilização do tempo liberado pelo maquinismo moderno, novas formas de conceber as relações com a infância, com a condição feminina, com as pessoas idosas, as relações transculturais... A condição para tais mudanças reside na tomada de consciência de que é possível e necessário mudar o estado de coisas atual e de que isso é de grande urgência. É apenas em um clima de liberdade e de emulação que poderão ser experimentadas as vias novas do habitat e não através de leis e de circulares tecnocráticas. Correlativamente, uma tal remodelação da vida urbana implica que transformações profundas sejam operadas na divisão planetária do trabalho e que, em particular, vários países do Terceiro Mundo não sejam mais tratados como guetos de assistidos pelo Estado [...]. Deveremos esperar transformações

políticas globais antes de empreender tais ‘revoluções moleculares’ que devem contribuir para mudar as mentalidades?⁸.

As máquinas memórias produzindo subjetividades

Guattari nos fez pensar: em que medida as máquinas de memórias acerca da recente ditadura brasileira têm potencializado as transformações de mentalidades sugeridas pelo autor?

Partimos da percepção que estas máquinas têm, como um de seus componentes de formatação, o discurso da reconciliação nacional⁹ e essa modelação tem contribuído para que suas produções se constituam acopladas às máquinas bloqueadoras de processos de mutações subjetivas. Paradoxalmente, se hoje, por meio da representação, do direito, da psicanálise, da história, das memórias das vítimas, as máquinas de memória cuidam dos sofredores e despertam reconhecimentos, limitadas pela dita reconciliação, estas mesmas máquinas capturam a experiência dos opositores políticos por meio da fabricação da figura da vítima quase que meramente sofredora, que então atua na produção de subjetividades congeladas em identidades vítimas, algozes, outros.

Não negamos a dor e as identidades dos sujeitos sofredores. Todavia, as recusamos como estratégia de controle das condutas. Pois, as identidades dolorosas que no presente atravessam a coletividade não nos afetam somente em intensidades extensivas, não nos deslocam apenas como renúncia à repetição do terrorismo de Estado ou em direção a legitimação das atuais lutas sociais, mas irrompem também como engrenagens produtora dos saudos da ditadura e dos afetos desamparo, medo e ódio na política, que hoje agem como ferramentas de proliferação de fascismos. Desse modo, como dizem Deleuze e Guattari “o Estado como aparelho de captura tem uma *potência de apropriação*; mas, justamente, essa potência não consiste somente em que ele captura tudo o que pode, tudo

⁸ Sobre o conceito de revoluções moleculares conferir também GUATTARI, Félix. *Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

⁹ Referimo-nos aos contornos impostos às políticas de memória, verdade, reparação e justiça, expressas formalmente na Lei da Anistia e nas demais leis que instituíram a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, Comissão de Anistia e Comissão Nacional da Verdade, respectivamente, leis n. 6.683/79, n. 9.140/95, n. 10.559/02 e n. 12.528/11.

o que é possível [...]. O aparelho de captura se apropria igualmente da máquina de guerra" (Deleuze; Guattari, 2012, p. 138).

Trabalhamos com a proposição de que no processo de captura das máquinas de guerra, a potência de apropriação do aparelho de Estado incide sobre a experiência de dor dos familiares dos mortos e desaparecidos políticos e dos sobreviventes da tortura, já que são eles os guardiões da potência de mutação da memória subjetiva (Ricoeur, 2007, p. 423-462), que na perspectiva das máquinas de guerra têm a possibilidade de atravessar corpos como flechas, como armas que vêm de fora e provocam fluxos de rupturas, de fraturas, deslocamentos de subjetividades, agindo então como “forças vivas ou revolucionárias suscetíveis de recolocar em questão o Estado” (Deleuze; Guattari, 2012, p. 19).

Os familiares dos mortos e desaparecidos políticos e os sobreviventes das torturas, enquanto potência de mutação imanentes às máquinas de guerra, são irredutíveis ao aparelho de Estado, estas máquinas são exteriores ao poder soberano do aparelho de Estado ditatorial e anteriores ao aparelho de Estado democrático e seu cálculo da reconciliação possível. Estas máquinas de guerra são de outra natureza, outra origem, outra espécie que as do aparelho de Estado. Assim, se a preocupação do Estado é conservar; as máquinas de guerra querem a mutação, se dirigindo contra o Estado atual ou virtual (Deleuze; Guattari, 2012).

Contudo, ainda que na ditadura opositores políticos objetivassem agir como máquinas de guerra contra o aparelho de Estado, o estatuto vítima, mesmo sem nome, nasceu capturado¹⁰. O terrorismo de Estado se apropriou não somente dos corpos e das vidas dos resistentes, mas os utilizou como instrumento de produção de subjetividades outras, atingia as vítimas e seus familiares, mas a mensagem se destinava, ainda que pelo detalhe, também aos processos de subjetivação do restante da coletividade, chamada a atuar em uma espécie de cumplicidade por vezes silenciosa e medrosa, por outras, ativa, da caça aos comunistas. Dentre outras formas, a convocação era feita por meio de cartazes e campanhas midiáticas

¹⁰ Antes da criação da Comissão Nacional da Verdade a palavra vítima estava ausente do ordenamento jurídico brasileiro, que instituiu medidas de reparação às vítimas da ditadura. Como bem observou Glenda Mezarobba, não havia expressamente “uma única menção à palavra ‘vítima’ em toda a legislação que integra o processo de acerto de contas do Estado brasileiro”. Cf. MEZAROBBA, Glenda. O processo do acerto de contas e a lógica do arbítrio. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 115.

de divulgação dos nomes, das fotos e das ações realizadas pelos ditos “terroristas”, estrategicamente representadas como violências ameaçadoras à segurança e à paz social.

A luta armada foi então apropriada pelo aparelho ditatorial como objeto de construção de uma memória justificadora do terrorismo de Estado, a teoria dos dois demônios¹¹, que ainda pauta a anistia dada aos algozes, tratando-se agora de uma opção democrática, já que a revalidação da interpretação da Lei da Anistia de 1979 pelo Supremo Tribunal Federal data de 2010¹². No passado ditatorial assim como hoje a questão parece ser calcular o que apagar e o que transformar em resto útil. No entanto, não há estimativa perfeita, algo sempre escapa.

No processo de captura da luta armada pelo aparelho de Estado ditatorial, se a máquina de captura estatal reformou as ações de resistência das máquinas de guerra, no processo de fuga, “do mesmo modo, as máquinas de guerra têm uma potência de metamorfose, pela qual elas certamente se fazem capturar pelos Estados, mas pela qual também elas resistem e essa captura e renascem sob outras formas, outros ‘objetos’” (Deleuze; Guattari, 2012, p. 138).

Voltando ao contemporâneo, não ignoramos que a máquina de memória “Comissão de Anistia” tem tido o mérito de implementar medidas de reparação, dentre as quais citamos que desde 2002 recebeu mais de 75.000 requerimentos e aprovou mais de 40.000 pedidos de concessão do estatuto de anistiado político. E, desde 2008, buscando atender demandas por reconhecimento coletivo vem desenvolvendo o projeto Caravanas da Anistia e assim

¹¹ A teoria dos “dois demônios” propagou a versão de que os crimes contra a humanidade praticados contra opositores políticos foram excessos cometidos por um grupo radical de agentes estatais diante dos excessos empreendidos pelos ditos terroristas. A ideia de uma guerra entre dois lados radicalizados foi um dos argumentos justificadores da “dupla” anistia: vítimas e algozes, que nos foi imposta pelo aparelho de estado brasileiro. Todavia, como consta no relatório da Comissão Nacional da Verdade, os crimes contra a humanidade praticados por agentes estatais não foram excessos cometidos por um grupo radical, mas parte de uma política sistemática de Estado contra cidadãos, que em tese devia proteção. Sobre os dois demônios cf. SAFATLE, Vladimir. *Dois Demônios*. São Paulo, 12 jan. 2011. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/voce-escreve/vladimir-safatle-dois-demonios.html>>. Acesso em: 10 jun. 2016. Cf. também *RELATÓRIO da Comissão Nacional da Verdade (2014)*.

¹² Em 29 de abril de 2010, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por sete votos a dois, manter a interpretação da Lei de Anistia, conforme formalizada em 1979. Ao julgar uma ação protocolada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) a Suprema Corte negou o pedido de exclusão da anistia dada aos agentes públicos que praticaram crimes contra a humanidade durante a ditadura (1964 -1985). Votaram contra o pedido de revisão os Ministros Eros Grau (Relator), Cármen Lúcia, Gilmar Mendes, Ellen Gracie, Marco Aurélio, Celso de Mello e Cesar Pelluso. Votaram a favor os Ministros: Ricardo Lewandowski e Carlos Ayres Britto.

tornando públicas sentenças de reparação moral e pecuniária. E mais recentemente passou a cuidar psicicamente das dores dos perseguidos políticos, por meio do projeto Clínicas do Testemunho¹³ Ponderamos, contudo, como o próprio nome “Comissão de Anistia” indica, que essa máquina de memória nasceu capturada pela máquina de memória “anistia”, instituída ainda na ditadura¹⁴.

Passados trinta anos do retorno à democracia, os perseguidos políticos, agindo de acordo com os trâmites institucionais constitutivos da máquina de memória “Comissão de Anistia”, permanecem tendo que provar sua inocência ao Estado ofensor. E com o projeto Clínicas do Testemunho, passaram a ser acomodados sob a imagem de um “grupo especial” traumatizado e sofredor, que necessita de tratamento psíquico para que suas vidas possam simplesmente continuar. Assim, ao menos no triângulo dor/inocência/culpa, a memória dos dois demônios, ainda que de outro modo, parece ressoar nas máquinas de memória do aparelho de Estado democrático. No mais, se por um lado, é inegável a legitimidade da reparação individual, por outro, a priorização do atendimento e do cuidado com as demandas de identidades representadas como desamparadas e afetadas intensamente por uma dor que não cessa, contribui para reformar as ações de resistência da máquina de guerra, fazer delas uma memória de vitimização que age como uma das engrenagens das máquinas bloqueadoras da potência política da dor.

De fato, se não há como falarmos de terrorismo de Estado sem reconhecermos a dor, é necessário dizermos também que nem sempre ela atua como vitimização, pois, sendo de outra origem, outra natureza que a do aparelho de Estado, essa dor tem a potência de agir com ele e por dentro dele como arma de resistência, máquina de guerra que tem a possibilidade da metamorfose, pela qual pode ser capturada, mas também combate e ressurge de outro modo (Deleuze; Guattari, 2012, p. 138).

¹³ O projeto Clínicas do Testemunho é institucionalmente fraco, visto que não faz parte de uma política pública efetiva de saúde mental/atendimento psíquico às vítimas da ditadura, pois os especialistas que atuam nestas clínicas estão atrelados a instituições parceiras/conveniadas e vencedoras de editais, cujos projetos caracterizam-se pela curta duração e pela sujeição a uma possível renovação. Cf. 1º e 2º editais, respectivamente disponíveis em:<http://www.migalhas.com.br/arquivo_artigo/art20120712-05.pdf>; <[file:///C:/Users/Silvia/Downloads/Edital%20CT%20Final%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Silvia/Downloads/Edital%20CT%20Final%20(1).pdf)>. Acesso em: 10 jul. 2016.

¹⁴ Sobre as atividades desenvolvidas pela Comissão de Anistia cf.<<http://portal.mj.gov.br/anistia/data/Pages/MJ20BF8FDBPTBRNN.htm>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

O caso Araguaia exemplifica a assertiva. Diante da dor do desaparecimento de seus entes queridos, os familiares das vítimas da Guerrilha resistiram à captura da vitimização e transformaram a dor de um luto inconcluso em arma de luta. O caso teve início em 1982, quando um grupo de 22 familiares entrou com uma ação na Justiça Federal com o objetivo de obter informações sobre as circunstâncias das mortes e desaparecimentos, localização dos corpos das vítimas da Guerrilha e a responsabilização dos perpetradores. Em 2003, a juíza federal Solange Salgado determinou a procura dos corpos dos desaparecidos políticos e a entrega dos restos mortais às famílias. Em meio ao julgamento da ação, em 1995, familiares das vítimas e defensores de direitos humanos encaminharam petição à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA¹⁵. Em novembro de 2010, a Corte Interamericana condenou o Estado brasileiro¹⁶.

Em dezembro de 2011, atendendo ao previsto pelo direito internacional, pelos pactos e convenções regionais ratificadas pelo Estado brasileiro, e em resposta à sentença da Corte, foi instituída a Comissão Nacional da Verdade. A Comissão iniciou seus trabalhos em maio de 2012 e, em dezembro de 2014, oficializou o terrorismo de Estado¹⁷.

Todavia, o processo de criação da CNV sugere que seus trabalhos não resultaram somente de normas legais, mas de um acoplamento entre a potência das máquinas de guerra “familiares dos mortos e desaparecidos político e sobreviventes das torturas” com o direito internacional, nacional e com outras engrenagens, como ativistas de direitos

¹⁵ Os peticionários foram a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, o grupo Tortura Nunca Mais, do Rio de Janeiro, e o Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL).

¹⁶ Cf. A CONDENAÇÃO do Estado brasileiro no Caso Araguaia pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. In: COMISSÃO da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva. Disponível em: <<http://verdadeaberta.org/livros/downloads/Sentenca-completa.pdf>> Sentença da corte - site verdade aberta>. Acesso em 10 jun. 2016.

¹⁷ Sobre o direito à verdade, salientamos que “desde o início do processo de transição democrática o Estado brasileiro se vinculou formalmente aos principais tratados de direitos humanos dos sistemas da ONU e da OEA, como o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Assim, a Comissão Nacional da Verdade tem por fundamento legal as normas do direito internacional às quais o Estado de direito brasileiro é expressamente filiado. Sintetizando, o direito à verdade, explicitado pelos sistemas de proteção internacionais, diz respeito ao reconhecimento do direito inalienável de conhecer as circunstâncias em que ocorreram os crimes contra a humanidade. De acordo com o relatório da CNV, ele “assume duas dimensões: 1) individual: o direito à verdade impõe a obrigação do Estado de apresentar informações específicas sobre as circunstâncias das graves violações, inclusive a identidade dos autores, e, no caso de morte e desaparecimento, sobre a localização dos restos mortais; e 2) coletiva: o Estado está obrigado a fornecer informações acerca das circunstâncias e razões do ocorrido” (p. 35). Cf. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014)*. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

humanos e distintas máquinas institucionais. Assim, na institucionalização do terrorismo de Estado, podemos dizer que diferentes ferramentas e máquinas atuaram em complementaridade.

Se essa conexão não fez muito mais do que oficializar parte do já denunciado em décadas de luta por familiares de mortos e desaparecidos políticos e sobreviventes das torturas, por ativistas de direitos humanos e especialistas do direito e da verdade histórica¹⁸, se não deslocou subjetividades em escalas intensivas e extensivas, se não fez aparecer os arquivos das forças armadas e os corpos desaparecidos, se não impulsionou a abertura do aparelho de Estado ao julgamento penal dos responsáveis pelos crimes contra a humanidade praticados durante a ditadura, e nem mesmo revelou a totalidade de uma verdade histórica em si inatingível; não podemos desconsiderar que a "verdade aberta" objetivamente acendeu uma possibilidade de transformação dentro do aparelho de Estado e ao alcance de nossas mãos.

Considerações finais

Em síntese, observamos que as máquinas de memória têm atravessado regimes de produção de subjetividades desde a ditadura. Uma espécie de campo de batalha existencial, experimental, de significados e fábrica articuladora de vivências, esquecimentos, presenças, ausências, lacunas em si constitutivas de memórias subjetivas, mas também presentes nas memórias objetivas ou históricas. Subjetivamente a reflexão aponta para a máquina de guerra "memórias dos familiares dos mortos e desaparecidos políticos e de sobreviventes das torturas"; objetivamente para as máquinas estatais de memória "Anistia", "Comissão de Anistia" e "Comissão Nacional da Verdade".

Contudo, não existe produção de memória sem conexão entre as diferentes máquinas. Assim, se por um lado, podemos dizer que as máquinas estatais de memória atuam no regime de produção de subjetividades como parte do aparelho de captura estatal, por outro, este aparelho não funciona dissociado das subjetividades que nos constituem. Dito de outra forma, com a ajuda da engrenagem vitimização, que não existe sem estar vinculada a

¹⁸ DOSSIÊ *Ditadura* [2009], p. 113-114.

experiência das vítimas, as máquinas de memória estatais têm feito da dor um dos dispositivos que nos produzem cortados em identidades de grupos de interesses dispersos e dissociados: os que sofreram, os que cuidam e os que não têm nada com isso.

No entanto, apesar da força de captura do aparelho de Estado, a potência de experimentação e de invenção da máquina de guerra “memórias dos familiares dos mortos e desaparecidos políticos e de sobreviventes das torturas” tem a possibilidade de se conectar ao aparelho de Estado para atuar, mesmo que não liberta da captura, como arma decodificadora de subjetividades, excedendo assim aos lugares demarcados pela representação. Aqui, pensando nos processos de mutações subjetivas sugeridos por Guattari, a dor e a resistência seriam parte das tecnologias capazes de transformar nossas lutas, nos transformando e ao mesmo tempo abrindo o campo das virtualidades.

Entretanto, produzir familiares dos mortos e desaparecidos políticos e dos sobreviventes das salas de tortura como vítimas sofredoras merecedoras de apoios e cuidados, ou mesmo como testemunhas de uma verdade histórica que rememoramos para não repetir, como têm feito as máquinas de memórias atreladas ao aparelho de Estado, embora sejam medidas legítimas, são em si insuficiente à insurreição da potência de mutação subjetiva da máquina de guerra “memórias dos familiares dos mortos e desaparecidos políticos e de sobreviventes das torturas”, tão urgente ao combate à propagação de fascismos do contemporâneo.

Referências

ALMEIDA, Criméia; TELES, Janaina de Almeida; LISBOA, Suzana K.; TELES, Maria Amélia (org.). *Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado, 2009. Disponível em: <<http://verdadeaberta.org/livros/downloads/Livro-Dossie-ditadura.pdf>>. Acesso em 19 jun. 2016.

BRASIL. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade [2014]*. Disponível em: Acesso em: <<http://www.cnv.gov.br/>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

BRILHANTE *Ustra é o sexto autor de não ficção mais vendido no país*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/06/1777921-brilhante-ustra-e-o-sexto-autor-de-nao-ficcao-mais-vendido-do-pais.shtml>>Folha de São Paulo>. Acesso em: 04 jun. 2016.

COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO RUBENS PAIVA. As ações judiciais das famílias Teles e Merlino. In: *Relatório da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva*. Tomo I. Parte III. Disponível em: <http://verdadeaberta.org/relatorio/tomo-i/downloads/I_Tomo_Parte_3_As-acoes-judiciais-das-familias-Teles-e-Merlino.pdf>. Acesso em 19 jun. 2016.

_____. A condenação do Estado brasileiro no Caso Araguaia pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. In: *Relatório da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva*. Disponível em: <<http://verdadeaberta.org/livros/downloads/Sentenca-completa.pdf>>Sentença da corte - site verdade aberta>. Acesso em 10 jun. 2016.

COMISSÃO DE ANISTIA. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/anistia/data/Pages/MJ20BF8FDBPTBRNN.htm>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Capitalismo e esquizofrenia*. Coleção Mil platôs. v.5. São Paulo: Editora 34, 2012.

DOUZINAS, Costas. *O fim dos direitos humanos*. São Leopoldo: UNISINOS, 2009.

GUATTARI, Félix. *Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. *Caosmose: um novo paradigma estético*. São Paulo: Editora 34, 2012.

MEZAROBBA, Glenda. O processo do acerto de contas e a lógica do arbítrio. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (org.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 115.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SAFATLE, Vladimir. *Dois Demônios*. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/voce-escreve/vladimir-safatle-dois-demonios.html>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

WEISSHEIMER Marco. *Esquerda errou ao virar as costas para questão dos mortos e desaparecidos*. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/esquerda-errou-ao-virar-as-costas-para-questao-dos-mortos-e-desaparecidos/>>. Acesso em: 19 jun. 2016.

Excelentísimo presidente de la nación Argentina:
Breve estudo sobre as cartas dos trabalhadores enviadas a
Juan Domingo Perón (1951-1955)

Mayra Coan Lago¹

Resumo

Neste estudo inicial procuraremos analisar a construção de imaginários sociais pelos trabalhadores durante o segundo governo peronista (1951-1955) a partir da prática epistolar. Nossas fontes principais são as cartas enviadas a Juan Domingo Perón, por ocasião do planejamento do Segundo Plano Quinquenal em 3 de dezembro de 1951, recebidas pelo Ministério de Assuntos Técnicos da Presidência. O diálogo “direto” com o presidente nos permite notar as circularidades, apropriações e ressignificações do discurso peronista, como também refletir sobre as múltiplas percepções do “fazer-se” dos trabalhadores.

Palavras-chave: Cartas. Trabalhadores. Juan Domingo Perón.

No dia 3 de dezembro de 1951 Juan Domingo Perón anunciava, em cadeia nacional de rádio, a organização para o planejamento do Segundo Plano Quinquenal, que no dia seguinte seria amplamente divulgado nos jornais argentinos e, posteriormente, pela propaganda política peronista. Perón iniciava seu discurso político rememorando os anos iniciais de seu primeiro governo, contrapondo-o aos governos anteriores, sobretudo frisando a ausência de órgãos ou instituições que se dedicassem ao planejamento de governo e do

¹ Internacionalista, mestre em integração da América Latina, na área de Práticas Políticas e Relações Internacionais, pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM/USP) e doutoranda no Programa de História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP).

país até sua chegada ao poder e a criação necessária e imediata de um plano de governo naquele momento.

Em seguida Perón mencionava os desafios e os logros do Primeiro Plano Quinquenal (1947-1951) e rebatia as críticas ao plano e ao seu primeiro governo. Desta parte do discurso até a final Perón argumentaria sobre a importância de se discutir sobre o que ainda tinha que ser realizado, mais do que sobre o que já fora realizado.

Segundo Perón, a organização do planejamento para o Segundo Plano Quinquenal já tinha sido iniciada, sendo que os ministérios e os governos provinciais estavam formulando suas propostas. Ademais, Perón também convocaria os argentinos para expressarem suas ideias para o plano:

En las tareas de elaboración del Segundo Plan Quinquenal , y respondiendo a mi deseo de conocer “lo que el pueblo argentino necesita”, distintas comisiones técnicas de la Presidencia de la Nación han recorrido el país desde un extremo al otro recogiendo las opiniones y expresiones públicas y privadas, especialmente de los sindicatos obreros y aun de las personas cuya inquietud individual ha sido también atendida de acuerdo con nuestro lema justicialista de gobierno que quiere hacer sólo lo que el pueblo quiera. La información recogida es extraordinariamente numerosa e importante, y ya ella bastaría para requerir nuestro esfuerzo durante los próximos cinco años. No obstante ello, deseo hacer un llamado final a las personas e instituciones, y de manera muy especial a los sindicatos de trabajadores, para que antes de 31 de diciembre remitan a la Presidencia de la República sus petitorios e inquietudes, a fin de ser debidamente estudiados. Toda correspondencia debe ser enviada a la calle 25 de Mayo 11- Capital Federal.[...] Hago, por fin, un llamado a todos los argentinos de bien a fin de que pongan el apoyo de su idea y de su esfuerzo a nuestros trabajos actuales de planeamiento, a fin de que el Segundo Plan Quinquenal sea de todos y para todos (Perón, 1988, p. 610).

Sob o lema “*Perón quiere saber lo que su pueblo necesita*”, Perón convocava os trabalhadores argentinos a enviarem suas inquietudes para o Segundo Plano Quinquenal, que deveria ser “*de todos e para todos*” os argentinos, atuando sobretudo para aqueles que viviam nas regiões mais distantes, que estavam excluídos das políticas governamentais.

Concordamos com Omar Acha (2013), ensaísta e historiador argentino, que estudou uma parte destas cartas enviadas a fim de analisar as representações do Estado peronista e de seus líderes (Perón e Evita), ao afirmar que, ao qualificar as demandas dos argentinos como “inquietudes”, o alcance das cartas seria imenso.

A partir da convocação, Perón recebeu mais de 70 mil cartas, escritas principalmente por argentinos. De acordo com Acha (2013), três cópias das cartas deveriam ser enviadas, sendo que uma era para Perón, outra era para a Direção de Planificação e a terceira para o Ministério de Assuntos Técnicos. Ainda de acordo com o historiador, a enorme quantidade de pedidos obrigou o governo a prorrogar o prazo até o último dia de janeiro de 1952. Vale dizer que as cartas continuaram sendo enviadas, mesmo após o término do prazo, como o próprio marco temporal deste trabalho revela.

Desde a perspectiva governamental, o chamado político de Perón pode ser compreendido como mais um instrumento da propaganda política, que contribuiria para a construção da imagem de Perón e do governo peronista, como um governo justicialista e voltado para as classes populares. No entanto, desde a perspectiva das classes populares e, mais especificamente, dos trabalhadores, que é o que mais nos interessa, o mesmo pode ser compreendido como um espaço e um momento em que poderiam expressar suas práticas, ideias e inquietudes, enquanto sujeitos históricos. Como ressaltou Acha:

Las cartas no fueron llanos medios portadores de mensajes prediscursivos que conquistaron materialidad en la escritura. Fueron ellas mismas, en su producción literaria, ejercicios de identificación, rituales de reconocimiento, escenas de subjetivación. La confección de una petición expone un sujeto enunciador, constituye un destinatario, califica la relación en una reconfiguración del vínculo. La práctica epistolar transfigura al sujeto y a sus representaciones (Acha, 2013, p. 311).

Concordando com o historiador argentino, sobretudo com relação à subjetivação e às representações dos sujeitos envolvidos, propomos o estudo do diálogo “direto” com o presidente argentino procurando analisar, mais do que as circularidades, apropriações e ressignificações do discurso peronista, as múltiplas percepções do “fazer-se” destas pessoas comuns, tal como os distintos “papéis” assumidos em um determinado momento da história política argentina.

A partir destas considerações, nas quais este trabalho inicial está inserido, temos como objetivo estudar a construção de imaginários sociais pelos trabalhadores durante o segundo governo de Perón, a partir da prática epistolar. Do ponto de vista teórico-metodológico consideramos, pelo menos, três referências importantes.

As análises de Bronislaw Baczko (In Leach, 1985), em imaginação social, muito nos interessam porque o autor define o conceito de imaginários sociais (IS) que se integra, segundo ele, no campo da representação, evocando imagens (sejam elas palavras, objetos, sentimentos), mostrando que tais imagens são construídas a partir da seleção de determinados elementos, que estão inseridos em um contexto sócio-histórico específico.

Utilizados coletivamente, os imaginários sociais orientam e transformam práticas, valores, e normas; além disso, são capazes de mobilizar socialmente afetos, emoções e desejos. Assim o autor propõe que as análises dos imaginários sejam cotejadas com interesses e conflitos sociais e políticos, com as estratégias de poder, com as relações entre poder e representação, porque permitem mostrar a sua eficácia em termos de dominação simbólica.

Em sua tentativa de definir os IS, o autor alarga o conceito de imaginários incorporando mito, ideologia e utopia, identidades nacionais, organização das temporalidades que interferem na construção da memória coletiva. Relaciona, ainda, o estudo dos imaginários sociais com a história da propaganda, levando em conta a evolução de suas técnicas e de suas instituições.

Os trabalhos de Edward Palmer Thompson (1987; in Negro; Silva, 2001) e de Carlo Ginzburg (1987) também são importantes para nós. No caso do historiador inglês o interesse decorre do destaque das tradições culturais no processo de formação das classes sociais,

além da proposta do que ficou conhecida como “história vista de baixo”, em que considera a narrativa dos outros sujeitos da história, que antes eram utilizados como “recheio” das histórias contadas, e passam a compor a centralidade destas histórias, isto é, também como protagonistas.

Já no caso do historiador italiano, nos interessamos sobretudo pela noção de circularidade cultural e, mais especificamente, pelos trabalhos em que demonstrou que as ideias não são produzidas apenas pelas classes dominantes e impostas, sem mediações, de cima para baixo. Em outras palavras, os trabalhadores, os camponeses e as “pessoas comuns” também produzem suas próprias ideias, crenças, valores e códigos comportamentais e, portanto, as ideias, longe de serem impostas por um grupo a toda a sociedade, circulam e, muitas vezes, são apropriadas e ressignificadas pelos diferentes grupos sociais.

Finalmente vale dizer que o presente trabalho tem caráter inicial e exploratório, compondo algo mais amplo, que é nosso projeto de doutorado, iniciado neste ano, cujo objetivo é estudar a construção do espaço simbólico de legitimação, possibilitada pelos trabalhadores e pelo governo peronista, utilizando como fontes principais as cartas enviadas entre os anos 1946-1955 e os documentos referentes à estrutura governamental e organizacional constituída pelo governo, tal como a propaganda política referente aos Planos Quinquenais do período estudado. No texto, estruturado em duas partes interligadas, procuraremos apresentar algumas das pesquisas e hipóteses que estamos desenvolvendo. Na primeira parte, trataremos o recebimento destas cartas e na segunda as cartas propriamente ditas.

Perón quiere saber lo que su pueblo necesita: a estrutura governamental

O governo peronista almejava a legitimidade e a adesão ativa dos argentinos ao seu projeto político, mas concordamos com Acha (2013) ao afirmar que a credibilidade e a forma como a mesma seria construída, por meio de uma demanda personalizada, constituiriam uma das novidades do peronismo. Como mostrou Daniel James (2013), o peronismo fundou um chamado político aos trabalhadores, sobretudo com relação ao seu reconhecimento

como classe, como força social, que precisava ser considerada e representada como tal na vida nacional e no projeto político do governo.

Ainda sobre como a credibilidade seria construída, destacamos e concordamos com as considerações sobre a retórica do discurso peronista assinalada por James (2013). Segundo o historiador, o discurso peronista tomava a consciência, os hábitos, os estilos de vida e os valores da classe trabalhadora tal qual encontrava e o colocava como base suficiente para a rápida consecução de uma sociedade justa e igualitária. Ainda segundo o autor, esses aspectos tornavam o discurso peronista mais concreto e imediatista do que as demais correntes, como as socialistas e os comunistas, que anunciavam mudanças estruturais abstratas de longo prazo, dependendo de uma consciência apropriada da classe trabalhadora.

Além do estilo e do idioma político, de acordo com as sensibilidades populares, o peronismo também significou uma presença social e política maior da classe trabalhadora na sociedade argentina, sobretudo dos trabalhadores peronistas². O Estado era o espaço onde as classes poderiam atuar política e socialmente para estabelecer direitos e exigências de ordem corporativa.

A propaganda política peronista reproduziria amplamente as novidades do novo governo, como também contribuiria para a conformação de imagens de legitimidade e consenso dos argentinos³ ao governo peronista, utilizando-se imensamente da comunicação por meio da prática epistolar, tal como do discurso sobre a relevância das mesmas para Perón e Evita - que se preocupavam com as aspirações e demandas populares -, como os verdadeiros representantes do povo argentino.

O governo peronista também criaria órgãos próprios para fortalecer, cada vez mais, o seu chamado político aos trabalhadores. No tocante ao governo peronista e a criação de órgãos próprios para o “chamado”, mencionaremos o Conselho Nacional do Pós-Guerra

² Vale assinalar que ao tratar a construção do imaginário político peronista, não deixamos de reconhecer a censura e, por vezes, a repressão do governo aos que não estavam de acordo com o projeto político peronista, tal como as resistências de trabalhadores a tais propostas. Dentre os casos mais conhecidos destes embates entre Estado e trabalhadores ou entre Perón e trabalhadores lembramos o de Luis Gay, Hilario Salvo e Sebastián Marrota, dentre outros.

³ Sobre a construção das imagens de legitimidade, credibilidade e consenso ativo ou passivo por meio da propaganda política e dos rituais peronistas, ver Maria Helena Capelato (2009) e Mariano Plotkin (2013).

(CNP), que antecedeu a Secretaria de Assuntos Técnicos da Presidência (ST), posteriormente a própria ST, e, finalmente, o Ministério de Assuntos Técnicos da Presidência (MT), criados, entre outros motivos, para atender o próprio “chamado político” de Perón.

De acordo com Patricia Berrotarán (In Rein; Panella, 2013), o CNP era uma instância técnico-burocrática que realizava estudos sobre a Argentina do período da Segunda Guerra Mundial e as possíveis consequências do final da guerra, estabelecendo estratégias para o período do pós-guerra, sobretudo nos âmbitos econômico e social. A partir destes estudos, o CNP propunha a instrumentalização de políticas econômicas e sociais, a partir de uma gestão coordenada e racional, que permitiria a redefinição e o impulso permanente das políticas públicas. Os estudos realizados pelo CNP, tal como as políticas propostas, consolidaram as ideias de planificação e planejamento dos âmbitos econômico e social da Argentina no período pós-guerra, que seriam amplamente utilizadas como base do Plano de Realizações e Inversões para o quinquênio 1947-1951, também conhecido como Plano Perón ou Primeiro Plano Quinquenal.

Em 1946, o CNP seria substituído pela ST. Apesar da vinculação ao Poder Executivo, Berrotarán (In Rein; Panella, 2013) afirma que a Secretaria tinha amplas competências, como planificação, coordenação e execução de todas as questões vinculadas às esferas financeiras, econômicas e sociais. Em 1946, Perón designaria José Figuerola como responsável pela ST, destinada a decidir e formular políticas econômicas e sociais, tais como elaborar e implementar um plano de governo para os próximos cinco anos.

Desde a coordenação da ST, Figuerola estabeleceria dois tipos de ações: a instituição de conselhos, como instância de construção de consensos transversais; e a solicitação aos ministérios, para que enviassem propostas e planos das respectivas áreas, para serem reelaboradas pela ST, sob a forma de plano de governo. Ainda de acordo com Berrotarán (In Rein; Panella, 2013), apesar da ideia de planificação de Figuerola ser idealizada como um processo coletivo, construído pelo consenso da maioria, desde o início se detectou fortes obstáculos para colocar em prática ideias tão divergentes.

A diversidade de propostas e a dificuldade de consenso sobre as mesmas refletia a própria heterogeneidade de concepções e visões de mundo dos que compunham o governo e a sociedade argentina. As divergências apareciam desde a noção de “peronismo” até as

concepções sobre o papel e atuação do Estado e da sociedade, dos trabalhadores, dos empresários e dos industriais, aos objetivos e finalidades das políticas sociais, as relações entre capital e trabalho, as medidas econômicas, entre outros.

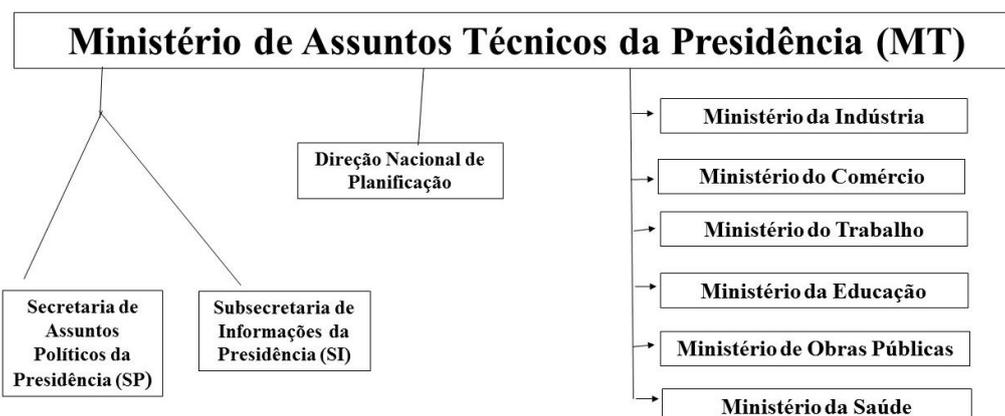
Sob o pretexto desta diversidade que Figuerola, desde a ST, e Perón, como presidente da nação, apresentavam a decisão final do que foi proposto a partir do que consideravam mais adequado. No dia 21 de outubro de 1946, Perón e Figuerola apresentaram o plano do governo ao Parlamento.

Além de apresentar o plano para o Parlamento, Perón também convocaria encontros com determinados setores da sociedade argentina, como a Central General de los Trabajadores (CGT), alguns sindicatos de trabalhadores e professores universitários, a fim de apresentar, explicar e solicitar pareceres e sugestões dos trabalhadores sobre o plano. Outra forma de divulgar o plano foi por meio da intensa propaganda política⁴.

Os documentos analisados nos permitem notar que a ST era articulada com outros dois órgãos, que eram relacionados diretamente ao Poder Executivo: a Secretaria de Assuntos Políticos da Presidência (SP) e a Subsecretaria de Informações da Presidência (SI), responsável pelas publicações sobre o Plano Quinquenal, que acabou promovendo a explicação do plano, das mais distintas formas, e a propaganda política sobre o mesmo.

Posteriormente, o ST seria transformado em Ministério de Assuntos Técnicos, ficando responsável pelo recebimento das cartas a partir de 1951. A partir da sondagem inicial dos documentos é possível notar que o Ministério era um aperfeiçoamento da então extinta ST. O MT foi pensado como uma estrutura ampla, que também estava articulada com a SP e SI, e agregava um número considerável de funcionários. Ademais, o MT deveria estar articulado com outros ministérios, como os de Indústria, Comércio, Trabalho, Educação, Obras Públicas e Saúde, como podemos ver conforme o esquema abaixo:

⁴ Vale dizer que Perón também recebeu cartas de trabalhadores neste momento anterior (1946-1951) e que também pretendemos estudá-las.



Esquema 1: Estrutura governamental que recebia as cartas. Fonte: Desenvolvido pela autora.

As cartas eram recebidas pelo MT, que por sua vez, encarregava alguns funcionários de ler, grifar de vermelho e escrever um breve relatório, em que constaria, de forma objetiva, o remetente, o tema, o assunto e o ministério ao qual a mesma deveria ser encaminhada. Os responsáveis pelos ministérios, que recebiam as cartas, deveriam fazer um novo relatório, constando de uma síntese, considerações e conclusões. Caso a sugestão interessasse, era aberto um processo, com uma pasta especial para ela. Ademais, era enviada uma nova carta ao remetente, solicitando audiência, e, posteriormente, um parecer sobre a audiência. As sugestões mais adequadas, em teoria, seriam incorporadas ao Plano Quinquenal.

Por outra parte, os remetentes recebiam uma carta em que eram saudados, recebiam o agradecimento pessoal de sua colaboração e uma satisfação sobre a sugestão ou solicitação enviada. Sendo as solicitações atendidas ou não, consideramos que o mecanismo de escrita e resposta propiciava um diálogo direto entre Estado, via governo e Perón, e trabalhadores, constituindo, a nosso ver, um espaço de legitimação entre governo e trabalhadores, também por parte dos trabalhadores. A seguir veremos a forma como os trabalhadores produziram este espaço de legitimação.

Perón quiere saber lo que su pueblo necesita: convites, solicitudes, projetos e comentários para o Plano Quinquenal

As cartas que o Ministério de Assuntos Técnicos da Presidência recebeu, entre os anos 1951-1955, eram assinadas por indivíduos, homens e mulheres, e por coletivos, representando associações, sindicatos, comerciantes, industriais e clubes esportivos, provenientes de toda a Argentina. De maneira geral, a grande maioria das cartas tinha como estrutura: saudação inicial a Perón; apresentação em que constavam nome e sobrenome do remetente, número de identificação, número da carteira peronista, sede a qual pertencia, cidade e endereço; as inquietudes (em forma de convites, solicitações, projetos e comentários); e um encerramento.

Vale dizer que, embora encontremos um formato estrutural da escrita, foram muito diversas as formas utilizadas para a escrita de si e para a percepção da conjuntura em que estavam inseridos, tal como o papel pensado pelos remetentes. Não obstante, queremos mencionar alguns elementos presentes nestas estruturas recorrentes, que consideramos significativos. O trecho da carta abaixo é de 2 de março de 1953 e, para nós, ilustra uma das formas de autodescrição:

El que suscribe; Oscar Domingo Bravo, argentino de 37 años de edad, libreta de enrolamiento No. 381.180, cédula de identidad No. 1.636.783 de la Capital Federal, carnet peronista No. 691, de la sección de Rosario, domiciliado en la calle Rioja 834 de la ciudad de Rosario, Pcia de Santa Fe; se dirige a Su Excelencia el Presidente de la Nación, adhiriéndose al Segundo Plan Quinquenal y como argentino agregando un grano de arena a la colosal obra del Justicialismo [...] ⁵.

Dentre os elementos que poderiam ser mencionados, notamos que a percepção de si, para a resposta à pergunta “quem sou eu”, “de onde falo”, através da descrição minuciosa, era construída de forma a não apenas identificar-se como argentino, mas também como peronista. Deste modo, um dos possíveis efeitos de sentido, que o remetente procura produzir, é justamente o do lugar em que escreve, tal como da legitimidade da escrita a

⁵ Archivo General de la Nación, Ministério de Asuntos Técnicos de la Presidencia, AGN-MT, caixa 455.

partir deste lugar. Isto é, o remetente pode escrever, comentar ou sugerir porque, além de ser argentino, é peronista.

O ser “peronista” ou o “peronismo”, de maneira mais ampla, poderia significar para o discurso peronista - seja na propaganda ou nos discursos políticos de Perón - um movimento, um partido e um sentimento. Não obstante, as mensagens do discurso peronista não chegam da mesma maneira para as pessoas comuns, que delas se apropriam e ressignificam, a partir de suas experiências e vivências, isto é, nas suas práticas. Então precisamos observar o que significaria para estas pessoas comuns ser peronista, uma vez que é algo recorrente e que pode ter distintos significados e sentidos, associados tanto à identidade pessoal, à identidade coletiva, à identidade nacional e ou à identidade política.

Retomando o trecho da carta de Oscar Bravo, vale notarmos que, por escrever a partir deste determinado lugar, que fez uma proposta para o Segundo Plano Quinquenal. Também vale observarmos os usos dos adjetivos e das metáforas. Neste caso, interessante notar a associação da sua proposta com um grão de areia, isto é, diante de algo maior, que é descrito como colossal, como obra do justicialismo. Ainda assim, é um grão de areia que compõe, que poderia fazer parte do “deserto”, se formos seguir na metáfora.

Um segundo exemplo da estrutura das cartas, em que aparece a associação da identidade nacional argentina com a de peronista, é na carta de Laurentino Simon Salazar, de Buenos Aires, auxiliar de correios e telecomunicações, em carta do dia 17 de dezembro de 1951:

Don Juan D. Perón,

Mi General: Quizás sea fácil escribir lo que uno pienso y siento, aunque se mienta, juro por mi honor de Peronista y Argentino, juro que todo cuanto le digo, lo hago impulsado por ideas y sentimientos nobles que desde hace mucho tiempo los llevo presente⁶.

Ainda que se tenha tal associação, vale observar a ordem invertida, isto é, primeiro Laurentino Simon Salazar refere-se à identificação com o peronismo e, posteriormente, como argentino, o que revela uma noção distinta de pertencimento e também do que

⁶ AGN-MT, caixa 456.

comentávamos sobre o que significaria ser peronista para os remetentes. Também vale observar que, novamente, é a partir deste lugar que se legitima a sugestão. Ademais, vale notarmos o juramento, mais de uma vez, associado à honra. Finalmente, o uso e a associação de ideias e sentimentos nobres na carta nos remeteram aos discursos políticos de Perón, sobretudo nas datas emblemáticas de Primeiro de Maio e 17 de Outubro, por serem expressões recorrentes. Deste modo, também devemos nos atentar na apropriação e distintos usos destas expressões recorrentes pelos trabalhadores.

Ainda com relação às apropriações de lemas peronistas e do discurso político de Perón, Laurentino Salazar assinala:

Visto, los deseos de nuestro gran Presidente que quiere que su pueblo diga a su criterio, en el Segundo Plan Quinquenal lo que conviene para el engrandecimiento de la patria, en esta Nueva Argentina Peronista, y como todo buen criollo, que desea el engrandecimiento económico del país, debe cooperar con nuestro Presidente para afirmar en cimientos solidos y duraderos la Independencia Economica, la Soberanía Política y la Justicia Social, que al decir del General Perón la grandeza de la patria se hará con el trabajo fecundo de sus hijos. En consecuencia presento este proyecto con título de Chacra Justicialista [...] se resolvería las aspiraciones de miles de empleados nacionales, en su carácter de los mismos, nunca pudieron formar un capital para dedicarse en algo productivo y hoy con la Nueva Argentina y la visión de Nuestro Presidente, para el Segundo Plano Quinquenal⁷.

O trecho destacado contém uma série de elementos que podem ser comentados. O primeiro é a possibilidade e o significado da participação política dos trabalhadores, a partir de um chamado político, na estruturação de um plano econômico para a Argentina, para além da novidade do peronismo mencionada por nós no tópico anterior. O segundo é relacionado à própria configuração da escrita, que se apropria das noções de novo país e de outros códigos peronistas, introduzidos pela própria propaganda peronista, ressignificando-

⁷Idem.

os. Emblemático também é o uso de outras expressões recorrentes no discurso peronista como engrandecimento da pátria, engrandecimento econômico do país, além do mais famoso lema peronista, “Independência econômica, soberania política e justiça social”, legitimando o próprio projeto enviado por Laurentino Salazar.

Ou seja, o próprio discurso peronista é utilizado para a construção do envio do projeto, a partir da combinação do trabalho de todos com a cooperação para a grandeza da nação. O terceiro aspecto é o próprio projeto que é algo para o coletivo, uma chácara, associado, novamente, às tônicas peronistas, seja na ideia de uma nova argentina, como na da inserção social e participação política das pessoas comuns.

Estes dois exemplos são ilustrativos para refletir acerca dos lugares em que os remetentes se colocavam, tal como as formas utilizadas para se dirigir a Perón. Ainda que nem todas as cartas analisadas sigam este padrão, isto é, a associação entre argentino e peronista, a grande maioria dos remetentes se apresenta como peronista ou argentino e, assim, mais do que fazer parte, queriam oferecer suas contribuições para o Segundo Plano Quinquenal, no sentido de contribuir na construção da “nova argentina”.

É neste sentido que em nosso trabalho procuraremos observar e analisar os elementos mencionados até então, procurando observar o “fazer-se” e a própria atuação dos trabalhadores diante da conjuntura em que estavam inseridos e das próprias propostas do projeto político peronista. Como mostraremos adiante, os fazeres, as práticas e as atuações foram as mais heterogêneas possíveis, mas, ainda assim, temos como hipótese que, embora fossem distintas, constituiriam o espaço de legitimação mencionado.

Os remetentes enviaram cartas que tinham caráter de convites, solicitações, projetos e comentários⁸. Com relação aos convites, até o momento identificamos alguns relacionados às feiras de livro, sobretudo em Buenos Aires, em que seriam apresentadas diversas obras sobre as realizações de Perón e de Evita.

No tocante às solicitações, elas estão relacionadas a algumas temáticas mais amplas:

⁸ Diferenciamos os aspectos mais amplos da seguinte maneira: convites, relacionados, sobretudo, a aspectos culturais, como feira de livros, entre outros; sugestões são os pedidos, de maneira geral; projetos são propostas combinadas com projetos para execução; e comentários tratam da relação das pessoas comuns com o regime peronista, a partir da percepção do momento.

audiências públicas, com Perón ou com seus ministros; trabalho, com o oferecimento de trabalho no campo e na cidade; indústria, com a construção de fábricas; desenvolvimento do país a partir da realização de obras públicas, como a construção de vias, estradas, linhas de trem, linhas de metrô, pontes, pavimentação de ruas, e de edifícios de serviços públicos, como os de polícia e hospitais, entre outros; subsídios financeiros; patentes; defesa nacional, com a criação de um Departamento de Guerra e Armamentos; educação nacional, com o uso de um livreto escolar obrigatório, criação do documento ou carteirinha escolar; entre outros.

Para ilustrar as solicitações, selecionamos quatro exemplos. O primeiro é a carta de Pedro Hector Berton, casado e com dois filhos pequenos, trabalhador horista em uma subagência de telefonia do Estado, postada em Casilda - localizada 17 quilômetros de sua terra natal, Fuentes. Em carta no dia 6 de dezembro de 1951, Hector Berton agradece o emprego oferecido por Evita, desde a então Secretaria de Trabalho e Previdência, mas solicita a abertura de uma fábrica ou de algum lugar para que ele e seus conterrâneos possam trabalhar com horário e salário fixo:

Ahora bien mi General: conozco y quiero a ese pueblo como a la vida misma, tengo allí todas mis amistades y familiares, siempre soné con verlo progreso a mi Pueblo, pero desgraciadamente no hay un medio de vida donde esos obreros puedan trabajar durante todo el año, que sería la felicidad de todos ellos y el progreso de todos, y a la vez el progreso de esta Nueva Argentina. Mi General, no quiero decir con esto, que los obreros pasan hambre, al contrario, desde que yo recuerdo nunca han estado mejor que ahora; lo que yo quiero y pienso, que si allí pudiera instalarse una fábrica...en fin, algo donde puedan trabajar 30-50 o 100 obreros, entonces había más comercio, más vida, más trabajadores felices, más hogares contentos, en fin mi General, no sé como especificarlo, pero siempre somé con los pobres de mi pueblo⁹.

Podemos observar tanto a construção da imagem de proximidade com Perón, como também a solicitação de algo que fosse coletivo. Ademais, novamente encontramos termos

⁹ AGN-MT, caixa 457.

recorrentes do discurso peronista, utilizado pelos trabalhadores, como felicidade e progresso, que foram associados à própria noção da Nova Argentina. Além disto, o que nos chama a atenção é o uso de outra noção do discurso peronista, que é a de que este novo momento é melhor que o anterior, o “velho”, proporcionando não apenas melhores condições econômicas e sociais, como também a participação política. O uso das imagens de felicidade, caso a fábrica fosse construída, também compõe as noções de “mundo feliz”, descritas pela propaganda política peronista¹⁰. Ou seja, era uma solicitação amparada pelas próprias noções e imagens do discurso peronista.

As marcas vermelhas na carta foram realizadas pelos funcionários do Ministério, para que os demais documentos fossem produzidos, como o registro das cartas por temáticas e o encaminhamento a outros ministérios. Observando tais marcas, podemos notar que eram destacados a razão ou o objetivo da escrita e os “efeitos” que poderiam gerar caso fosse atendido.

O segundo exemplo é de Fernando Nicolau Roig, de Buenos Aires, no dia 17 de dezembro de 1951, que, após trabalhar durante 30 anos no campo, sugere a distribuição de pequenos lotes de terra, que estão desocupados, para os trabalhadores plantarem seus alimentos:

La obra del Gobierno como la orienta el Excelentísimo señor Presidente, es llegar a las regiones más lejanas, casi antes que en poblados, para que ese ejemplo sirva a los vecinos apartados de comentarios plausibles y cooperen a transformar las zonas áridas y despobladas en vistas atrayentes y hermosos caminos. Esta es la síntesis de lo que a mi juicio sería otra buena obra, y que el Gobierno del General recibiría un aplauso espontáneo de los luchadores del campo y un aliciente para aquellos que al ver progresar las zonas algo olvidadas y emprendieron el camino luminoso de la ciudad, pueda ser los atraiga el comentario y regresen a trabajar con sus familiares, buscando nuevamente en la tierra una esperanza para su hogar. Así

¹⁰ Para maiores detalhes sobre a propaganda política peronista e sobre as imagens sobre os trabalhadores, produzidas pela propaganda política ou pelos discursos políticos de Perón, ver: Marcela Gene (2008) e Mayra Coan Lago (2015).

también lo verán esos extranjeros que saben de la labor dura del campo, lo que es la buena tierra y aunque el clima áspero con duras inclemencias castiga, cuando sale el sol y brilla, como hoy brilla en todas las partes, gracias al Gobierno del General Perón, la Nueva Argentina¹¹.

Ademais dos usos de outras noções e expressões do discurso peronista, como “chegar às regiões mais distantes”, vale observarmos não apenas a solicitação associada à repercussão de possível sucesso entre os trabalhadores do campo, nacionais, e entre as demais nações, numa dimensão internacional, como também as marcações realizadas pelo próprio remetente da carta. Mais interessante é notar que as marcas do remetente coincidem com uma das marcas do próprio Ministério, isto é, estão marcados os possíveis efeitos. Novamente, o uso da metáfora associado ao pedido é ilustrativo, uma vez que reafirma a ideia de uma “nova” Argentina, que é para “todos”, em que o sol brilha em todas as partes, graças ao governo peronista.

O terceiro exemplo é a carta enviada por Aristide Pistachia, de Rosario, no dia 17 de dezembro de 1952, ou seja, fora do “prazo” solicitado para as sugestões ao Segundo Plano Quinquenal, oferecendo um plano de casa própria para os trabalhadores argentinos e imigrantes:

Como buen argentino y mejor Peronista, quiero colaborar con vuestra noble y jamás igualada acción de gobierno. Soy como su Excelencia veía, unos de sus fieles alumnos. Ud hizo de los trabajadores Argentinos hombres de provecho, cultos y de de una moral elevada; inculcó e inicio un camino que será para el resto del mundo, una política nueva o un sistema de gobierno envidiable, mientras las Democracias y los Comunistas tratan unos con otros de sobreponerse para asi poder dominar y esclavizar al mundo; en cambio, el gobierno de Perón, rompe las cadenas de la esclavitud, educa a la clase obrera y les da una nueva política, reforma las leyes no en favor de nadie, sino, con justicia, como por obra de Dios; Guiado por sus nobles

¹¹ AGN-MT, caixa 457.

consejo, he proyectado un plan para vivienda propia el cual sería una solución para combatir la escasez de la misma, y permitir a nosotros los trabajadores realizar el tan anhelado sueño de la casa propia; beneficiando al mismo tiempo a la inmigración que tanto necesita nuestro país, y acrecentando una obra de vuestro excelente gobierno¹².

Uma vez mais, a solicitação é associada às expressões do discurso peronista, como “bom argentino e melhor peronista”. A produção da solicitação da casa própria também reúne uma série de elementos que devem ser destacados. O primeiro deles é o lugar de onde se escreve, em que é sugerida uma proximidade maior, dado que Aristide Pistachia pode ter sido aluno de Perón na Escola Peronista. O segundo é o uso da ideia de transformação nas condições de vida dos trabalhadores, tal como no seu papel social na “nova” Argentina. Esta ideia seria associada à outra, também muito utilizada, sobretudo por Perón, que é justamente a da Argentina ser um exemplo para os demais países e por propor uma alternativa, o justicialismo, às propostas vigentes, o comunismo e a democracia liberal.

Tais menções seriam associadas também à imagem de Perón, como o “bom” e guiado por Deus, com o único objetivo de justiça social. Após o uso de todos estes elementos, Aristide Pistachia faz sua solicitação. Vale notar algo que não apareceu em outras cartas estudadas até o momento, que é justamente a extensão destes benefícios para os imigrantes. Por fim, as marcas nas cartas, nos objetivos e efeitos possíveis caso a solicitação fosse atendida, possivelmente, são dos funcionários do Ministério.

O quarto exemplo é uma carta em que não conseguimos identificar o remetente, mas que vale observarmos a sugestão:

[...] me atrevo a cometer el juicio de Vuestra Excelencia una idea mía, que por su originalidad y fácil adaptación podrá ser de alguna utilidad. Consiste ésta en llevar, como primer paso, todos los sueldos y salarios al nivel del año 1949 en relación con el costo de la vida que regia en aquella época, tomándolos como base única, a saber 100. En

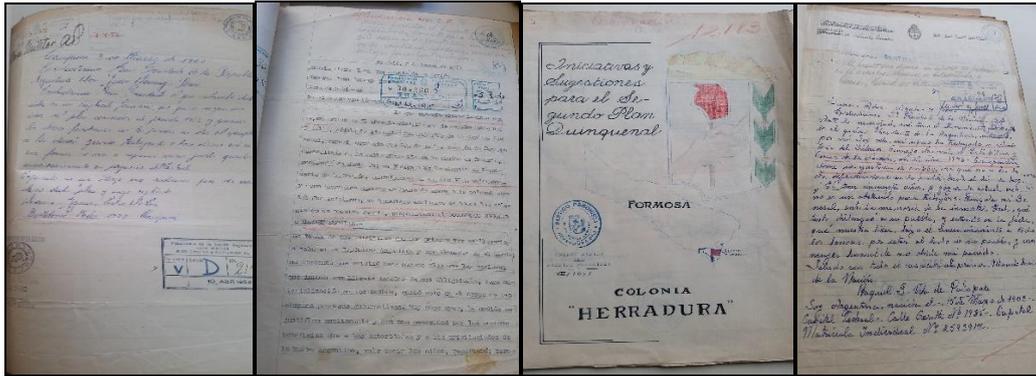
¹² AGN-MT, caixa 458.

segundo lugar publicar un boletín oficial abarcando los precios de todos los artículos de primera necesidad, señalando simultáneamente el porcentaje exacto de diferencia entre los precios que acusa aquel con los precios de la lista “Base”. Y por último decretar una ley que obligue a los patronos, industriales, oficinas públicas, etc, a pagar a los trabajadores, fuera el sueldo fijo que le corresponde, el porcentaje exacto de diferencia que figure en el dicho boletín. En el caso que se registra una baja en los precios de los artículos de primera necesidad, esta baja favorecerá, desde luego, a los patronos, quienes pagarán menos sueldo, lo que será justo y equitativo, puesto que como vuestra Excelencia no dejo mencionar oportunamente, el afán del Gobierno en acordar buenos salarios, tiene como meta garantizar a todos que trabajan una vida sin privaciones, lejos de permitirlos a enriquecerse a expensas del Estado, aprovechando de la actual anarquía y convulsión que reina en todo el mundo¹³.

Notemos que não se tratava de uma “simples” sugestão de elevação de salários, mas de uma elaborada proposta, que relacionava a noção de salários com os preços dos produtos básicos. Ademais, também é interessante a percepção de quem deveria se encarregar dos ajustes necessários: os patrões.

Seleccionamos estas quatro cartas para ilustrar algumas das temáticas das solicitações, mas também por reunirem uma série de elementos que nos interessam: as inquietudes e solicitações destas pessoas relacionadas ao grupo, ao coletivo; as percepções das distintas conjunturas e os papéis que poderiam ser exercidos neste “novo” momento e no governo peronista; as apropriações do próprio discurso peronista, seja da propaganda do governo como um todo ou sobre Perón e Evita, como parte do elaborado argumento da solicitação; e as formas em que estas pessoas procuraram criar uma relação entre elas e o governo.

¹³ Idem.



Imagens 1, 2, 3 e 4: exemplos de cartas recebidas. Fonte: Arquivo pessoal da autora.

No tocante aos projetos, vale mencionar que alguns tinham caráter de dimensão simbólica, associada à construção de monumentos para a “Nova” Argentina, como é o caso do Arco do Triunfo. Em carta, Pascual de Carlo, aposentado, escreve de Buenos Aires, no dia 4 de julho de 1952, sugerindo a construção do monumento:

Es hora de que se levante, pues le exige vuestro pueblo, que sumamos millones Señor que reconocemos ser felices con vuestro gran gobierno le exige la nueva ARGENTINA HOY LIBRE, JUSTA Y SOBERANA. Lo pide señor la INDEPENDENCIA ECONOMICA DEL PAÍS, y le piden todos los que trabajan por la incalculable conquista JUSTICIALISTA que nos habei dado. QUEREMOS SEÑOR EL ARCO DEL TRIUNFO. Para perpetuar en el en ambas fachadas las estatuas de los libertadores de la esclavitud y fundadores del Justicialismo Protector del Trabajo y de la Justicia del ser humano¹⁴.

Como podemos notar, o projeto atingiria, além de uma dimensão material, uma dimensão simbólica, que era a de demarcar o “novo” momento, a “nova” Argentina, tal como de perpetuar este momento, os principais nomes e suas realizações, no presente e no futuro. Além disto, os lemas do governo são expressos em letras maiúsculas, como se reproduzissem também a exaltação de Pascual de Carlo diante das realizações peronistas. Também é interessante observar que dentre uma gama de possibilidade de monumentos, Pascual de Carlo sugere um já existente na França, que está associado às vitórias de um

¹⁴ AGN-MT, caixa 459.

determinado momento específico da história francesa. Apesar das distintas conjunturas, se tomarmos a sua sugestão em um sentido mais amplo, podemos associá-la à própria noção de vitória do justicialismo ao que havia antes e, no sentido mais restrito, à divulgação, para os argentinos e para os demais países do mundo, desta vitória e das conquistas do justicialismo.

Emblemática também é a questão de quem usufruiria e de quem deveria auxiliar na construção e manutenção do monumento:

¿Y como se sufragarian los gastos que demandaría esta colosal? [...] Todos los beneficiados en general deberíamos contribuir que sería nuestra obligación señor...Habria que empezar, por los señores Ministros, por los Magistrados, por los Senadores, por los Diputados, por los Patrones, por todos los que trabajan a sueldo, por los Jubilados, por los industriales, por los comerciantes y por los rentistas y en esta forma con un poco de buena voluntad sobre plata para poder hacer una colosal obra que los buenos ciudadanos pedimos y que se debe de hacer. UN DÍA DE TRABAJO DE CADA UNO NO HACE MAL A NINGUNO¹⁵.

Para Pascual de Carlo, todos os argentinos, que foram beneficiados por tais obras, deveriam contribuir, para ver perpetuado este “novo” momento. O que nos chamou mais atenção é a frase final, também em letras maiúsculas, em que reafirma o trabalho da coletividade para a construção do monumento. Com relação às marcas em vermelho, novamente, sugerimos que as mesmas tenham sido realizadas pelos funcionários do Ministério.

Com relação aos outros projetos, de dimensão “material”, figuravam: habitações, com a construção de chácaras, construção de casas populares, plano referente às casas alugadas, a construção de bairros operários e repartição de terras entre os trabalhadores do campo; indústria, com a construção de fábricas de natureza diversa; transporte, alternativas para o transporte de mercadorias; inventos, de natureza diversa; condições de vida, elevação de

¹⁵ Idem.

salários e produção de boletins com os preços dos produtos básicos; legislação, promulgação de leis e alteração da Constituição; órgãos do governo, como a criação de departamentos voltados para a vizinhança; impostos, com o aumento da arrecadação; e energia, com o desenvolvimento de energia atômica.

Finalmente, gostaríamos de tratar dos comentários enviados. Os comentários englobam tanto os elogios e críticas relacionados ao governo peronista, aos planos quinquenais, como também denúncias dos “traidores da pátria”, os não peronistas, que é o que trataremos neste momento.

Para comporem estas produções é possível notar a construção de um “nós”, os pertencentes à nação argentina e ao projeto político, justamente por serem peronistas, em contraposição a um “eles”, que não querem pertencer à nação argentina por não estarem de acordo com as propostas do peronismo, de maneira mais ampla, e do governo, de maneira específica. Os comentários encontrados variam de uma posição, como delatar os traidores, a uma ação mais radical, no sentido de excluir, retirar, estas pessoas de cargos de funções públicas e, em alguns casos, de fábricas, comércios, entre outros, pois prejudicariam o progresso da “nova” Argentina.

Também nestes momentos fica mais evidente a sustentação da legitimidade do envio das cartas a partir da relação entre a identidade nacional, ser argentino, uma das identidades sociais, ser trabalhador com a identidade política, ser peronista. Ademais, foi também nestes momentos que alguns estabeleciam a diferença entre o peronista das “antigas” e os “novos”, sobretudo pela própria conjuntura nacional em que estavam inseridos.

Sobre a conjuntura, vale lembrar que estas cartas foram enviadas entre 1952-1955 e, assim, estão inseridas em um segundo momento do governo peronista, que já não sustentava apenas as imagens de “mundo feliz”. No caso da situação econômica, com o término da Segunda Guerra Mundial, por distintos fatores, foi iniciada uma crise do setor externo argentino e uma dificuldade de importar máquinas e equipamentos, gerando consequências na atividade industrial nacional e impulsionando a inflação. Além disso, os subsídios públicos foram cortados e os salários reais começaram a declinar, o que ocasionou uma sucessão de greves.

Diante desse cenário, o governo peronista mudaria algumas de suas políticas, sobretudo com relação à atração de capitais estrangeiros, promovendo inclusive uma campanha que diminuía as restrições às importações de máquinas e equipamentos, bem como o envio dos dividendos para fora do país (Baily, 1986). As greves dos trabalhadores somadas ao acirramento da oposição sindical e à morte de Evita Perón contribuiriam para o cenário complexo instaurado.

A conjuntura do segundo governo contribuiu para evidenciar a oposição entre um “nós” pleno, substancial, que coincide com o coletivo “argentino”, “pátria”, e um “eles” pleno, racional, que coincide com o coletivo “antiargentino”, “antipátria”. As razões das acusações aos “traidores” da pátria variaram desde o próprio desacordo com as políticas, que surgiam nas conversas no trabalho, como o não uso de símbolos e a ausência de enaltecimento do governo - isto é, o silêncio também era uma forma de traição -, até a reprovação àqueles que não ficaram de luto no mês em que Evita faleceu, em 1952. Ilustraremos o que afirmamos a partir de um exemplo mais radical, do militar José Cabrera, cuja carta é de Buenos Aires, do dia 9 de agosto de 1952. Ele acusa a traição e, posteriormente, sugere uma forma de repreender os traidores:

*[...] Ahora bien señor: a mi juicio y en base a lo expuesto voy a enumerar lo que debe hacerse en bien del país, del gobierno revolucionario y de la persecución de la obra de la egregia muerta [Evita] como así también del pueblo y es lo siguiente: 1-) Intimidar a todos y a cada uno de los funcionarios, empleador y obreros de todas las reparticiones del Estado que no se sientan cómodos en sus puestos por no ser peronistas, renuncien en el plazo de 30 días, terminados los cuales se les dejará cesantes; todos ellos deben estar bien catalogados [...]*¹⁶.

Deste modo, a sugestão é que os que não são peronistas sejam convidados a renunciar seus próprios cargos de trabalho, e que sejam mapeados. Outro exemplo é o da carta de Fernando Garcia, que escreveu desde Buenos Aires, em momento anterior ao de José Cabrera, no dia 21 de março de 1952. Fernando Garcia solicitava uma audiência com

¹⁶ AGN-MT, caixa 460.

Perón, para tratar de um “plano diabólico” contra o governo peronista: (Baily, 1986)

En efecto; se nota que hay en movimiento una mano siniestra o un plan diabólico que día a día sume al pueblo en un abismo económico y de inquietudes que pone en juego el prestigio a V.E., de nuestra Patria y felicidad del pueblo. Con éstos; amigos o no; colaboradores, adulones o no de V.E se impone hacer JUSTICIA en mérito a: LA VERDAD, LA LUZ y LA FELICIDAD que V.E nos desea para nuestro futuro. Nosotros o nuestro pueblo, sabemos que el lema de V.E: SER O NO SER y solo pedimos con la gravedad del caso a V.E, un pequeño sacrificio más, para tenernos para siempre a v/lado, no abandonarlo jamás y brindarlo la vida de todos (si es necesario) por el prestigio de V.E y el cariño que le profesamos¹⁷.

É interessante observarmos como Fernando Garcia construiu a imagem do inimigo, que atuaria nas sombras, a partir da construção de um “eles” em contraposição a um “nós”. Os termos “sinistro”, “diabólico”, “abismo” e “jogo”, representando a atuação do inimigo, seriam contrapostos pelos substantivos, justiça, verdade, luz e felicidade, representando a atuação dos amigos e, mais especificamente, as condições propiciadas pela figura do Perón. Ademais, também vale assinalarmos a apropriação de um dos aspectos do imaginário político peronista, que é a noção do sacrifício de Perón.

As imagens de sacrifício de Perón seriam produzidas em dois planos: o individual, relacionado ao seu próprio trabalho pela pátria, e o coletivo, relacionado ao trabalho de seu governo, que implicava não apenas a união com os próprios membros do governo como, sobretudo, com os trabalhadores. Deste modo, podemos observar que o sentido utilizado por Fernando Garcia evocava ambos os planos, que seriam complementados pelas imagens de lealdade e carinho do povo argentino ao líder da nação.

Também vale observarmos a semelhança com alguns dos aspectos da retórica do discurso peronista. De acordo com Silvia Sigal e Eliseo Verón (2010), a palavra de Perón, no campo político, representava a “verdade”, pois seu caráter estava assegurado na origem de

¹⁷ AGN-MT, caixa 461.

Perón, exterior ao campo político. Com relação aos “inimigos” da pátria, Sigal e Verón¹⁸ assinalam que a construção dos inimigos da pátria seria inseparável da imagem da sombra. Deste modo, o inimigo era oculto, estava escondido, infiltrado, operando na sombra. A ideia de sombra proposta pelos autores também é sustentada pelo argumento anterior sobre a verdade estar com Perón e, portanto, ser a luz, opondo-se à escuridão dos inimigos da pátria.

Ainda de acordo com os autores, o inimigo observava enfurecido como Perón realizava e resolvia os verdadeiros problemas argentinos, sobretudo no âmbito social. Deste modo, o adversário não tinha um projeto político, mas era aquele que colocava obstáculos ao projeto político de Perón, coincidente com a verdade e a realidade argentina. Neste sentido, vale assinalarmos a recorrência destes elementos nas cartas dos trabalhadores, sobretudo para a construção própria dos “inimigos da nação”. A recorrência de denúncias com o teor mencionado e sustentadas por este tipo de argumentação, sobretudo a partir de 1952, é significativa e segue até 1955.

Considerações Finais

Neste trabalho inicial procuramos analisar a construção dos imaginários sociais pelos trabalhadores a partir da prática epistolar no segundo governo de Perón. A partir da sondagem inicial de nossas fontes percebemos que esta construção, tal como a produção de sentidos por parte dos trabalhadores, foi muito particular e heterogênea, ainda que tenha uma base comum: o desejo de fazer parte da construção da “Nova Argentina” ou o próprio fazer parte da construção da “Nova Argentina”.

As aspirações e demandas convertidas em inquietudes dos trabalhadores diante do Segundo Plano Quinquenal também revelam as distintas formas que os trabalhadores se utilizaram para estabelecer o “diálogo direto” com Perón e “fizeram-se” ao longo da conjuntura e do governo peronista. Ademais, as cartas revelam a relação tênue entre a identidade nacional e a identidade política, assim como os distintos papéis assumidos por

¹⁸ Idem, *ibidem*.

estes trabalhadores, como forma de atuação e ação política diante do e no governo peronista, de sua relação com Perón e com a “Nova Argentina”.

Apesar da diversidade do estabelecimento do diálogo e do “fazer-se” consideramos que os trabalhadores construíram, junto com o governo peronista, um espaço de legitimação e representação política também por meio das cartas enviadas. Este espaço não foi construído da mesma maneira por todos os trabalhadores que enviaram cartas ou mesmo pelo governo, mas tem como base esse processo de manutenção do espaço e do sistema simbólico a partir da prática epistolar. Por sua vez, o governo também construiria este espaço, sendo os discursos políticos de Perón, que constituíam o “chamado político” do líder da nação, o Ministério de Assuntos Técnicos, com o recebimento e a resposta de cartas, e o amplo uso político das mesmas e do Segundo Plano Quinquenal pela propaganda política peronista, elementos fundamentais neste processo.

Referências

ACHA, Omar. *Crónica sentimental de la Argentina peronista: sexo, inconsciente e ideología, 1945-1955*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013.

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: LEACH, Edmund. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BAILY, Samuel. *Movimiento obrero, nacionalismo y política en la Argentina*. Buenos Aires: Paidós, 1986.

BERROTARÁN, Patricia. José Figuerola. El estadígrafo de Perón. In: REIN, Raanan; PANELLA, Claudio. *La segunda línea: liderazgo peronista 1945-1955*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Pueblo Heredero; Sáenz Peña: Universidad Tres de Febrero, 2013.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CARTAS. Archivo General de la Nación, fundo do Ministerio de Asuntos Tecnicos de La Presidencia, caixas 455-461.

GENÉ, Marcela. *Un mundo feliz: imágenes de los trabajadores en el primer peronismo 1946-1955*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica; Universidad de San Andrés, 2008.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

JAMES, Daniel. *Resistencia e integración: el peronismo y la clase trabajadora argentina*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2013.

LAGO, Mayra Coan. *Trabalhadores do Brasil, Mis Queridos Descamisados: a (re) invenção dos trabalhadores no varguismo e no peronismo. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Integração da América Latina) - Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo-SP. 2015.*

PERÓN, Juan Domingo. *Obras completas del General Juan Domingo Perón*. Editora Docencia: Buenos Aires, 1988.

PLOTKIN, Mariano Ben. *Mañana es San Perón: propaganda, rituales políticos y educación en el régimen peronista (1946-1955)*. Sáenz Peña: Editorial de la Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2013.

SIGAL, Silvia; VERON, Eliseo. *Perón o muerte: los fundamentos discursivos del fenómeno peronista*. Buenos Aires: Eudeba, 2010.

THOMPSON, E. P. *A formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 3.

_____. A história vista de baixo. In: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio. *E.P. Thompson*. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

**PROGRAMA DO 4º SEMINÁRIO INTERNACIONAL O MUNDO DOS
TRABALHADORES E SEUS ARQUIVOS:
MEMÓRIA, VERDADE, JUSTIÇA E REPARAÇÃO**

**SÃO PAULO – BRASIL
08 A 10 DE JUNHO DE 2016**

08/06/2016 – Quarta-feira

8h - Início do credenciamento e entrega dos materiais

9h às 10h - Ato de abertura

Coordenação: Sérgio Nobre – Secretário-geral da CUT – São Paulo – Brasil

- José Ricardo Marques – Diretor-geral do Arquivo Nacional – Rio de Janeiro – Brasil
- Vagner Freitas – Presidente nacional da CUT – São Paulo – Brasil

10h às 12h - Conferência: Arquivos, justiça, reparação e direitos humanos

Coordenação: *Ana Maria de Almeida Camargo* – Universidade de São Paulo – São Paulo – Brasil

- *Ramon Alberch Fugueras* – Universidad Autónoma de Barcelona y Archiveros sin Fronteras – Barcelona – Espanha

12h às 14h - Almoço

14h às 18h - Mesa Redonda: Memória, verdade, justiça e reparação na América Latina

Coordenação: *Sonia Maria Troitiño Rodriguez* – Centro de Documentação e Memória Cedem/Unesp – São Paulo - Brasil

- *María Luisa Ortiz Rojas* – Museo de la Memoria y los Derechos Humanos – Santiago – Chile

- *Rosa M Palau* – Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos – Assunção – Paraguai
- *Valeria Barbuto* – Memoria Abierta – Buenos Aires – Argentina
- *Velia Muralles* – Archivo Histórico de la Policia Nacional de Guatemala – Cidade de Guatemala – Guatemala
- *Vicente A C Rodrigues* – Centro de Referência Memórias Reveladas/Arquivo Nacional – Rio de Janeiro – Brasil

09/06/2016 – Quinta-feira

9h às 12h30 – Mesa Redonda: As Comissões da Verdade e os trabalhadores

Coordenação: *Marco Aurélio Santana* – Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro – Brasil

- *Adriano Diogo* – Comissão da Memória e Verdade da Prefeitura de São Paulo – São Paulo – Brasil
- *Girolamo Domenico Treccani* – Universidade Federal do Pará – Belém – Brasil
- *Márcio Kieller* – Comissão Estadual da Verdade do Paraná Teresa Urban e Central Única dos Trabalhadores – Curitiba – Brasil
- *Rafael Leite Ferreira* – Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara – Recife – Brasil
- *Rosa Maria Cardoso da Cunha* – ex-integrante da Comissão Nacional da Verdade e da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro – Brasil

12h30 às 14h - Almoço

14h às 18h – Sessões de Comunicações

Sessão de Comunicações I – Os arquivos do mundo dos trabalhadores da cidade e do campo Coordenação: *Antonio José Marques* – Centro de Documentação e Memória Sindical – Cedoc/CUT – São Paulo – Brasil

Sessão de Comunicações II – Justiça, reparação e direito dos trabalhadores da cidade e do campo

Coordenação: *Martinho Guedes dos Santos Neto* – Universidade Estadual da Paraíba – Guarabira – Brasil

Sessão de Comunicações III – Trabalho, gênero, raça e sociabilidade no mundo dos trabalhadores da cidade e do campo

Coordenação: *Lorena Almeida Gill* – Universidade Federal de Pelotas – Pelotas – Brasil

Sessão de Comunicações IV – Repressão, resistência e memória dos trabalhadores da cidade e do campo

Coordenação: *Inez Stampa* – Centro de Referência Memórias Reveladas/Arquivo Nacional e PUC-Rio – Rio de Janeiro – Brasil

10/06/2016 – Sexta-feira

9h às 12h30 – Mesa Redonda: A aliança empresarial-policial durante as ditaduras

Coordenação: *San Romanelli Assumpção* – Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro – Brasil

- *Pedro Henrique Pedreira Campos* – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Brasil
- *Rubén Vega García* – Universidad de Oviedo – Oviedo – Espanha
- *Victoria Basualdo* – Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales – Buenos Aires – Argentina
- *Demian Bezerra de Melo* – Universidade Federal Fluminense – Rio de Janeiro – Brasil

12h30 às 14h - Almoço

14h às 17h - Mesa Redonda: Trabalho, gênero, raça e sociabilidade

Coordenação: *Beatriz Ana Loner* – Universidade Federal de Pelotas – Pelotas – Brasil

- *Alvaro Pereira do Nascimento* – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Nova Iguaçu – Rio de Janeiro

- *Rafael Soares Gonçalves* – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO) – Rio de Janeiro – Rio de Janeiro
- *Lídia Maria Vianna Possas* – Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho – Marília – São Paulo

17h às 18h30 - Conferência de encerramento

Coordenação: *Leonilde Servolo de Medeiros*

- *Marlon Alberto Weichert* – Procurador regional da República – Ministério Público Federal – São Paulo – Brasil

18h30 - Ato de encerramento

DIREÇÃO EXECUTIVA NACIONAL DA CUT – GESTÃO 2015/2019

Presidente

Vagner Freitas de Moraes

Vice-Presidenta

Carmen Helena Ferreira Foro

Secretário-Geral

Sérgio Nobre

Secretária-Geral Adjunta

Maria Aparecida Faria

Secretário de Administração e Finanças

Quintino Marques Severo

Secretário-Adjunto de Administração e Finanças

Aparecido Donizeti da Silva

Secretário de Relações Internacionais

Antônio de Lisboa Amâncio Vale

Secretário-Adjunto de Relações Internacionais

Ariovaldo de Camargo

Secretário de Assuntos Jurídicos

Valeir Ertle

Secretária de Combate ao Racismo

Maria Júlia Reis Nogueira

Secretária-Adjunta de Combate ao Racismo

Rosana Sousa Fernandes

Secretário de Comunicação

Roni Anderson Barbosa

Secretário-Adjunto de Comunicação

Admirson Medeiros Ferro Junior (Greg)

Secretário de Cultura

José Celestino Lourenço (Tino)

Secretária-Adjunta de Cultura

Annyeli Damião Nascimento

Secretária de Formação

Rosane Bertotti

Secretária-Adjunta de Formação

Sueli Veiga de Melo

Secretária de Juventude

Edjane Rodrigues

Secretário de Meio Ambiente

Daniel Gaio

Secretária de Mobilização e Relação com Movimentos Sociais

Janeslei Albuquerque

Secretária da Mulher Trabalhadora

Juneia Martins Batista

Secretário de Organização e Política Sindical

Ari Aloraldo do Nascimento

Secretário-Adjunto de Organização e Política Sindical

Eduardo Guterra

Secretária de Políticas Sociais e Direitos Humanos

Jandyra Uehara

Secretária de Relações de Trabalho

Maria das Graças Costa

Secretário-Adjunto de Relações Trabalho

Pedro Armengol de Souza

Secretária de Saúde do Trabalhador

Madalena Margarida da Silva

Secretária-Adjunta de Saúde do Trabalhador

Maria de Fátima Veloso Cunha

Diretoras e Diretores Executivos

Ângela Maria de Melo

Cláudio da Silva Gomes

Elisângela dos Santos Araújo

Francisca Trajano dos Santos

Ismael José Cesar
José de Ribamar Barroso
Juliana Salles de Carvalho
Julio Turra Filho
Juvândia Moreira Leite
Mara Feltes
Marcelo Fiorio
Maria Izabel Noronha (Bebel)
Milton dos Santos Rezende
Rogério Pantoja
Virginia Berriel
Vitor Carvalho

Conselho Fiscal – Efetivo

Adriana Maria Antunes
Dulce Rodrigues Sena Mendonça
Francisco Chagas (Chicão)
Jose Mandu Amorim

Conselho Fiscal – Suplentes

Amanda Corcino
Juseleno Anacleto
Nelson Morelli
Raimunda Audinete de Araújo



DEMOCRACIA E SERIEDADE
É NÃO MATAR
TRABALHADORES
COM ASSASSINATO
DE TRABALHADORES
NÃO HÁ DEMOCRACIA

PROMOÇÃO



APOIO



ORGANIZAÇÃO



ISBN 978-85-60207-85-5



9 788560 207855

ISBN 978-85-89210-62-1



9 788589 210621